

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS

**A POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE**  
**TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2015

JUSSARA MARQUES DE MEDEIROS

**A POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE  
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nanci Stancki da Luz

CURITIBA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

M488p  
2015

Medeiros, Jussara Marques de  
A política de cotas na Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná / Jussara Marques de Medeiros.-- 2015.  
140 f.: il.; 30 cm.

Texto em português, com resumo em inglês  
Disponível também via World Wide Web  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba,  
2015  
Bibliografia: f. 133-140

1. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2. Ensino su-  
perior e Estado – Brasil. 3. Programas de ação afirmativa na  
educação – Brasil. 4. Programas de ação afirmativa na educação  
– Paraná. 5. Negros – Política governamental – Brasil. 6. Direito  
à educação – Brasil. 7. Igualdade na educação – Brasil. 8. Tec-  
nologia – Dissertações. I. Luz, Nanci Stancki da. II. Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação  
em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

---

CDD: Ed. 22 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

## TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 442

**A Política de Cotas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**

por

**Jussara Marques de Medeiros**

Esta dissertação foi apresentada às 9h30 do dia **02 de setembro de 2015** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM TECNOLOGIA, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lindamir Salete Casagrande  
(UTFPR)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sonia Ana C. Leszczynski  
(UTFPR)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marília Gomes de Carvalho  
(UTFPR)

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nanci Stancki da Luz  
(UTFPR)  
*Orientadora*

Visto da coordenação:

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Faimara do Rocio Strauhs  
Coordenadora do PPGTE

**documento original encontra-se arquivado na Secretaria do PPGTE.**

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta pesquisa foi possível graças a muitas pessoas na minha vida, que contribuíram de várias formas. Agradeço a todas elas e em especial:

A minha família, que teve que compreender em muitos momentos minha necessidade de estar em silêncio sobre os livros e não poder dividir momentos de convivência, de conversas ou de saídas. Em especial meus pais, que muito batalharam para que eu estudasse e sempre me apoiaram de todas as formas possíveis, com paciência, conselhos e, principalmente, exemplos.

Meus irmãos Juarez, Jairo e Jurandir, que sempre torceram por mim e, como não poderia deixar de lembrar, meus queridos filhos, Luana e Clóvis, meus companheiros constantes em todos os momentos desta jornada.

A minha orientadora Nanci pela paciência, pela paciência e paciência... Pela dedicação, pelos momentos de apoio e pelo incentivo de me fazer ir além do que eu acreditava ser possível.

Como a vida nos proporciona amizades que são para sempre, agradeço minhas amigas Kelly, Valéria, Rose, Luciane dos Anjos, Mônica De Freitas, Rita que trouxeram muito sentido, amor e carinho a minha vida.

No trabalho na UTFPR, na PROGRAD onde iniciou a ideia dessa pesquisa agradeço ao Mauricio e ao Mariano e na pessoa deles, a todas e todos por tudo, principalmente pelos almoços, risadas, conversas, onde muito pude aprender. As informações que foram repassadas, as sugestões. Ao Karvat, Henrique e ao professor Ivan, onde encontrei não só pessoas especiais, mas excelentes amigos. Especialmente à Sonia Ana e Luciane, minhas queridas amigas do Departamento de Educação, que muito me ensinaram com os questionamentos, as leituras, as discussões.

Na ASSAE, agradeço a paciência de todas e todos com o momento de escrever e o grande apoio, especialmente da Vanessa, do Nicolau e da Eloisa, que assumiu as planilhas para que eu pudesse me dedicar.

Felizmente, no mestrado, pude conviver com pessoas muito especiais que muito contribuíram para a minha formação, em especial, a Jocelaine, a Joyce, o Adilson, a Ana Caroline, a Nabylla, a Kaciane, o Lucas, a Daniela. Ao GETEC, onde muito fui desafiada e aprendi, agradeço a Adriana e a Sonia pelas trocas e apoio no grupo de gênero.

Ao Dorival e a Elza Campos obrigada pela paciência, nos momentos que eu precisei de colo ou de tempo para escrever.

A todas e todos os professores e funcionários do PPGTE, que de várias formas contribuíram para a minha formação.

Finalmente, meu muito obrigado para as professoras que aceitaram ler meu trabalho e estar aqui contribuindo nesse momento importante da minha vida: Professoras Sonia Ana, Laura, Marília, Lindamir, esta super banca vai ficar marcada.

Dedico este trabalho a meus pais, Lucia da Silva Marques Medeiros e Aduino de Jesus Medeiros (in memoriam), cuja luta incansável me trouxe até aqui e os bons exemplos me fazem a cada dia buscar ser um ser humano melhor.

## RESUMO

MEDEIROS, Jussara M. de. **A política de cotas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da política de cotas raciais implantadas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná por meio da Lei nº12.711/2012, a partir de uma perspectiva de gênero e raça. Esta lei dispõe sobre o ingresso de cotistas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino médio e técnico. A pesquisa discute os conceitos de raça e de etnia e sua construção histórica, de desigualdades e de discriminação racial, relacionando os conceitos com a categoria gênero e realizando uma relação entre direitos humanos e políticas públicas, sendo estas aqui apresentadas enquanto estratégias de garantia de direitos. Para a construção desta dissertação, partiu-se do pressuposto que as relações de gênero são socialmente e culturalmente construídas e assim contribuem para que cursos nas áreas científica e tecnológica continuem sendo percebidos como masculinos, com diferenças de acesso considerando homens e mulheres brancas (os) e negras (os). A seleção dos cursos levou em consideração a divisão sexual presente nos cursos superiores, haja vista que as engenharias e as licenciaturas das áreas de Matemática, Física e Química permanecem com um corpo discente predominantemente masculino. A pesquisa foi realizada a partir dos dados do sistema acadêmico de egressas e egressos das engenharias e licenciaturas, cotistas e não cotistas para análise do perfil de alunas e alunos autodeclarados pardos (as) e pretos (as) e de seu desempenho acadêmico, de 2013 quando foi instituída a lei nº 12.711/2012 até 2015. Em seguida, foi realizada pesquisa qualitativa por meio de uma amostra intencional, ou seja, de mulheres cotistas raciais que se auto declararam pretas e pardas para complementação dos dados quantitativos, por meio de questionário e entrevista.

**Palavras-chave:** Gênero. Ciência. Tecnologia. Raça e Relações Étnico-Raciais.



## ABSTRACT

Medeiros, Jussara M. **The quota policy at the Federal Technological University of Paraná.** 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

This work aims to analyze the impact of racial quotas policy implemented at the Federal Technological University of Paraná by means of Law No. 12,711 / 2012, from a gender and race perspective. This law provides for the entry of shareholders in federal universities and federal institutions of secondary and technical education. The research discusses the concepts of race and ethnicity and its historical construction, inequality and racial discrimination, relating to the concepts with the gender category and making a link between human rights and public policies, which are presented here as strategies of rights protection. The construction of this work started with the assumption that gender relations are socially and culturally constructed and thus contribute to courses in scientific and technological areas, that continue to be perceived as masculine, with differences in access considering white and black men and women. The selection of courses taking in consideration, sexual division present in higher education, given the fact that the engineering and degrees in the fields of Mathematics, Physics and Chemistry remain with a student body predominantly masculine. The survey was conducted from the data of the academic system graduates and graduates of engineering and degrees, shareholders and non-shareholders, for profile analysis of students and as brown and black self-declared students and their academic performance, in 2013 when it was established as Law No. 12.711/212 by 2015. Then, qualitative research through a sample was performed, that is, racial shareholders women who declared themselves black and brown to complement the quantitative data through questionnaire and interview.

**Keywords:** Gender. Science, Technology. Race and Ethnic-Racial Relations.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TAXA LÍQUIDA DA ESCOLARIZAÇÃO, POR SEXO, COR/RAÇA E NÍVEL DE ENSINO .....	77
GRÁFICO 2 - ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR, POR SEXO E COR/RAÇA - 2003 E 2009 .....	78
GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS EM GRUPOS ÉTNICOS, CONFORME VARIÁVEL RACIAL .....	83
GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPOS ÉTNICOS, CONFORME VARIÁVEL RACIAL .....	84
GRÁFICO 5 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL - UTFPR - 2013-2014.....	85
GRÁFICO 6 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO - UTFPR - 2013-2014 .....	88
GRÁFICO 7 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO - UTFPR - 2013-2014 .....	91
GRÁFICO 8 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - UTFPR - 2013-2014.....	94
GRÁFICO 9 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA - UTFPR - 2013-2014 .....	97
GRÁFICO 10 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA - UTFPR - 2013-2014 .....	101
GRÁFICO 11 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA DE FÍSICA - UTFPR - 2013-2014 .....	105
GRÁFICO 12 - MÉDIA SEMESTRAL DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA DE FÍSICA - UTFPR - 2013-2014 .....	108
GRÁFICO 13 - MÉDIA DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA DE QUÍMICA - UTFPR - 2014.....	111

GRÁFICO 14 - MÉDIA DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - UTFPR - 2013-2014 .....	113
GRÁFICO 15 - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESTUDANTES.....	118
TABELA - O QUE CONSIDERA IMPORTANTE PARA PERMANÊNCIA NA UTFPR.....	123
GRÁFICO 24 - PRECONCEITO NA UNIVERSIDADE.....	126

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOLOGIA ANALÍTICA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	41
QUADRO 2 - MARCO REGULATÓRIO.....	63
QUADRO 3 - CATEGORIAS DE COTAS DA UTFPR, CRIADAS EM 2013.....	70
QUADRO 4 - VAGAS PARA COTISTAS .....	82

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DE MULHERES E HOMENS NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL - BRASIL, 2005.....	72
TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ÁREA DE HUMANAS, CONFORME MATRÍCULAS - BRASIL 2005 .....	73
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DE MATRÍCULAS ENTRE HOMENS E MULHERES, SEGUNDO ÁREAS DE CONHECIMENTO - BRASIL 2011 .....	74
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NAS FAIXAS SALARIAIS DE PROFISSIONAIS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – BRASIL 2006.....	75
TABELA 5 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL - UTFPR - 2013-2014.....	85
TABELA 6 - EVASÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL - UTFPR - 2013-2014.....	87
TABELA 7 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO - UTFPR - 2013-214.....	87
TABELA 8 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO - UTFPR - 2013-2014.....	89
TABELA 9 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO - UTFPR - 2013-214.....	90
TABELA 10 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA DO CONTROLE E AUTOMAÇÃO - UTFPR - 2013-2014 .....	92
TABELA 11 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - UTFPR - 2013-214 .....	93
TABELA 12 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - UTFPR - 2013-2014 .....	95
TABELA 13 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - UTFPR - 2013-2014 .....	96
TABELA 14 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA - UTFPR - 2013-2014.....	98
TABELA 15 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA - UTFPR - 2013-2014.....	99

TABELA 16 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA - UTFPR - 2013-2014.....	100
TABELA 17 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA - UTFPR - 2013-2014.....	102
TABELA 18 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE LICENCIATUR FÍSICA - UTFPR - 2013-2014.....	104
TABELA 19 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA - UTFPR - 2013-2014.....	106
TABELA 20 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - UTFPR - 2013-2014.....	108
TABELA 21 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - UTFPR - 2013-2014.....	109
TABELA 22 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DA UTFPR.....	111
TABELA 23 - EVASÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA - UTFPR - 2013-2014.....	112
TABELA 24 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - UTFPR - 2013-2014.....	112
TABELA 25 - EVASÃO SEMESTRAL DE COTISTAS E NÃO COTISTAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - UTFPR - 2013-2014.....	114

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 DEBATES: RAÇA E ETNIA E SUA RELAÇÃO COM A EUGENIA</b> .....	19
2.1 ANÁLISE SOBRE OS CONCEITOS DE RAÇA E ETNIA .....	20
2.2 RAÇA E EUGENIA: UMA CONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO.....	24
2.3 GÊNERO E RAÇA: ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS .....	30
<b>3 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS</b> .....	38
3.1 O FEMINISMO: PROCESSO DE LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES.....	38
3.2 O ENEGRECIMENTO DO FEMINISMO .....	44
3.3 DIREITOS HUMANOS: UMA INTERLOCUÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	51
3.4 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E COTAS RACIAIS .....	57
<b>4 COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ</b> .....	65
4.1 HISTÓRICO DAS COTAS RACIAIS NA UTFPR .....	66
4.2 ANÁLISE DE DADOS DE ACESSO ÀS ÁREAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DE HOMENS E MULHERES BRANCOS (AS) OU NEGROS (AS) .....	72
4.3 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA E RESULTADOS DA PESQUISA QUANTITATIVA.....	79
4.3.1 Participação, Rendimento e Evasão de Negras e Negros nos Cursos de Engenharia.....	84
4.3.2 Rendimento e Evasão de Negras e Negros nos Cursos de Licenciatura .....	104
4.4 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA E RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	116
4.4.1 Desafios e Oportunidades das Mulheres Cotistas Raciais na UTFPR.....	118
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	133





## 1 INTRODUÇÃO

*“Lutar pela igualdade  
Sempre que as diferenças nos discriminem  
Lutar pela diferença  
Sempre que a igualdade nos descaracterize.”*

Boaventura de Souza Santos

O debate sobre as cotas raciais no Brasil, principalmente no que concerne as ações afirmativas, ganhou destaque particularmente após a aprovação da lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais, determinando que estes deverão reservar 50% de suas vagas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, deverão ser ofertadas 50% para estudantes com renda per capita inferior a um salário e meio e para estudantes que se autodeterminarem pretos, pardos e índios.

Este é o tema que será discutido nesta dissertação, cujo propósito é analisar a política de cotas no âmbito da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a partir de uma pesquisa acerca do ingresso e permanência de alunas e alunos cotistas raciais na UTFPR - Câmpus Curitiba.

A discussão concernente às chamadas cotas raciais tem implícito o debate político sobre raça e racismo, haja vista a inexistência de raças humanas, enquanto conceito biológico, e um processo de exclusão social que resulta em um baixo ingresso de negros e negras nas universidades, principalmente em se tratando de áreas tecnológicas, como as engenharias e as Licenciaturas em Matemática, Química e Física.

O meu interesse pelo assunto se originou quando ingressei, como Assistente Social, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em 2012 e atuando, juntamente com a equipe de trabalho do DEPEDUC (Departamento de Educação da Reitoria) comecei a trabalhar com dados dos cotistas da Universidade. Nesse período, a UTFPR não tinha vaga de cotistas raciais, mas de escolas públicas, selecionados a partir do SISU (Sistema de Seleção Unificada).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>.

Paralelamente, em 2012, ingressei no GETEC (Núcleo de Gênero e Tecnologia), grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia na UTFPR que realiza várias discussões sobre Gênero, Ciência e Tecnologia. Iniciei minhas leituras sobre a não participação das mulheres nas ciências, violência, trabalho e gênero. Ampliei meu olhar para as diferenças de gênero nas carreiras profissionais. Mas era um grande desafio fazer essa relação gênero, relações étnico-raciais e políticas públicas. Além disso, o debate raça/ etnia era fundamental para entender a importância de pensar em cotas.

De acordo com dados do Observatório de Gênero<sup>2</sup>, nas três últimas décadas, a desigualdade de gênero brasileira foi reduzida no que se refere ao acesso e permanência das mulheres em todo o processo educacional. Porém, quando consideramos os dados concernentes às mulheres negras, pesquisa realizada pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) aponta que essas mulheres estão entre os contingentes de maior pobreza e indigência do país.

Esta pesquisa mostra que elas têm menor escolaridade e detêm uma taxa de analfabetismo três vezes maior que as mulheres brancas e uma menor expectativa de vida. Um número significativo de trabalhadoras negras está sem ocupação, sem acesso à previdência, residem em ambientes insalubres e são responsáveis pelo cuidado e sustento do grupo familiar. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 21,4% das mulheres negras atuam no trabalho doméstico sendo que apenas 23,3% tem carteira assinada ( IPEA, 2011). Assim, são elas que a partir dos dados sobre renda detêm a pior posição na escala social. A partir da constatação destes dados, as cotas raciais são políticas públicas adotadas para inclusão de pretos e pardos na Universidade.

---

<sup>2</sup> O Observatório surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL - de criação de um Observatório de Gênero para América Latina e Caribe como estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país. Saiba mais: Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br>; <http://www.spm.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/obig/qual-e-a-importancia-de-um-observatorio-de-genero>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

Nesta perspectiva, o problema de pesquisa é: “Qual o impacto das políticas de cotas raciais implantadas na UTFPR para a inclusão de alunas e alunos negros nas engenharias e licenciaturas no Câmpus Curitiba?”.

Considerando a definição do problema de pesquisa, o objetivo geral do trabalho é:

- analisar o impacto das políticas de cotas raciais implantadas na UTFPR por meio da Lei n.º 12.711/2012, a partir de uma perspectiva de gênero e raça.

Os objetivos específicos são:

- discutir sobre o ingresso e permanência de alunas e alunos nas engenharias e licenciaturas no Câmpus Curitiba, que entraram na UTFPR por meio das cotas raciais;
- analisar o índice de desempenho acadêmico das alunas e alunos cotistas de 2013 e 2014;
- identificar as dificuldades de alunas cotistas para permanência nos cursos de engenharias e nas licenciaturas da UTFPR.

Este estudo caracterizou-se, predominantemente, como quantitativo.

De acordo com Richardson:

O método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão de resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente uma margem de segurança quanto as inferências (RICHARDSON, 2008, p.70).

Assim, partir da classificação de variáveis encontradas no sistema acadêmico da UTFPR, relativas à caracterização de alunos cotistas e não cotistas, foi possível fazer uma avaliação da política de cotas raciais, assim como estabelecer se essas políticas apresentam efetividade nas suas estratégias de acesso e permanência de minorias na universidade. Em seguida, foi realizada a pesquisa qualitativa, com as estudantes cotistas raciais das engenharias e licenciaturas, sendo que a pesquisa qualitativa se caracteriza, de acordo com Gibbs (2009) por:

...por buscarem esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo a sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. As interações e os documentos são considerados como formas de constituir, de forma conjunta (ou conflituosa), processos e artefatos sociais (GIBBS, 2009, p.8).

A escolha do Câmpus Curitiba para análise, escolhido dentre os treze

Câmpus, se dá por ser o mais antigo da Universidade, o que traz vários subsídios para análise histórica da inclusão tanto das mulheres, como de cotistas raciais. São encontrados hoje seis engenharias e quatro licenciaturas, sendo que a escolha das engenharias e licenciaturas foi realizada para que se tornasse possível analisar as diferenças de inclusão de homens e mulheres em diferentes carreiras.

Para compreender o debate realizado neste trabalho, é importante refletir sobre a importância de discutir políticas afirmativas no nosso país. Assim, no primeiro capítulo será apresentado o panorama do trabalho, na introdução.

No segundo capítulo, serão discutidos os conceitos de raça e de etnia e sua construção histórica, problematizando a tese “assimilacionista” que considera, dentre outras questões, que as desigualdades não têm relação com a cor, mas com a classe social. Apresenta a eugenia, enquanto uma estratégia considerada “científica” de sobrepor uma raça a outra. Como um dos grandes desafios desta pesquisa é pensar na interlocução entre os conceitos de gênero e raça, será discutido o feminismo de forma geral e o feminismo negro, haja visto que este último mostra a contribuição das lutas das mulheres negras para eliminação do preconceito racial. Como a atuação dos movimentos organizados vem denunciando de forma sistemática o racismo, o sexismo, o patriarcado, entre outras violências, será feito um breve resgate do Movimento Feminista Negro, que se diferencia dos demais pela luta política pelas condições da mulher negra no Brasil, inclusive de trabalho, o que determina hoje a criação de políticas públicas.

No terceiro capítulo, será discutida a importância do debate de Direitos Humanos, em especial a Conferência de Durban contra o racismo, que cria o compromisso governamental para o combate contra a discriminação e o racismo e a adoção de políticas públicas, compreendidas aqui como estratégias de garantia de direitos respaldados em leis. Neste capítulo, ainda, vamos compreender o histórico das políticas de ação afirmativa.

Ao final, será realizada uma relação entre direitos humanos e políticas públicas, sendo estas aqui apresentadas enquanto estratégias de garantia de direitos.

No quarto capítulo, serão apresentados os dados do IPEA que vão reforçar as desigualdades raciais no que tange ao acesso ao ensino superior, com dados relativos a homens e mulheres brancas, homens e mulheres negras além do percurso metodológico que norteou o trabalho.

## 2 DEBATES: RAÇA E ETNIA E SUA RELAÇÃO COM A EUGENIA



Saartjie Baartmann

Ela era a infame **khoikhoi** (tribo de **África Austral**) mulher que foi exibida como Freak Show atrações em Europa do século 19, sob o nome **hotentote Vênus** - "hotentote", como o nome então atual para o povo Khoi, hoje considerado um termo ofensivo, e "Vênus", em referência à deusa romana do amor.

Este capítulo discute os conceitos de raça e de etnia e sua construção histórica, problematizando a tese “assimilacionista” que considera, dentre outras questões, que as desigualdades não têm relação com a cor, mas com a classe social. Apresenta a eugenia, enquanto uma estratégia considerada “científica” de sobrepor uma raça a outra, como no caso apresentado na gravura, de Sarah Bartmann, apelidada de Vênus "hotentote". Mulher africana, negra, de nádegas grandes, ela é estudada pelos cientistas franceses depois de sua morte, como será visto brevemente. Ao final, será apresentado o feminismo de forma geral e o feminismo negro, haja visto que este último mostra a contribuição das lutas das mulheres negras para eliminação do preconceito racial.

## 2.1 ANÁLISE SOBRE OS CONCEITOS DE RAÇA E ETNIA

O conceito de raça foi pensado historicamente a partir de uma perspectiva biológica, o que possibilitou a construção do racismo, do preconceito e da discriminação. Ao se reportar ao fenótipo e referir-se à raça negra, branca ou amarela pode-se levar à aceitação de diferenças e hierarquias inexistentes entre os seres humanos, e definindo-o a partir da cor de sua pele e, vale destacar, que a raça pode ser pensada a partir de outras dimensões.

A raça, no entanto, pode ter outros significados como observado em expressões como “tem que ter raça” para se referir a um grande empenho em algo ou ainda ser relacionada a uma construção de identidade, apontando para uma visão construída socialmente e que pode ser negativa ou não. Pode-se relacionar raça negra a partir de uma ideia de africanidade, por exemplo.

Telles (2004), em relação ao conceito de raça, afirma que como é um consenso na sociologia, ela é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. Para a autora, embora raça tenha sido pensada em razão das ideologias racistas, o conceito pode ser reelaborado e ser um importante aliado para análise das interações sociais nas quais ainda opera ideias racistas.

Compartilho a preocupação de que o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas a raça continua a ser imensamente importante nas interações sociais e, portanto, deve ser levada em conta nas análises sociológicas (TELLES, 2004, p.17).

Para Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1988) o termo raça não sumiu das ciências sociais e na sua acepção contemporânea, não denota mais hereditariedade biossomática, mas a percepção de diferenças físicas que tem incidência nos grupos, nos indivíduos e nas relações sociais.

Na década de 1970, o conceito de raça foi ressignificado e passou a ser associado a uma construção social forjada nas relações etnorraciais. O termo raça passou a ser utilizado para mostrar como características físicas (cor da pele, por exemplo) podem influenciar o lugar social do sujeito. Assim, estamos tratando de um conceito associado a uma construção social, cultural e política e que tem como

característica inerente a ele o racismo (TELLES, 2004). Do ponto de vista biológico não faz sentido falar em diferentes raças humanas, mas isto não significa que o racismo não exista.

Deve-se destacar ainda que, mesmo sendo conceitos que precisam sempre ser problematizados, a cor e a raça continuam sendo utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como características declaradas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

O IBGE utiliza o quesito cor desde 1940 e atualmente podemos considerar que não se referem a características biológicas. Os conceitos de cor e raça nos censos, historicamente, estiveram associados a questões políticas. Skidmore (1991) afirma que a política de branqueamento levou políticos e acadêmicos a desconsiderar a variável raça, sendo inclusive suprimido do censo de 1970. Porém, em 1980, houve um grande protesto de demógrafos, acadêmicos, militantes afro-brasileiros e imprensa, o que forçou uma reconsideração sobre a questão.

Essa reconsideração possibilitou que, em 1983, pesquisadores do IBGE pudessem produzir uma análise relevante sobre os dados coletados evidenciando em seus resultados um padrão de discriminação contra afro-brasileiros, que foram divulgados apenas dois anos depois (SKIDMORE, 1991, p.10).

Conhecer os dados relacionados à discriminação em um país que ainda afirma a existência de uma democracia racial torna-se um problema político. Como a discriminação racial é uma realidade brasileira, ainda é necessário que tenhamos parâmetros para reunir informações e conhecer essa realidade de discriminação.

De acordo com Nascimento (2003), o conceito de raça e sua utilidade como categoria de análise vêm sendo negada desde o final da II Guerra Mundial. A autora afirma que esse fato é contestado devido ao horror causado pelo holocausto dos judeus na Europa, terrível episódio que segundo ela, teve maior repercussão que o genocídio dos povos africanos e indígenas durante o escravismo mercantil. Na América Latina, a hierarquia racial da escala gradativa de cor e prestígio, foi transformada numa estrutura tida como neutra no sentido racial. Segundo essa tese, a categoria raça não existiria como classificador nas sociedades “latinas”.

Ao contrário do critério norte americano, de classificação racial pela origem (a chamada hipodescendência), o critério da cor, que classifica pela marca ou pelo fenótipo, seria de natureza puramente estética, divorciado da noção de origem racial ou étnica e, portanto, não racista. Se a cor preta, com sua correspondente aparência, revela-se a menos prestigiada nessa escala hierárquica, tal fato nada teria a ver com a raça ou com a origem africana enunciada pela cor. Se a cor dos mulatos ou mestiços atribui-se a um *status* inferior a branca, trata-se de um critério estético ou de classe desprovido de qualquer implicação racial (NASCIMENTO, 2003, p.46).

Devido ao contexto da II Guerra Mundial, em 1952, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) propôs a Claude Lévi-Strauss que ele construísse um texto com o tema: “Contribuição das Raças para a Civilização Mundial”. Em seu texto, Lévi-Strauss afirma que quando se procura caracterizar as raças biológicas mediante propriedades psicológicas, sejam essas positivas ou negativas, poderia se caracterizar como uma doutrina racista ao contrário:

[...] ao contrário da diversidade entre as raças, que apresentam como principal interesse a sua origem histórica e sua distribuição no espaço, a diversidade entre culturas põe uma vantagem ou um inconveniente para a humanidade, questão de conjunto que se subdivide, bem entendido, em muitas outras (LÉVI-STRAUSS, 1993, p.330).

Lévi-Strauss, nessa obra clássica “Raça e História” lançada em 1972, desmistifica o conceito biológico de raças humanas, remetendo-o a sua origem histórica e a questão do racismo ao mostrar que se existe originalidade da contribuição cultural dos povos, esta se deve a questões geográficas, históricas e sociológicas e não as características físicas, ou anatômicas. Exemplifica essa afirmação apontando que Gobineau, considerado pai das teorias racistas, não concebia a desigualdade das raças humanas de uma maneira quantitativa e sim qualitativa. Para Lévi-Strauss, havia uma confusão na antropologia entre a noção puramente biológica da raça e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas.

Nascimento (2003) problematiza sentidos para raça que tanto pode ser “um grupo de pessoas interligadas por uma origem comum” ou “uma identidade social, caracterizada por parentesco metafórico ou fictício”. A noção de raça como origem e ancestralidade incorpora as dimensões de história e cultura negando um essencialismo biológico. Para a autora a palavra “negro”, transposta do Espanhol e Português quando utilizada como referência à raça puramente como essência biológica, localiza um essencialismo biológico na cor epidérmica e tem sentido esvaziado de fatores de “história, cultura e experiência social em comum” (NASCIMENTO, 2003, p.49).



A ideia de eliminar o termo raça das ciências sociais vem gradativamente substituindo-a pela categoria etnia, que introduz a ênfase no aspecto cultural que permeia o discurso e as relações sociais, porém, mantém ainda a vigência na prática do velho critério de inferioridade racial. Assim, a noção de etnia não consegue substituir a de raça porque os grupos humanos designados pelo termo raça são mais inclusivos, remetendo em geral a uma origem africana de ascendência (África, Ásia, Europa e Américas), às vezes remota, evidenciando aspectos de aparência física, e que implica uma comunalidade de trajetória histórica, matriz cultural e vida social (NASCIMENTO, 2003, p.48).

Não podemos negar que existe um processo de discriminação, que demanda um processo de resistência e a necessidade de reconhecer realidades sociais de discriminação e de alguma forma problematizar o conceito de raça:

Como lutar contra o racismo, se negamos a existência das raças e portanto, da discriminação racial? Se na ausência de “raças” a discriminação atinge as etnias, teremos que organizar uma luta social contra o “eticismo”? (NASCIMENTO, 2003, p.50).

A autora conceitua sortilégio da cor como o processo de desracialização ideológica, que comparece travestida de análise científica, para esvaziar de conteúdo racial as hierarquias baseadas no supremacismo branco. A sua função ideológica seria ocultar o etnocentrismo ocidental e o supremacismo branco, exaltando o critério de cor e etnia, que teria permanecido sobre o de raça. (NASCIMENTO, 2003, p.47).

Não há dúvida que a estratificação social tem forte relação com a cor da pele das pessoas no Brasil. No entanto, Skidmore (1991) afirma que a resposta da elite e de cientistas sociais para essa questão tem sido a utilização da tese assimilacionista, ou seja, o problema seria a classe e não a cor. Dessa forma, não haveria discriminação racial, mas, sim, um passado socioeconômico desvantajoso, consequência da escravidão brasileira e, por essa lógica, quando a pobreza declinar, isto automaticamente afetaria a condição social dos negros, retirando-os da pobreza e dando-lhes o direito de ter direitos.

A raça, reduzida a uma interpretação biológica, embora vazia e sem sentido, pois todos somos humanos, fornece um conjunto de preconceitos derivados de supostas diferenças biológicas para afirmar a superioridade de um povo pelo outro e alimentar o racismo. Nesta perspectiva, é importante entender o conceito de eugenia para compreender como foi construída esta ideia de raça.

## 2.2 RAÇA E EUGENIA: UMA CONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO

Para Stepan (2005), o termo eugenia foi criado pelo britânico Francis Galton em 1883 (do grego, *eu* = bom e *gene* = origem, ou seja, eugenia seria o equivalente a ser bem-nascido) e representa um movimento científico e social que acreditava em uma “melhor reprodução” a partir do conhecimento da hereditariedade. A eugenia também pode ser vista como um movimento que pretendia o aprimoramento da raça humana e que desenvolveu propostas que “permitiriam à sociedade assegurar a constante melhoria da composição hereditária encorajando grupos e indivíduos “adequados” a se reproduzirem e desencorajando que os “inadequados” transmitissem suas inadequações as gerações futuras” (STEPAN, 2005).

As ideias de Galton sobre o aperfeiçoamento das características raciais, segundo Souza (2002), estavam relacionadas a conceitos fundamentais na formulação de concepções científicas e sociais na passagem do século XIX para o XX, ou seja, a conceitos como evolução e degeneração, progresso e civilização.

Vale destacar que, para Schwarcz (1993), no século XVIII, a partir do legado da Revolução Francesa e do Iluminismo, estabeleceram-se bases filosóficas para pensar a humanidade enquanto totalidade. Pensar em igualdade e em liberdade pode levar a uma universalização destes princípios, como um modelo imposto pela natureza. Todavia, também no século XVIII, havia vertentes mais negativas, como Georges Louis Leclerc, conde de Buffon<sup>3</sup>, com sua tese de “infantilidade do continente” e Cornelius De Pauw<sup>4</sup>, com a teoria de “degeneração americana”. (SCHWARCZ, 1993).

Buffon caracteriza o continente americano sob o signo da carência: o pequeno porte de animais, a proliferação de espécies pequenas, de répteis e de insetos; a ausência de pelos nos homens parecia corroborar a tese de debilidade e

---

<sup>3</sup> Georges Louis Leclerc, conde de Buffon, foi um dos maiores naturalistas franceses de todos os tempos. Precursor de Lamarck e Darwin, apresentou concepções filosóficas sobre a influência do meio na degeneração das espécies e considerações sobre as diferenciações das raças humanas. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/buffon.jhtm>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

<sup>7</sup> Franciscus Cornelius de Pauw (1739-1799) foi um filósofo, geógrafo e diplomata holandês na corte de Frederico, o Grande, da Prússia. Entre outras coisas, De Pauw acreditava que a descoberta do novo mundo era uma vergonha para a civilização europeia assim como o clima era o principal culpado da degeneração de seus habitantes.

imaturidade dos humanos que viviam nesse continente. Cornelius de Paw afirmava que os americanos não eram apenas “imatuross” como também “decaídos”. (SCHWARCZ, 1993).

Não obstante, no final do século XVIII, com a Revolução Francesa passou-se a considerar os diversos grupos como povos, nações e não como diferentes raças em suas conformações. O termo raça foi introduzido na literatura no início do século XIX por Georges Cuvier – um cientista francês –, delineando a partir de então, “uma certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária de humanidade” já que nesses grupos discorre-se mais sobre as determinações do grupo biológico (SCHWARCZ, 1993, p.47). A história de Saartjie Baartmann da África do Sul, que vai para a Europa em 1810 exemplifica essa perspectiva.

Sarah Bartmann – como foi batizada depois – media 1,35m de altura, era negra, tinha as nádegas grandes e pertencia ao povo de baixa estatura conhecido como hotentote pelos colonizadores. A construção histórica e científica da mulher negra como um ser inferior esteve presente na representação e na forma de tratamento dessa sul africana. Para Citeli (2001), Sarah Bartmann começa a fazer sucesso em espetáculos e logo atraiu a atenção de cientistas na França que passaram a estudá-la. Quando ela morreu, aos 26 anos, seu corpo foi entregue aos cientistas que dissecam seu cadáver e tiraram o molde de seus genitais. Cuvier estudou seu corpo e começou a chamá-la de Vênus Hottentotte, enfatizando sua sexualidade.

As conclusões de Cuvier revelam o preconceito presente no fazer científico e como um corpo pode ser usado para tentar hierarquizar os seres humanos:

Ao tratar do achatamento de seus ossos nasais, Cuvier afirma que jamais vira “uma cabeça humana mais similar à dos macacos”; discorrendo sobre a anormalidade de seu pequeno crânio (nada surpreendente para uma mulher de 1,35 m), classifica-a de “estúpida”, em virtude da “lei cruel que parece ter condenado a uma eterna inferioridade aquelas raças que têm crânios pequenos e comprimidos”. Cuvier teria daí inferido certos comportamentos de Bartmann: movimentos bruscos que recordavam os dos macacos e uma maneira de mexer os lábios idêntica à dos orangotangos (CITELI, 2001, p.61).

Em relação à sexualidade e as características dos órgãos genitais de Bartmann, Cuvier explicava que “os lábios inferiores dos genitais femininos se desenvolvem muito nas hotentotes e podem chegar a medir de 8 até 10 cm, dando a

impressão de uma cortina de pele independente.” (CITELI, 201, p.167). A partir dessas características, o cientista relacionou sexualidade e animalidade e chegou a afirmar que com a proximidade do Egito, os lábios inferiores do genital deviam diminuir, visto que o povo egípcio era considerado caucasiano.

Vale destacar que estudos como esse tiveram grande influência na percepção dos humanos da América Latina. E, no que se refere aos estudos sobre a origem do ser humano, havia duas vertentes que se aglutinaram em diferentes autores: a visão monogenista, dominante até o século XIX, que congregava a maior parte dos pensadores e acreditava que a humanidade tinha a mesma origem e podia ser um produto de maior perfeição ou degeneração divina; e a poligenista que, a partir do século XIX, passou a difundir a crença em vários centros de criação, responsáveis pelas diferenças raciais (SCHWARCZ, 1993).

Essa visão permitiu o fortalecimento do aspecto biológico na análise do comportamento humano, encorajando a utilização da Frenologia e da Antropometria que passam a interpretar o conhecimento humano de acordo com o tamanho e proporção do cérebro. Essa linha de estudos se afasta de modelos humanistas e dá forma a novos tipos de análise como as análises biológicas do comportamento criminoso e das doenças mentais. A partir dessa vertente, o ser humano se constitui como uma espécie diversa, não havendo porque existir formas de fraternidade, igualdade ou trocas entre povos (SCHWARCZ, 1993).

Outra questão que merece destaque é a mestiçagem. Munanga (1999) afirma que a união de brancos e negros gerou discussões sobre a unidade da espécie humana. Os mulatos eram considerados como pertencentes a uma raça bastarda e percebidos por pensadores racistas como seres híbridos e estéreis, representando uma espécie de “passagem” para a humanidade:

Para Denis Diderot, filósofo e escritor francês, a mestiçagem é uma das manifestações mais brilhantes do poder criador da matéria; o híbrido é um ser intermediário, a passagem entre a matéria bruta e o vegetal, entre o vegetal e o animal, entre o animal e o homem, entre o homem e o homem” (MUNANGA, 1999, p.25).

A mestiçagem era vista no domínio das concepções poligenistas e era condenada. Afirmava-se que pretos e brancos não tinham a mesma origem tampouco eram espécies de um mesmo gênero (MUNANGA, 1999). Essas teorias

contribuíram para alimentar diferentes formas de preconceitos no Brasil, dentre as quais a percepção das mulheres negras, as quais ainda hoje estão dentre os que mais vivenciam a discriminação social/racial.

Deve-se destacar que a raça, associada a uma interpretação científica, gerou, a partir de supostas diferenças biológicas, consequências conceituais e políticas. A ciência “eugênica” passou a ser usada como forma de respaldo para afirmação da superioridade de um povo pelo outro.

A discussão de eugenia no Brasil está associada a um período em que havia muita miséria e, nesse contexto, a saúde dos pobres passou a ser uma “preocupação” por parte dos governantes (metade do século XX). O grupo que mais inquietava os médicos, os especialistas em saneamento e os reformadores brasileiros eram, em grande parte, constituídos por negros. Os preconceitos de classe e raça fundiram-se com os conceitos de hereditariedade, ocasionando um espaço propício para o desenvolvimento da discriminação, do preconceito e do ódio.

Diwan (2007) pontua que, para os médicos da primeira Faculdade de Medicina do país, em Salvador, a miscigenação era impedimento para o desenvolvimento do país, já que a mistura entre brancos e negros proporcionaria loucura, criminalidade e doença. A escola se inspirou em Raimundo Nina Rodrigues, médico legista e antropólogo, que propugnava existir:

[...] inferioridade racial negra, tendo debatido durante o final do século XIX a construção do saber médico do país, a higiene pública, principalmente a epidemiologia e a sua inter-relação com outras instituições, fossem médicas ou de direito (DIWAN, 2007, p.92).

Procurava-se extirpar as doenças tropicais por meio de políticas sanitárias. Para curar um país enfermo, os sanitaristas<sup>5</sup> afirmavam a necessidade de “extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação”. Não obstante, na década de 1920, com o ressurgimento do nacionalismo, para contrapor-se a uma visão negativa da identidade brasileira que a considerava como nação de mulatos e negros, passou-se a afirmar que o Brasil estava em época de expansão e aprimoramento racial. Foi

---

<sup>5</sup> Somada a essa questão, a defesa da vacinação compulsória contra a varíola, o que acarretou a revolta da Vacina em 1904, transformando a capital do país em campo de guerra (DIWAN, 2007).

criada uma versão brasileira de miscigenação positiva, na qual começa a se firmar a ideia de que a miscigenação racial do país deveria ser vista em termos positivos, pois os poucos índios puros e remanescentes estavam desaparecendo e as altas taxas de mortalidade e as de baixa reprodução eram vistos como problemas derivados da raça. Essas concepções influenciam para as políticas de branqueamento da população, possível a partir da grande imigração branca para o Brasil na última década do século XIX e início do século XX (DIWAN, 2007).

No final da década de 1920, no entanto, ganha força as ideias de uma eugenia racista e negativa que, segundo Stepan (2005), ocorreu por vários fatores: maior familiaridade com a eugenia alemã, diminuição da imigração, término do liberalismo. Na discussão sobre raça, começa a ser questionada a miscigenação racial, e os mulatos passam a ser vistos como elementos heterogêneos, instáveis, que perturbavam a ordem nacional. Diferenciais de fertilidade entre as classes geravam preocupação, e eram desaconselhados os cruzamentos raciais e de classe (STEPAN, 2005).

Para a autora, os higienistas pensavam na reprodução como responsabilidade coletiva e como fator que levava a produção da boa ou má hereditariedade. O papel social das mulheres, nas ideias eugenistas, era primordialmente reprodutivo:

[...] os eugenistas preocupavam-se particularmente com as mulheres porque consideravam que a reprodução definia o papel social das mulheres, muito mais que a dos homens; além disso, as mulheres eram mais vulneráveis e socialmente dependentes que os homens, o que fazia com que a administração de suas vidas reprodutivo-hereditárias parecesse mais urgente e mais factível. Assim, as prescrições e proscricões eugênicas recaíam diferenciadamente entre homens e mulheres (STEPAN, 2005 p.18).

Por outro lado, autores como o antropólogo Edgar Roquette Pinto lutaram contra a acusação de degeneração racial, trazendo o conceito ambientalista de cultura. Neste contexto, Gilberto Freyre, sociólogo-historiador-escritor, com uma forte influência de Franz Boas, sociólogo culturalista e antirracista da Universidade de Columbia, defendeu a influência do ambiente para as questões higiênicas e defendeu as virtudes da miscigenação. Freyre reforça a ideia de uma democracia racial, trazida pela íntima associação entre senhores e escravos, advindos da cultura portuguesa, mais maleável à mistura racial, como se constata em trecho de seu livro Casa Grande Senzala:

Pode-se, entretanto afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda da mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. [...] Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar...”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás, o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza de seus olhos, pela alvura de seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos, muito mais que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas”. Estas surgem em um ou em outro soneto, em uma ou em outra modinha, do século XVI ou XIX. Mas sem o relevo das outras (FREYRE, 1933, p.72).

Para Telles (2004), embora Freyre tenha popularizado e desenvolvido a ideia de democracia racial, o conceito já existia. Influenciado por Franz Boas, que “havia proposto que as diferenças raciais eram basicamente culturais e sociais ao invés de biológicas, Freyre apresentou de forma eficiente uma nova ideologia nacional” (TELLES, 2004, p.27). O autor destaca ainda que, em 1963, Freyre emprega pela primeira vez o termo democracia racial, que chega ao ápice como dogma do governo militar, de 1964 a 1985.

Essa ideia foi sendo incorporada e considerando vários fatores, destacando-se a religião e o futebol. A umbanda, religião de raízes africanas, ganhou maior legitimidade nesse período, com a participação de pessoas brancas de classe média; e, no futebol, em 1970, destaca-se a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo com a liderança de Pelé, um jogador negro. (Telles, 2004, p.32). Porém, o autor destaca:

Enquanto o Brasil celebrava seus heróis multirraciais do futebol, os Estados Unidos nos anos 60 viviam uma década marcada por rebeliões urbanas, protestos pelos direitos civis e o assassinato dos principais líderes antirracistas. Esse contraste foi notado por observadores nacionais e internacionais. No entanto, muitos deles deixaram de mencionar que no mesmo período no Brasil, centenas de prisioneiros políticos foram torturados e assassinados sem que ninguém soubesse (TELLES, 2004, p.32).

Se por um lado, Gilberto Freyre torna-se o “talismã a quem a elite brasileira recorre quando precisa refutar alguma sugestão que a sociedade seja racista.” (SKIDMORE, 1991, p.9), por outro, na década de 1970, destacam-se vozes discordantes propondo a construção de uma sociedade plurirracial e pluriétnica.

Entretanto, duas décadas antes, em 1950, a UNESCO encomendou estudos

para compreender a harmonia racial no Brasil. Florestan Fernandes foi nomeado principal pesquisador do projeto e suas conclusões surpreenderam por “constituírem a primeira contestação de peso à imagem de democracia racial no Brasil, levando a uma primeira ruptura clara com as ideias de Freyre (TELLES, 2004, p.33). Fernandes concluiu que os brancos eram preconceituosos com os negros e que o racismo desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo, no entanto, ignorou a discussão da miscigenação, fato que pode ter tido influência de sua relação estrita com Abdias de Nascimento, que relacionava a miscigenação com uma campanha de embranquecimento para eliminar negros no Brasil (TELLES, 2004).

### 2.3 GÊNERO E RAÇA: ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS

Abdias Nascimento (1978) considerava absurdo apresentar o mulato como abertura das relações raciais no Brasil. Destaca-se nas reflexões de Nascimento a afirmação de que o Brasil teria herdado a estrutura patriarcal de família de Portugal, sendo a sua maior vítima, a mulher negra. Para ele, a mulher negra foi prostituída e para mostrar isso, evoca Freyre: “branca para casar, negra para trabalhar, mulata para f...”.

Em um contexto de escravidão, as mulheres negras eram vulneráveis às agressões sexuais dos brancos e este fato é relatado da seguinte forma:

O desequilíbrio demográfico entre os sexos na escravidão, na proporção de uma mulher para cinco homens, conjugado com a relação assimétrica entre escravos e senhores, levou os últimos a um monopólio sexual das poucas mulheres existentes. Nesse contexto, as escravas negras, vítimas fáceis vulneráveis a qualquer agressão sexual de senhor branco, foram em sua maioria transformadas em prostitutas como meio de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável (MUNANGA, 1999, p.91).

Para Abdias Nascimento (1978) o branqueamento da raça foi uma estratégia de genocídio. Nesta perspectiva, a raça torna-se uma discussão política e que possibilita discutir e desvelar o racismo presente em nosso país. A história de Sarah



Bartmann mostra como no caso da mulher negra, a associação a animalidade e a sexualidade da mulher negra era recorrente, justificando o tratamento dado. Mas no Brasil, o mito da democracia racial enfatiza como as relações eram amigáveis, visto que a “mulata” torna-se prova das misturas raciais. Nascimento (1978), porém, afirma:

Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada a sua função original, ou seja, o trabalho compulsório (NASCIMENTO, 1978, p.62).

Para enfatizar sua denúncia, Nascimento (1978) aponta para uma pesquisa do sociólogo Octávio Ianni, publicado em 1972, questionando um grupo de brasileiros, se aprovaria o casamento do amigo, irmão, irmã ou de si mesmo com um negro e mulato. Em relação ao amigo, os números foram relativamente menores, ou seja, 35 pessoas não gostariam que o amigo casasse com negro e 29 pessoas não gostariam que ele se casasse com um mulato. A medida que existe uma proximidade de parentesco, os índices de reprovação do casamento se ampliam, ou seja, em relação ao irmão casar com negro, 74 não gostariam. Em relação a casar com mulato, 70 não gostariam. Com a irmã, 76 não gostariam não gostariam que casasse com negro e 72 não gostariam que casasse com mulato. Em relação à própria pessoa 89 não gostariam de casar-se com negro e 87 não gostariam de casar-se com mulato (NASCIMENTO, 1978, p.63). O autor assim destaca que, quanto mais distante do mundo social do próprio informante, mais este rejeita.

Outro argumento utilizado pelo autor é que segregação não pode ser comparada com interação sexual, referindo-se a essa última como algo saudável, ou seja, dizer que nos EUA os brancos não cruzaram com os negros, por isso existe um racismo e no Brasil e experiência foi contrária, por não haver discriminação. O autor, baseado em dados de análise do escritor americano Thomas Skidmore, afirma que a população mulata nos EUA em 1850 tinha 11% e por volta de 1910 tinha 21%, o que mostra que também ocorreu um processo de miscigenação (NASCIMENTO, 1978).

Outra questão histórica que Nascimento (1978), na década de 1970, denuncia é a exploração econômica, ressaltando a exploração da mulher negra, pois ela é considerada como um ser para o trabalho desvalorizado e percebida como se

este fosse seu papel social. O autor mostra as condições de subalternidade da população negra, com origem na discriminação e no preconceito:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta na discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta de aptidão deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação- no emprego, na escola- e trancado as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são *slogans* que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 1978, p.85).

Nesta perspectiva, Mirna Cisne (2014) problematiza que a classe não seria uma massa homogênea, mas tem raça, etnia e sexo e cada um desses itens que ela nomina de “particularidades estruturantes da classe, combinadas ou não, “imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora” (CISNE, 2014, p.27). Desta forma, podemos problematizar e compreender os processos de exploração do trabalho que possibilitam que mulheres brancas ganhem salários inferiores a homens brancos e superiores aos de mulheres negras e homens negros. A autora afirma que a desigualdade entre os sexos também é expressa no número maior de mulheres nos trabalhos em tempo parcial e pela informalidade nos laços empregatícios:

Segundo dados do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, a população ocupada em ocupações precárias<sup>6</sup> por sexo e raça/etnia, revelou os seguintes dados: 25% de homens e 41,1% de mulheres, sendo dessas, 48,4% negras (CISNE, 2014, p.29).

Esses dados mostram uma discussão necessária para a compreensão da baixa representatividade numérica de negros e mulheres em determinadas ocupações, particularmente as mais valorizadas socialmente, dentre as quais as

---

<sup>6</sup> Considera-se ocupação precária nessa pesquisa emprego sem carteira assinada, trabalhadora doméstica, empregado na construção para próprio uso ou produção para próprio consumo, e sem remuneração.

atividades do campo da tecnologia e da ciência.

Embora investigações que associavam mulheres e negros a características físicas (tamanho do cérebro, número de neurônios, formato da face, diferenças hormonais, etc.) que (as) os tornaria menos aptos (as) para algumas atividades (as mais valorizadas socialmente, dentre as quais a pesquisa científica e outras carreiras científicas e tecnológicas) já sejam associadas a processos discriminatórios, deve-se considerar que, o racismo e o sexismo fizeram-se presentes em estudos científicos, particularmente quando, por meio de pesquisas e teorias, tentaram comprovar hierarquias e legitimar desigualdades, contribuindo para consolidar, por exemplo, uma imagem de cientista: homem e branco. Vale ressaltar ainda que o racismo e o sexismo têm encontrado formas de se reestruturar e de continuarem presentes não só na academia, mas nas relações sociais de forma geral, destacando-se as, generalizações acerca de negros e mulheres que continuam sendo repetidas a partir de estereótipos que consistem “na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a essas características e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados (SPM, 2009, p.128).

Nos estereótipos permanecem preconceitos que contribuem para a continuidade das desigualdades sociais/raciais/de gênero. Não é incomum se ouvir frases como: “negro é preguiçoso”, “ciência é coisa para homem”, “mulher tem mais jeito para o serviço doméstico” ou “existem negros de alma branca”.

Estereótipos raciais se entrelaçam e se entrecruzam com os de gênero e outros que se somam no processo de exclusão e de desigualdade social. Dessa forma, o conceito de gênero é relevante para a compreensão das desigualdades que afetam as mulheres negras.

Scott (1991) define o gênero em duas partes: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos - examina a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social.” Para a autora, existem quatro elementos inter-relacionados: os símbolos (exemplo: Eva e Maria); os conceitos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas (restauração do papel tradicional da mulher); a noção de fixidez das pesquisas históricas (desafio em descobrir a natureza da repressão); e a natureza

da identidade subjetiva do gênero (como é construída e se relaciona com diversas representações sociais). Em seguida, a autora define:

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (controle ou acesso a materiais e símbolos). Um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (não é o único, mas é persistente e recorrente) – teorização do gênero (SCOTT, 1991, p.21).

Nesta concepção, claramente, se referir a mulher apontando diferenças genéticas que justificam menor inteligência é uma relação histórica e de poder. Assim, para Safiotti (2011), gênero é uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado um investimento intelectual; defende que “o gênero é a construção social do feminino e do masculino” Para ela, há uma estrutura de poder que unifica as três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia (SAFFIOTTI, 2011, p.45).

Representações sociais de mulheres e negros colaboram para que a igualdade conquistada no campo jurídico tenha dificuldade de se consolidar na prática. Embora se deva admitir que o Brasil tenha avançado na efetivação de direitos humanos considerados como

direitos que se aplicam a qualquer pessoa humana, independente de sua origem, raça ou religião. Apesar disso, as circunstâncias específicas das mulheres e dos negros apresentam abuso aos direitos humanos, sendo, portanto marginais em um regime que aspirava a aplicação universal (GDE, 2009, p.222).

A articulação entre gênero e raça nos possibilita perceber que o trabalho das mulheres negras é mais desvalorizado socialmente, que elas estão concentradas em setores de baixos salários, que o direito à educação não está sendo concretizado para essas mulheres e que as formas de violência que as afetam podem tanto ser diversas quanto mais intensas que as que afetam os homens brancos, por exemplo.

Segundo análise dos dados do IPEA, realizada por Pinheiro e Madsen (2011), o trabalho doméstico é uma ocupação de mulheres e, especialmente, de mulheres negras: em 2009, enquanto apenas 1% dos homens ocupados eram trabalhadores domésticos, essa proporção alcançou 17% das mulheres, o que representa cerca de 6,7 milhões de trabalhadoras.

A ocupação de empregada doméstica tem marcas de raça e gênero. A sobre representação da população feminina e negra nesta categoria está relacionada não apenas a tradicionais concepções de gênero ou estereótipos femininos, que

representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres, mas também a uma herança escravista que contribuiu para a construção de um cenário de desigualdade no qual as mulheres negras tiveram menos acesso à educação e outros direitos sociais, colaborando para que elas estivessem entre os/as que detêm maior nível de pobreza e tendo, historicamente no trabalho doméstico desqualificado, desregulado e de baixos salários uma das poucas opções de emprego. As mulheres negras foram assumindo o trabalho/responsabilidade doméstica antes assumidas por mulheres brancas com maiores oportunidades educacionais e de renda, liberando-as para maior inserção de trabalho no espaço público (PINHEIRO; MADSEN, 2011).

Vale destacar que a ampliação de direitos das mulheres relaciona-se tanto à incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e, especificamente, na legislação e tratados/acordos internacionais (Viena-1993), Beijing-1995, por exemplo), quanto à incorporação da não discriminação com base na raça, conforme Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. “Diferenças deixam de ser justificativa para a exclusão de direitos humanos, mas passa a servir de apoio a uma própria lógica de incorporação da perspectiva de gênero e raça” (GDE, 2009, p.222).

Se as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, conforme nos ensina Foucault (2014), sejam essas de processos econômicos, relações de conhecimento, relações de gênero, relações racializadas, então o poder está presente nas relações dos diferentes atores dentro da sociedade. E, se há poder, também há resistência, pois:

Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco a maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder (FOUCAULT, 2014, p.105).

Assim, embora as relações de poder na nossa sociedade determinem desigualdades no nosso sistema, no interior dessas relações haverá resistências, sendo um dos seus mecanismos os processos de diferenciações políticas e de identidade.

Em relação ao conceito de identidade, Denys Cucho (2002) afirma que ela não pode ser desarticulada do contexto relacional, pois, apenas este poderia explicar porque ora a identidade é afirmada, ora é reprimida. Para ele:

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 2002, p.182).

Desta forma, a identidade para o autor seria a construção que se elabora em um grupo em oposição a outro. A identidade não existe em si, mas em relação a outra. Ela pode ser afirmação ou imposição de identidade. A auto-identidade seria definida “por si” e a “hetero- identidade” definida pelos outros, sendo que esta pode se traduzir por estigmatização de grupos minoritários, o que pode levar a “identidade negativa” (CUCHE, 2002).

Scott (2005) problematiza as identidades dos indivíduos e as identidades de grupo, afirmando que as minorias podem surgir como resultado de definições sociais que se transformam a partir de um processo de diferenciação política ou econômica.

As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero (SCOTT, 2005, p.18).

Scott afirma que, como objeto de discriminação, alguém é considerado como estereótipo, mas como membro de luta, encontra apoio e solidariedade. Essa relação causa tensão entre identidade de grupo e identidade individual que não pode ser resolvida, pois “ela é uma consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social” (SCOTT, 2005, p.22).

Os negros ainda enfrentam problemas para a efetivação de direitos, têm menores oportunidades de estudos e pouco acesso a empregos que são mais valorizados socialmente. Esses problemas em grande medida estão associados a preconceitos e discriminações raciais.

Assim, apesar das limitações e problemas do que se convencionou chamar de raça, tal conceito pode ser redimensionado como forma de resistência de grupos

excluídos e, a partir de uma identidade de gênero e raça (que os excluiu inicialmente), ver-se como sujeito e organizar-se para ter seus direitos reconhecidos e concretizados. A discussão da construção social e histórica de raça também pode ser de grande valia para que se possam identificar doenças, dados socioeconômicos e de escolarização da população negra, colaborando para que políticas públicas tanto enfrentem o racismo quanto efetivem a igualdade de gênero e raça.

Werneck (2009) pontua a necessidade de assumir de forma positiva sexo e cor de pele como conceito e identidade da mulher negra. E assim, desconstruir a identidade legitimadora e “científica” que colocou a mulher negra à margem das riquezas e dos conhecimentos socialmente construídos.

Para Werneck (2009) as mulheres negras devem ser compreendidas como uma articulação de heterogeneidades, que devem confrontar a dominação eurocêntrica em várias épocas, a modernidade racializada, racista e heterossexista e suas configurações atuais.

Schiebinger (2001), afirma que os termos mulheres, fêmea, feminismo e feminista tem significados distintos.

Uma "mulher" é um indivíduo específico; "gênero" denota relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres; "fêmea" designa sexo biológico; "feminino" refere-se a maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos que podem também ser adotados por homens; e "feminista" define uma posição ou agenda política (SCHIEBINGER, 2001, p.32).

Os direitos sociais e políticos que as mulheres usufruem são resultados da mobilização e luta das feministas para garantir a equidade de gênero, no espaço público e privado. Assim, a história dessas lutas é fundamental para a compreensão das conquistas das mulheres, discernindo porém, o feminismo negro, conforme será apontado no próximo item.

### 3 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DAS MULHERES NEGRAS



Lélia Gonzalez

Filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica indígena, Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte-MG, em 1.º de fevereiro de 1935. Autora de artigos, ensaios e livros sobre a temática racial, a antropóloga e militante do movimento negro nos anos 1970, Lélia foi também um expoente no combate ao preconceito contra a mulher.

Nesse capítulo, será discutido o feminismo de forma geral e o feminismo negro, haja vista que este último mostra a contribuição das lutas das mulheres negras para eliminação do preconceito racial. Destaca-se Lélia Gonzalez como expoente no combate ao preconceito contra a mulher negra. O feminismo negro contribui também para o avanço das políticas públicas de combate ao racismo e para a melhoria das condições de trabalho das mulheres negras.

#### 3.1 O FEMINISMO: PROCESSO DE LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

O feminismo pode ser percebido como estratégia de construção dos direitos humanos das mulheres, que se manifesta de forma variada e em diferentes contextos. O Movimento feminista é variado em diferentes contextos. Para Castells



(1999, p.211) feminismo seria “o compromisso de pôr fim a dominação masculina”. O feminismo contemporâneo, que inicia nos Estados Unidos nos anos 1960 e depois na Europa, nos anos 1970, tem o seguinte propósito:

é que a essência do feminismo, como praticado e relatado, é a (re) definição da identidade da mulher: ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente, afirmando especificidade essencial da mulher, frequentemente declarando, também a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana; ou ainda declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina (CASTELLS, 1999, p.211).

É importante destacar que o feminismo americano organizado inicia em 1848 em uma capela de Seneca Falls, Nova York, sendo que as mulheres americanas lutam em defesa dos direitos da mulher a educação, trabalho e poder político, que culmina em 1920 com a conquista do direito de votar. Para o autor, o feminismo manteve-se nos bastidores por quase meio século e movimentos em massa essencialmente femininos surgem oriundos de movimentos sociais, com componente relativo aos direitos humanos.

Entretanto, o autor destaca que, em 1955 houve o boicote aos ônibus em Montgomery, no Alabama<sup>7</sup>, organizado pelas mulheres negras, o que ele nomina de “uma das mais notáveis expressões da luta feminina”.

Em 29 de outubro de 1966, um grupo de mulheres influentes, encabeçadas pela escritora Betty Friedan criou a organização Nacional da Mulher (NOW). Essa organização passou a representar o feminismo liberal e seria a mais abrangente organização nacional de defesa de direito das mulheres (CASTELLS, 1999).

---

<sup>7</sup> Em Montgomery, capital do Alabama, as primeiras filas dos ônibus eram, por lei, reservadas para passageiros brancos. Atrás vinham os assentos nos quais os negros podiam sentar-se. No dia 1º de dezembro de 1955, Rosa Parks tomou um desses ônibus a caminho do trabalho para casa e sentou-se num dos lugares situados ao meio do ônibus. Quando o motorista – branco – exigiu que ela e outros três negros se levantassem para dar lugar a brancos que haviam entrado no ônibus, Parks se negou a cumprir a ordem. Ela continuou sentada e, por isso, foi detida e levada para a prisão. O protesto silencioso de Rosa Parks propagou-se rapidamente. O Conselho Político Feminino organizou, a partir daí um boicote de ônibus urbanos, como medida de protesto contra a discriminação racial no país. Martin Luther King Jr. foi um dos que apoiaram a ação. No dia 13 de novembro de 1956, a Corte Suprema norte-americana aboliu a segregação racial nos ônibus de Montgomery. Poucas semanas mais tarde, a nova lei entrou em vigor em Montgomery. Em 21 de dezembro de 1956, Martin Luther King e GlenSmiley, sacerdote branco, entraram juntos num ônibus e ocuparam lugares na primeira fila. Disponível em: <<http://www.dw.de/1955-negra-rosa-parks-se-recusa-a-ceder-lugar-a-um-branco-nos-eua/a-340929>>. Acesso em: 01 dez. 2014).

No entanto, Schiebinger (2001) aponta dois principais problemas com o feminismo liberal: as liberais tenderam a ignorar as diferenças de gênero, ou negá-las totalmente e supõe-se que nada no conteúdo das ciências precise mudar para acomodar as mulheres.

As feministas liberais tendem a ver uniformidade e assimilação como os únicos terrenos para a igualdade e isso frequentemente requer que as mulheres sejam como os homens- culturalmente ou mesmo biologicamente como quando o exército dos EUA introduziu o “Sistema Freshette” uma biqueira de plástico projetada para dar as mulheres igual oportunidade de urinar em pé durante exercícios (SCHIEBINGER, 2001, p.23).

Outro tipo de feminismo seria o que Castells conhece como feministas radicais, que participavam nas campanhas por direitos iguais e principalmente nas mobilizações para defender os direitos de reprodução, principalmente no trabalho de conscientização realizado por mulheres e criação de instituições de “cultura feminina autônoma (CASTELLS, 1999, p.213).

Faziam parte das lutas das feministas radicais defender a proteção da mulher contra a violência masculina e as lutas das feministas lésbicas, que realizaram o Segundo Congresso para a Unificação das Mulheres em Nova York. Este evento, em 1970, que foi uma de suas primeiras demonstrações política. Também fazem parte das feministas radicais as socialistas, que associavam as lutas do feminismo à teoria marxista e algumas destas trabalhavam em sindicatos, formando em 1972 a Coalizão das Mulheres Sindicalistas.

O autor, porém, argumenta que em 1970 “a diferença entre o feminismo liberal e o radical foi se tornando indistinta, tanto na prática do movimento como na ideologia de feministas individuais” (CASTELLS, 1999, p.214). Para que isto acontecesse nos Estados Unidos, destaca as seguintes razões:

Em primeiro lugar, as questões tratadas pelo feminismo liberal, de direitos iguais envolveram a contestação do patriarcalismo; em segundo lugar, houve o que o autor denomina “violenta reação antifeminista dos Estados Unidos” de 1980 a 1992, criando uma aliança entre diferentes correntes do Movimento; em terceiro lugar, no final da década de 1970, as organizações feministas mais radicais já haviam se dissipado (CASTELLS, 1999).

Schiebinger (2001), no entanto, é contrária a ideia de que as diferentes correntes se tornam indistintas, quando propugna que no início dos anos 1980, as feministas começam a desenvolver o “feminismo da diferença”, que abrangia três princípios básicos:

1. divergia do liberalismo ao abranger a diferença, não a uniformidade entre mulheres;
2. reavaliava qualidades que “nossa sociedade desvalorizava como femininas como: subjetividade, cooperação, sentimento e apatia”;
3. argumentava que para mulheres se tornarem iguais na ciência, eram necessárias mudanças, “nas aulas de ciências, laboratórios, teorias, prioridades e programas de pesquisas” (SCHIEBINGER, 2001, p.24).

Concordamos com a autora, visto ser a análise de diferentes grupos bastante complexas, para enquadrá-las em um feminismo “indistinto”. Porém, utilizaremos o quadro organizado pelo autor, de tipologia analítica dos movimentos feministas para compreender as diferentes formas de organização feminina na luta pelos direitos humanos.

<b>Tipo</b>	<b>Identidade</b>	<b>Adversário</b>	<b>Meta</b>
Direitos da Mulher (liberal, socialista)	Mulheres como seres humanos	Estado patriarcal e/ou capitalismo patriarcal	Direitos iguais, inclusive direito de ter filhos ou não
Feminismo cultural	Comunidade feminina	Instituições e valores patriarcais	Autonomia cultural
Feminismo essencialista (espiritualismo, ecofeminismo)	Modo feminino de ser	Modo masculino de ser	Liberdade matriarcal
Feminismo lesbiano	Irmandade sexual/cultural	Heterossexualidade patriarcal	Abolição do gênero pelo separatismo
Identidades femininas autoconstruídas (étnicas, nacionais, autodefendidas, por ex. feminista lésbica negra)	Identidade autoconstruída	Dominação Cultural	Multiculturalismo destituído de gênero
Feminismo pragmático (operárias, autodefesa da comunidade, maternidade, etc.)	Donas de casa, mulheres exploradas, agredidas	Capitalismo Patriarcal	Sobrevivência/dignidade

**Quadro 1 - Tipologia Analítica dos Movimentos Feministas**

Fonte: Castells (1999, p.231).

Na organização do quadro, para o autor, a defesa dos direitos das mulheres é o ponto crucial do feminismo, sendo este uma extensão do movimento pelos direitos humanos. A liberal e socialista para o autor, são opostas, mas em termos de identidade, defendem o direito da mulher como sendo iguais aos homens.

No quadro 1, destaca-se as diversas formas que as mulheres têm de se organizar. O feminismo liberal teria por base “a criação de instituições feministas alternativas, espaços de liberdade em meio a sociedade patriarcal, cujas instituições e valores são vistas como adversário do movimento (CASTELLS, 1999, p.232).

O feminismo essencialista proclama as diferenças essenciais em relação ao homem “enraizados na biologia e na história, bem como na superioridade moral e cultural da feminilidade como modo de vida” (CASTELLS, 1999, p.232). Outra corrente do essencialismo vincula a feminilidade a história e a cultura, restaurando mitos como a adoração a deusa, que garantiam a harmonia social. Espiritualismo e ecofeminismo também seriam manifestações do essencialismo na ideia de uma nova era criada por valores femininos e sua integração a natureza.

Em relação ao feminismo no Brasil, para Pinto (2003), há três vertentes importantes conhecidas como as 3 ondas do feminismo: no século XIX, a primeira onda do feminismo com as reivindicações voltadas para a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, sem mexer na posição dos homens; a segunda onda seria na década de 1970, na luta contra a ditadura; feminismo difuso, múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa, defendem a educação das mulheres e falam na dominação dos homens; posteriormente, a terceira onda, que teve início na década de 1990 se manifestou no Movimento Anarquista e, em seguida, no Partido Comunista.

No Brasil, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral como candidatas e eleitoras, sendo Bertha Lutz um grande ícone desse movimento. O direito ao voto para mulheres foi discutido na Constituinte Republicana de 1891. O projeto não foi aprovado, mas a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres.

No interior da oligarquia, o feminismo é derivado de núcleos familiares de pais cultos, com um ambiente distinto que possibilita as filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação (PINTO, 2003). A partir da década de 1910, houve transformações importantes como greves de 1917, com forte presença anarquista; fundação do Partido Comunista no Brasil em 1922; semana da Arte Moderna, em 1922, que busca o rompimento com os cânones do mundo europeu.

Assim, em 1910 foi criado o Partido Republicano Feminino, que usava constantemente os jornais, presença em eventos públicos e realização de passeata, organizada com 90 mulheres, defendendo o voto feminino.

Este partido também atribuía a mulher qualidades para exercer cidadania no mundo da política, propugnava o fim da exploração sexual e começa a se formar uma opinião pública contra o pacto oligárquico.

Bertha Lutz, ativista feminista, tinha reconhecimento e trânsito na elite política da época, lutava pelos direitos negados pelo Estado Brasileiro à mulher e ao mesmo tempo, era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais. Em 1922, após voltar dos EUA, organizou o 1º Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro e criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Foi realizado um abaixo-assinado com 2.000 assinaturas de mulheres a favor do voto feminino, organizando campanha para o governador Juvenal Lamartine, no Rio Grande do Norte, onde foi criada a 1.ª Lei do voto feminino (PINTO, 2003).

Com a decretação do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso até 1945, aboliu as liberdades democráticas e proibiu as organizações políticas e os movimentos sociais, entre eles o movimento feminista. Encerram-se o mandato das parlamentares e também a carreira das mulheres que tinham sido nomeadas para exercerem postos de destaque nos serviços públicos e consulares. Outro retrocesso do governo Vargas foi a concessão de um amplo perdão para os homens que tivessem cometido crimes passionais em "defesa da honra" (PINTO, 2003).

A Igreja Católica Progressista se transformou em um dos poucos espaços onde era possível fazer resistência ao regime militar. Grupos populares de mulheres do meio rural e urbano, principalmente os clubes de mães apoiados pelas "Comunidades Eclesiais de Base", reivindicam melhores condições de vida: acesso à creche, à saúde, trabalho e moradia, direito à terra. Embora agregassem um grande número de militantes, não buscavam a transformação das relações de gênero.

Porém, o governo militar usava de repressão e discriminação, afirmando que as feministas eram homossexuais ou meretrizes militantes de esquerda também desqualificavam reivindicações feministas.

Para Cisne (2014) os anos de 1970 marcam os movimentos feministas com o reconhecimento que a reivindicação da igualdade é impossível em um sistema

patriarcal. O feminismo passa a negar o direito do homem em falar no nome da mulher. Decorre a luta pelo direito e a autonomia sobre o corpo e a sexualidade. A autora destaca que mesmo ocupando a cena pública e denunciando o machismo, a pauta feminista não foi incorporada nas discussões acadêmicas ou nos discursos dos dirigentes sindicais, para problematizar, por exemplo, a desigualdade de salários entre homens e mulheres (CISNE, 2014, p.139).

Os anos 1980 é marcado por um feminismo mais institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, além de presença de mulheres em cargos eletivos. Em 1983 foi criado o *Conselho da Condição Feminina* (SP) que não tinha como proposta ser um órgão público responsável por promover a implementação de políticas voltada aos interesses específicos das mulheres. Tinha um caráter consultivo e propositivo, mas não possuía orçamento próprio. Porém, a partir dessa década, discute-se a necessidade de se criar um referencial teórico que discutisse a epistemologia feminina.

Para Cisne, nos anos 1990 a institucionalização do feminismo é realizada a partir da formação de Organizações Não Governamentais:

As Organizações não Governamentais se espreitam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGS (CISNE, 2014, p.141).

Nesse contexto destacam-se no campo teórico os estudos de gênero, que ganham destaque na sociedade, influenciados pela perspectiva pós-moderna. Esses estudos encontram uma grande difusão em universidades e instituições públicas e privadas e o estímulo e patrocínio de instituições internacionais (CISNE, 2014).

### 3.2 O ENEGRECIMENTO DO FEMINISMO

A história das mulheres no Brasil não se deu de forma homogênea, embora possa se verificar similaridades no processo de exclusão feminina; grupos sociais distintos ou mesmo diferentes grupos étnicos viveram situações que configuraram

maior ou menor exclusão. A história da mulher negra no Brasil foi marcada inicialmente por processos de escravidão humana e historicamente engendrada por processos de preconceito, racismo e exclusão social.

O trabalho das mulheres negras foi historicamente associado aos afazeres domésticos – atividade que no Brasil tem estigma de desvalorização e preconceito. Não é incomum que, quando se deseja discriminar uma pessoa, isto seja feito por meio da associação da cor de pele (negra) ou com o serviço doméstico. Essa associação foi feita para fazer referência à presença de médicos cubanos no Brasil, por exemplo. O “Programa Mais Médicos” do Governo Federal envolveu polêmicas, recebeu destaque nas mídias e revelou traços de preconceito e discriminação, como na mensagem veiculada nas redes sociais afirmando que as médicas cubanas “tem uma cara de empregada doméstica”. Que “cara” tem uma empregada doméstica e por que ainda a discriminamos tanto, se as suas atividades são vitais para a reprodução da vida e tão necessárias para os processos de produção de bens e riquezas?

Kofes (2001) afirma que mesmo após a abolição da escravatura no Brasil, a população negra continuou sendo representada de forma degradante e associada ao trabalho manual. Ainda se ouve expressões racistas que indicam essa representação, dentre as quais, a referência “serviço de negro”, a qual é associada de forma preconceituosa a serviço mal feito ou serviço desqualificado. As atividades manuais são carregadas de um significado de desqualificação e isto, associado ao preconceito de gênero e racial tem contribuído para uma desvalorização do fazer doméstico e do trabalho feminino, haja vista que tal labor ainda é desempenhado majoritariamente por mulheres e relacionado ao fazer e não ao pensar, como se fosse possível tal dissociação.

Para Carvalho (2008), no final do século XVIII, os valores burgueses engendraram uma visão instrumental e sistemática das atividades domésticas estranhas aos padrões da família patriarcal escravista. O trabalho doméstico embora marginal no mercado de trabalho formal era valorizado nos manuais de economia doméstica (em contraposição a um comportamento na casa colonial interpretado como ocioso). Fatores ideológicos burgueses e determinantes econômicos definiram a fixação da mulher na casa, projeto que não se restringiu apenas aos segmentos médios da sociedade, mas, sobretudo para a classe operária e foi essencial para diminuir a concorrência no restrito mercado de trabalho.

Nos Estados Unidos, a racionalização do trabalho doméstico trouxe a ideia de que as atividades de dentro da casa deveriam ser planejadas e organizadas. Em 1910, já se confundiam os termos economia doméstica com engenharia doméstica ou gestão científica do lar e a matriz dessa nova abordagem foi a fábrica. A planificação do trabalho fabril, introduzida pelo taylorismo por meio da decomposição e análise de cada movimento do operário, permitiu que os gestos considerados desnecessários fossem eliminados e que as sequências de tarefas e os equipamentos e ferramentas a elas associadas fossem reorganizados de maneira que se alcançasse a maior eficácia no menor tempo, o que também se aplicou na esfera doméstica e envolveu todos os cômodos de uma casa (CARVALHO, 1998).

Na Europa, as questões relativas à otimização do funcionamento da casa passaram a ser objeto de interesse também dos arquitetos. Além de dar desenvolvimento à ideia de superfícies contínuas e centros de trabalhos integrados, a arquitetura europeia dos anos 1920, especialmente a alemã, desenvolveu sua criatividade na fusão dos conceitos de forma e funcionalidade (CARVALHO, 2008).

No Brasil, a estetização dos ambientes da casa e a racionalização do trabalho da cozinha não aconteceram da mesma forma. A cozinha brasileira permaneceu “estigmatizada como território exclusivo da empregada ignorante, pouco asseada, cujo linguajar subserviente mostrava as marcas da escravidão recente” (CARVALHO, 2008, p.248).

A abolição da escravatura, a intensa imigração e o êxodo rural reuniram nas cidades um grande contingente de mão-de-obra que se apresentou flutuante e precariamente absorvido pelo setor terciário, o mais desenvolvido na época. Um número significativo de mulheres daquele período era criada – denominação utilizada para mulher que desenvolvia trabalhos domésticos (CARVALHO, 2008).

O Censo de 1890, dois anos após ser assinada a Lei Áurea, revelou que 48% da população negra economicamente ativa trabalhava nos serviços domésticos, 17% na indústria, 9% em atividades agrícolas, extrativas e na criação de gados, enquanto 16% exerciam profissões não declaradas. (NEPOMUCENO, 2012). Todavia, deve-se considerar que família tinha como referência um agrupamento de pessoas mutuamente dependentes e co-residentes, visão que dificultava precisar quantas famílias mantinham criados (GRAHAM, 1992).



Em relação à educação na Colônia e no Império, não era permitido o acesso da população negra às instituições escolares. E, mesmo depois de ser “permitido por lei”, essa população continuou encontrando dificuldade de acesso à educação, seja pelas condições objetivas de vida ou pelo preconceito. A falta de acesso à educação favoreceu para que a inserção de brancas e negras nas atividades profissionais ocorresse de maneira desigual:

Um quadro de ocupação na indústria de transformação no Rio de Janeiro nos anos de 1950 mostra que a mão de obra negra era superior a cota das mulheres brancas. Pretas e pardas eram em torno de 15%, ao passo que as mulheres brancas não ultrapassavam 3%. O quadro invertia-se completamente, contudo, no setor do comércio, no qual havia a exigência de trabalho com o público, com as brancas em maioria. Entre as mulheres ocupadas no setor de serviços- telefonistas, aeromoças, empregadas de escritório, dentre outras- as brancas superaram a soma de pardas e pretas (NEPOMUCENO, 2012, p.388).

Períodos em que o desemprego atingiu os homens negros contribuíram para que as mulheres passassem a ser empregadas domésticas – atividade que as mulheres encontravam oportunidade de se inserir profissionalmente e que não era disputada pelos homens. Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres negras exerciam atividades relacionadas ao espaço doméstico, venda de salgados e doces nas ruas, lavagem de roupas, mas sobretudo trabalhavam como domésticas ou produziam e vendiam mercadorias, além de dedicarem-se a atividades artísticas em cabarés, teatros de revistas ou “chopes berrantes”<sup>8</sup> (NEPOMUCENO, 2012).

Assim, o processo de inserção e permanência no trabalho para a mulher negra no Brasil ocorreu de forma diferenciada daquele vivenciado pelas mulheres brancas e ambos distintos das vivências masculinas no mercado de trabalho. Para a mulher negra, houve pouco espaço para “a mulher passiva, submissa e dedicada exclusivamente ao lar”, ideal que se propagava para a mulher branca. Para Nepomuceno (2012), a preocupação maior era a de que a mulher negra pudesse ter uma fonte de renda, processo de sobrevivência perpassada por permanentes exclusões e preconceitos, pois embora estivessem disponíveis postos de trabalho

---

<sup>8</sup> Este termo era utilizado pejorativamente pela imprensa para locais frequentados por negros e pobres.

para a mulher na indústria e no comércio, a discriminação racial estava presente, excluindo as mulheres negras a partir de requisitos subjetivos e imprecisos como o termo “boa aparência”.

No Brasil, organizações específicas de mulheres negras surgiram a partir do século XX, dentre as quais, destacamos a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, fundada em 1908 em Pelotas e a Sociedade Brinco das Princesas, fundada em São Paulo em 1925. Essas organizações integraram uma grande parcela da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 e que organizou mais de 20 mil associadas em vários estados, sendo considerada, na primeira metade do século XX, como a entidade negra mais importante do país.

A Frente Negra Brasileira surgiu em São Paulo como afirmação de direitos históricos dos negros. Destaca-se, todavia, que as mulheres nunca ocupavam as instâncias decisórias máximas na organização que acabou se tornando um partido político (cassado pelo Presidente Getúlio Vargas).

Vale destacar ainda que, na década de 1930, foi fundada a primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo, que teve como principal representante a ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a FNB. E, na década de 1950, o envolvimento das mulheres negras com a criação, no Rio de Janeiro, do Teatro Experimental do Negro (TEN), cuja responsável pelo departamento feminino também fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras e cuja composição majoritária era de empregadas domésticas (NEPOMUCENO, 2012, p.398).

O golpe militar de 1964, no entanto, inviabilizou a continuidade dessas organizações que reapareceram apenas em 1978, quando foi criado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MNU). Esse movimento opõe-se às práticas discriminatórias e a ideologia da democracia racial e tem como ativistas e intelectuais de destaque Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento, as quais tiveram importante papel na articulação do Movimento Negro com o Movimento Feminista, contribuindo para que o movimento assumisse uma “autodeterminação política” e ocorresse a formação de diversas organizações de feministas negras por todo o país.

Para a ativista Lélia González, os setores de esquerda também podiam ser instrumentos da articulação entre o mito da democracia racial e a ideologia do

branqueamento, criados pelo liberalismo paternalista que diziam combater. Tais manifestações iriam desde a demonstração inequívoca de que “não gostam de ‘preto’ até a atitude ‘democrática’ que nega a questão racial, diluindo-a mecanicamente na luta de classes” (BAIRROS, 2000).

Essa afirmação traduz o reconhecimento não só da questão de classe, mas do racismo institucional e possibilitou que a articulação das mulheres ocorresse considerando também o processo de discriminação da mulher negra e do sexismo, o que se revelou essencial para a luta contra a discriminação e o preconceito.

Nessa trajetória, destacamos que, a partir de 1988, diferente do que ocorreu no início do século XX, as mulheres negras ativistas passaram a buscar uma trajetória própria de autodeterminação política e ocupar espaços de poder nas organizações negras.

Em 1995, o Movimento Negro e o Movimento Feminino Negro participaram de dois eventos importantes que deram visibilidade às suas ações: a Marcha Zumbi dos Palmares, comemorativa do tricentenário da morte do líder do Quilombo de Palmares e a participação na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Conferência de Beijing) na China. Dentre os resultados desses eventos, destaca-se: entrega ao Governo Federal de documento denunciando o racismo e as desigualdades da população negra; realização de eventos por todo o país que possibilitaram o levantamento de dados que culminou na publicação: “Mulher Negra: Política Governamental da Mulher”, de autoria de Sueli Carneiro, Tereza Santos e Albertina Costa (NEPOMUCENO, 2012).

As articulações das lideranças negras tiveram como resultado uma grande organização que propiciou a implantação de políticas públicas no Brasil, destacando-se a adoção de cotas no ensino superior público e, gradualmente, a ocupação de posições estratégicas como em 1994, como Benedita da Silva que se tornou a primeira mulher negra a conquistar uma cadeira no Senado Federal.

Voltando a história da segunda onda do feminismo, Frazer (2007) propõe uma narrativa que se diferencia do padrão difundido. Ela separa a segunda onda do feminismo em três fases distintas: na primeira, o feminismo estava diretamente

relacionado a “novos movimentos sociais” que emergiram nos anos 60, na segunda fase foi atraída para a política de identidades e na terceira, ele é cada vez mais praticado como política transnacional.

Assim, para a autora, na primeira fase a onda do feminismo iniciou com um dos novos movimentos sociais, centrado no problema do capitalismo e distribuição de riquezas, ou seja, originou-se de um esforço maior do movimento de discutir as questões econômicas, de distribuição entre classes. Na década de 60, começa a questionar a modernidade capitalista:

Ao lado se seus camaradas de outros movimentos, os feminismos dessa era modificaram o imaginário político transgredindo uma cultura política, que privilegiava atores que se colocavam como classes definidas nacional e politicamente domesticadas, eles desafiaram as exclusões de gênero dentro da social democracia. Problematizando o paternalismo do Estado do Bem Estar Social e a família burguesa, os feminismos expuseram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista (FRAZER, 2007, p.295).

A autora chama esse momento de redistribuição. Em um segundo momento, porém, o feminismo se preocupou com a cultura e a política de identidade e reinventou-se como política de reconhecimento, negligenciando os desdobramentos políticos econômicos, em uma fase de ampliação de uma democracia social, baseada na ideia de nação, com a influência do neoliberalismo. Para a autora, porém, na medida em que negligenciou os desdobramentos políticos econômicos, essa abordagem não se opôs de maneira efetiva às políticas de livre mercado.

Relacionada, por um lado a queda do comunismo e, por outro, a ascensão do neoliberalismo, essa mudança da redistribuição para o reconhecimento (como eu designei) é parte de uma transformação histórica de maior escala associada a globalização. (FRAZER, 2007, p.298).

Referindo-se aos Estados Unidos, a autora mostra como esse foco para o reconhecimento não evidenciam nessa época uma agenda capitalista neoliberal, que incluem baixos salários e emprego precário. Assim a direita consegue persuadir a população que os direitos ao aborto e ao casamento gay ameaçavam seu estilo de vida e não a precarização das relações de trabalho. Dessa forma, utilizava-se uma política cultural regressiva para tirar a atenção da política de distribuição regressiva. E observa:

O feminismo falhou ao tentar alcançar estratos das mulheres trabalhadoras e de classe baixa, atraídas na última década para a cristandade evangélica. Focadas apenas na política de reconhecimento, falhamos na tentativa de entender como a orientação religiosa delas responde as suas posições sociais (FRAZER, 2007, p.301).

Finalmente, representação para a autora é assegurar voz política igual para todas as mulheres e contestar o mau enquadramento. Este termo, para a autora, seria quando o quadro do Estado Territorial é imposto a fontes transnacionais de injustiça, tendo como resultado divisão desigual de áreas de poder a expensas dos pobres, a quem é negado colocar demandas transnacionais. Para a autora, muitas vezes a disputa sobre justiça não pode ser resolvida nos regimes estabelecidos, sendo que dessa forma, “as lutas contra a má distribuição e o não reconhecimento não são levadas adiante, e menos ainda são bem-sucedidas, a não ser que se liguem a lutas contra o mau enquadramento”. (FRAZER 2007, p.305).

A justiça de gênero deve ser vista como um problema tridimensional com redistribuição, reconhecimento e representação integrados, de forma equilibrada (FRAZER, 2007).

Essa reflexão é importante para considerarmos a realidade brasileira e pensarmos em uma política de gênero que possa integrar redistribuição, reconhecimento e representação dentro das políticas brasileiras, pensando as políticas públicas, discutidas no próximo tópico, nesse viés.

### 3.3 DIREITOS HUMANOS: UMA INTERLOCUÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser vistas como mecanismos de conquistas de direitos, demandados pela sociedade e amparados em lei. Por isso é necessário, neste tópico discutir direitos humanos, para entender como de dá o processo de inclusão das(dos) negros(as) nas políticas públicas, a partir do reconhecimento das desigualdades.

Para Pereira (2008) os direitos com os quais as políticas públicas se identificam são os direitos sociais, que se guiam pelo princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais, que se guiam pelo princípio da liberdade.

Pereira (2008) aponta como se dá o surgimento do direito, de acordo com a perspectiva de Thomas Humphrey Marshall que afirma que os primeiros direitos conquistados foram os civis, no século XVIII, “inspirado no ideário liberal de autonomização do indivíduo frente ao Estado, colocando aquele contra esse”. (PEREIRA, 2008, p.104). partindo desta perspectiva temos: Primeiro, surgiram exigências relacionadas à vida e a liberdade individual, propiciando a instituição dos direitos civis. Segundo, surgiram exigências relacionadas às liberdades políticas e ao direito de participar no governo na sociedade, propiciando a instituição dos direitos políticos. Terceiro, surgiram exigências de combinar liberdade com igualdade, propiciando a instituição de direitos sociais e, finalmente, exigências relacionadas com a humanidade inteira, relacionando avanços tecnológicos e mundialização da política e da cultura, propiciando o surgimento dos direitos difusos (PEREIRA, 2008, p.103).

Porém, a autora ressalta que apesar de tal conquista ter caráter libertador e revolucionário em relação a um Estado arbitrário, fundando os direitos humanos na época, os direitos civis admitiam a desigualdade social, a dominação de classe, o domínio da dimensão econômica, dentre outros.

No século XIX, surgem os direitos políticos, que se colocavam contra o Estado absolutista e a favor da democracia representativa. Para a autora:

A tônica então passou a ser a do direito de participar ativamente na vida pública, nos negócios do Estado e no destino da nação. Transitava-se assim das liberdades negativas (ou passivas) típicas dos direitos civis para as liberdades positivas (ou ativas) em que a separação entre indivíduo e Estado perdia a nitidez (PEREIRA, 2008, p.104).

Finalmente, no século XX, “surgiram os direitos econômicos, sociais e culturais, ou simplesmente os direitos sociais, referenciados no princípio da igualdade detendo como instituição responsável o Estado de Bem Estar Social” (PEREIRA, 2008, p.105). Para a autora, esses direitos não estão em consonância com o ideário liberal, embora requeiram reformulações dentro do capitalismo. Eles não se colocam contra o Estado, mas exigem sua participação na vida da sociedade. O princípio da liberdade dá lugar ao princípio da igualdade. Nesses direitos incluem-se a saúde, a educação, a habitação e outros, que por sua natureza coletiva, requerem do Estado sua atuação.

Também, se discute direitos difusos que são “extensões de direitos sociais em um mundo globalizado e tecnologicamente avançado” (PEREIRA, 2008, p.105). Esses direitos requerem fraternidade e solidariedade entre povos. Entre esses direitos, podem ser citados a paz, o meio ambiente, a preservação do patrimônio cultural a autodeterminação dos povos.

Boaventura Souza Santos (2013) em relação a reflexão sobre direitos humanos, propõe a seguinte questão: “como o conceito de utopia, a partir do século XVIII, como medida de uma política emancipadora, foi sendo superada e substituída pelo conceito de direitos?” Para o autor, os direitos têm uma genealogia dupla na modernidade Ocidental”, que ele chama de genealogia abissal. Essa visão concebe que a modernidade Ocidental dividiu o mundo entre sociedades metropolitanas e coloniais, de tal forma que as práticas nas colônias não poderiam provocar questionamentos em relação as práticas nas metrópoles. Então, essa “linha abissal” produz exclusões radicais como “neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção com relação aos terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilos ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro, sendo que o direito internacional tem sido utilizado como garantia dessa continuidade” (SILVA, 2013, p.17).

Por outro lado, o autor afirma que os direitos têm uma genealogia revolucionária no “lado de cá da linha”. A revolução francesa e a americana foram feitas em nome dos direitos, relacionando esse conceito com o individualismo burguês, que a teoria liberal e o capitalismo tinham por referência. Assim, questiona-se o “caminho linear” dos direitos humanos, sendo que o autor afirma que isso são ilusões dos direitos humanos convencionais. Ele faz uma análise do que domina de quatro ilusões: a teleologia, o triunfalismo, a descontextualização e o monolitismo (SILVA, 2013).

A ilusão teleológica, consistiria em “ler a história de frente pra trás” ou seja, reconhecer que historicamente, diferentes ideias estiveram em competição e ações que seriam de opressão ou dominação, foram reconfiguradas como ações emancipatórias e libertadoras, em nome dos direitos humanos. (SILVA, 2013, p.18).

A segunda ilusão seria o triunfalismo, ou seja, “a ideia de que a vitória dos direitos humanos e um bem humano incondicional”. Isso seria assumir para o autor que

“todas as gramáticas de dignidade humana que competiram com os direitos humanos não teriam valor.” (SOUSA, 2013, p.13). O autor exemplifica mostrando ideais de libertação nacional, como socialismo, comunismo, revolução e nacionalismo, foram gramáticas alternativas de dignidade humana que foram alternativas.

A terceira ilusão é que os direitos humanos como linguagem emancipatória provém do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Esses mesmos direitos são usados como armas políticas em contextos distintos e objetivos contraditórios. O autor exemplifica com Robespierre, “que fomentou o terror em nome do fervor beato e dos direitos humanos na Revolução Francesa”. (SANTOS, 2013, p.20). Para o autor, historicamente, houve mudanças de discurso:

Quando a partir de meados do século XIX, o discurso de direitos humanos se separou da tradição revolucionária, passou a ser concebida como uma gramática despolitizada de transformação social, uma espécie de antipolítica. Os direitos humanos foram subsumidos no direito do Estado e o Estado assumiu o monopólio da produção de direito e da administração da justiça (SANTOS, 2013, p.20).

A quarta ilusão é o monolitismo, “que consiste em negar ou minimizar as tensões e até mesmo as contradições internas das teorias dos direitos humanos.” (SANTOS, 2013, p.21). Nos últimos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico políticas, como direitos garantidos pelo Estado. Mas a efetivação desses direitos sempre foi precária. O autor ilustra a natureza ilusória do monolitismo, mostrando a tensão entre direitos individuais e coletivos, afirmando:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a primeira grande declaração universal do último século, a que se seguiram depois muitas outras, reconhece apenas dois sujeitos jurídicos: o indivíduo e o Estado. Os povos são reconhecidos apenas na medida em que se tornam Estados. Deve salientar-se que quando a Declaração foi adotada, existiam muitos povos, nações e comunidades que não tinham Estado. Assim, do ponto de vista das epistemologias do sul, a Declaração não pode deixar de ser considerada colonialista (BURKE, 2010, p.22; TERRETTA, 2012, p.40).

O autor problematiza que o racismo e o sexismo eram parte do senso comum, que vieram com o tempo sendo reconhecidos como violações de direitos humanos. Em meados de 1960, as Nações Unidas aprovaram as lutas anticoloniais,



sendo que a autodeterminação dizia respeito a esses povos, deixando de fora povos sujeitos a colonização não europeia como os índios. Direitos coletivos, para o autor, dizem respeito aqueles que não podem ser protegidos pelos direitos humanos individuais, como as lutas das mulheres, afrodescendentes, gays, lésbicas e minorias religiosas.

Pereira (2008) defende que com o advento dos direitos sociais, as tensões entre princípios liberais e social democratas se evidenciaram e a cidadania passou a se constituir uma fusão entre os direitos individuais e sociais. A autora também mostra as tensões existentes nos conceitos de direitos, afirmando que “a divisão da sociedade em classes impõe diferenciações de acesso e usufruto submetendo o universalismo jurídico a lógica do mercado” (PEREIRA, 2008, p.106).

É nesse contexto contraditório que discutimos os direitos das minorias e fazemos essa reflexão entre as conquistas garantidas em lei e as tensões para garantia desses direitos. No próximo item, serão discutidas as políticas públicas no contexto moderno de direitos humanos, sem perder de vista essas tensões existentes sobre esses direitos e a garantia das políticas.

Para Pereira (2008), política pública faz parte do ramo de conhecimento denominado Policy Science que surgiu nos Estados Unidos e na Europa. A autora destaca que política pública não é sinônimo de política estatal. Ela não tem identificação exclusiva com o Estado, mas com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é res (coisa), publica (de todos) e compromete o Estado e a sociedade. E para ela:

[...] ação pública, na qual além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (PEREIRA, 2008, p.94).

O caráter público da política significa um conjunto de decisões e ações que resultam ao mesmo tempo em ingerências do Estado e da sociedade, apresentando, de acordo com Pereira (2008) as seguintes características: constitui um marco ou linha de orientação para a ação pública, sob a responsabilidade de uma autoridade também pública sob o controle da sociedade; visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados em lei; guia-se pelo princípio do interesse comum, ou público, e da soberania popular; deve visar a satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada (PEREIRA, 2008, p. 95-96).

Para Muller e Surel (2004), na construção do conceito da política pública, são abordadas as seguintes características: uma política pública é um constructo social e um constructo de pesquisa, ela possui um quadro normativo de ação, combina elementos de força pública e de competência (*expertise*). Os autores separam a política em uma série de sequência de ação, que permitem acompanhar o desenvolvimento de uma política. São elas:

1. a colocação na agenda que leva os atores a tratar ou a construir o problema;
2. a produção de soluções ou alternativas, com a construção de objetivos adaptados aos problemas percebidos;
3. a decisão, difícil de isolar pois ultrapassa o quadro institucional;
4. a implementação, que diz respeito a execução prática das decisões elaboradas;
5. a avaliação sobre os impactos;
6. a conclusão, que constitui uma sequência entre a extinção de uma política ou a realização dos objetivos (MULLER; SUREL, 2004, p. 29).

Pereira (2008) apresenta uma classificação de política pública que tem como parâmetro os principais padrões de arena de conflito em que a política social é produzida. São elas:

- Arena Regulamentadora: o Estado obriga ou proíbe e a coerção é máxima. Ex.: lei do Silêncio, código de Trânsito. As exceções seriam as ações públicas avalizam a regulamentação da prática de determinados grupos, que querem manter privilégio. Circunscrição de grupos de profissões legalmente regulamentadas, que caracteriza proteção, não penalização (PEREIRA, 2008, p.100).
- Arena Redistributiva: o poder público determina critérios que dão vantagens a grupos, para maior equilíbrio da distribuição de bens. Parte-se do princípio de que, para que um grupo ganhe, outro terá que perder. Os contemplados não são obrigados a utilizar as vantagens que seriam suas. Ex.: reforma agrária, cotas raciais (PEREIRA, 2008, p.100).

- Arena Distributiva: o governo retira de um fundo público, um montante para atender demandas e necessidades, de forma compensatória. Ex.: transferência de renda (PEREIRA, 2008, p.101).
- Arena constitutiva: ações públicas onde a coerção é débil ou afeta indiretamente o cidadão. Ex.: revisão de leis (PEREIRA, 2008, p.100).

Assim, essa classificação nos mostra que as políticas públicas têm diferentes padrões de conflitos, na sua organização e nos seus critérios, embora todas busquem a garantia de direitos. No caso da política de cotas, podemos considerar a Arena Redistributiva, ou seja, parte-se do princípio que um grupo vai perder, para que outro ganhe. Para compreender melhor essas políticas, veremos seu histórico e organização, no próximo item.

### 3.4 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E COTAS RACIAIS

Ao discorrer sobre cotas raciais, destacamos o artigo “Os cotistas desagradecidos”, publicado em 2014 no Portal Geledés. Esse artigo inicia com a seguinte frase: “A incoerência é típica dos desagradecidos. É o auge da hipocrisia individualista, o que há de mais nojento no ser humano. A cena patética de cuspir no prato e enfumaçar a história” (TAU GOLIN, 2014).



Os cotistas

A imagem apresentada no referido artigo nos ilustra a explanação do autor sobre a intolerância hoje com os cotistas e explica que as regiões ricas do Rio Grande do Sul e outras regiões brasileiras que foram de cotistas do passado. A política de colonização do Brasil foi uma aplicação de cotas, considerando que para os colonizadores foi oferecido terras para plantar, para produzir. No início do século XVIII, se aplicou no país a cota de “sesmaria” correspondente a 13.000 hectares, exterminando dois povos indígenas para formar a oligarquia. No artigo publicado no Jornal Sul 21 pelo Jornalista e historiador Tau Golin, o autor completa:

Sendo cotistas do Brasil puderam superar a maldição de miseráveis, pobres, servos, e de execrados socialmente. Muitos sequer podiam montar a cavalo, hoje, seus descendentes são até patrões de CTG, mas condenam as cotas, a mão, a ponte, o vento benfazejo, que mudaram a vida de suas famílias (TAU GOLIN, 2014).

As condições destes cotistas são retratadas na imagem, que mostra um estilo de vida mais rústico, pelas roupas, pelos cestos e a imagem de terras ainda não produzidas.

Para compreender a questão das cotas hoje, é necessário discuti-las historicamente. Começamos por entender o contexto americano, onde surgiram as cotas. A nação norte americana, desde a sua origem se define constitucionalmente como uma república democrática, porém sua economia, principalmente no sul, apoiava-se no trabalho escravo. A realidade da segregação passa a ter fundamento a partir de 1896, que considerava constitucionais acomodações separadas entre brancos e negros em transportes públicos (*ver a história de Rosa Parks, p. 37*).

O termo “ação afirmativa” foi criado por John Kenedy presidente norte americano em 1961, quando iniciou a Comissão por Oportunidades Iguais de Emprego, porém, só quando essa ideia foi incorporada pelo Movimento de Defesa Civil dos negros, liderados por Martin Luther King é que foram tomadas medidas concretas (BRANDÃO, 2005, p.6).

Para Oliven (2007), o termo ação afirmativa se refere:

a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em determinada sociedade tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos no mercado de trabalho, universidades e posições de liderança (OLIVEN, 2007, p.30).

A ideia de ações afirmativas surgiu nos EUA em 1941 quando o presidente Franklin Roosevelt proibiu a discriminação racial contra negros, por decreto, quando da seleção e recrutamento para trabalhar no governo dos EUA. Na iniciativa privada, a discriminação foi abolida em 1964, com a promulgação da Lei dos Direitos Civis com o presidente Lyndon Johnson. Este usa a metáfora de que não seria possível colocar dois homens competindo na mesma corrida de velocidade se um tivesse ficado acorrentado durante anos e acreditar que ambos teriam chance de vencer a prova, sendo esta uma clara referência a escravidão (BRANDÃO, 2005).

Nos EUA, a primeira iniciativa governamental de ações afirmativas ocorreu com o presidente Richard Nixon, em 1972, na Lei de Oportunidade Igual de Emprego, sancionada como emenda à Lei de Direitos Civis, de 1964. De acordo com essa legislação, todas as empresas que prestavam serviço para o governo federal e todas as instituições que recebiam ajuda financeira do governo federal deviam estabelecer metas e prazos para admitir pessoas de minorias raciais e também para a admissão de mulheres (BRANDÃO, 2005, p.6).

Nos últimos 30 anos, entre intensos debates, as políticas de ação afirmativa dos EUA foram realizadas de duas formas: admissão de estudantes e empregos e licitações públicas, que atingem os negros, indígenas, asiáticos, hispânicos e mulheres brancas (BRANDÃO, 2005, p.7). O autor pontua que, quando faz referência a um intenso debate, há diferentes medidas tomadas por diferentes instâncias do legislativo e do judiciário, além de diferentes concepções das políticas afirmativas.

Em 1978, a Suprema Corte dos EUA proibiu as cotas na admissão de novos alunos, mantendo, porém, a possibilidade que os quesitos cor e sexo pudessem ser utilizados na admissão de alunos, o que significaria que entre um aluno negro e um branco, o negro poderia ser escolhido levando em conta o quesito cor, porém, o contrário não poderia ocorrer. Esse princípio também poderia ser utilizado na admissão de funcionário público e das empresas privadas (BRANDÃO, 2005).

As cotas, nesse contexto, encontram-se tão fortalecidas que Brandão destaca, em relação as décadas de 1980 e início de 1990:

Da década de 1980, até o início da década de 1990, quando o Partido Republicano esteve à frente do governo americano, respectivamente com Ronald Reagan (1981-1988) e George Bush (1989-1992), que tiveram como

uma de suas plataformas eleitorais a oposição aos programas de ação afirmativa, esses programas ainda permanecem como política pública. Reagan e Bush nomearam juizes ultraconservadores para a Suprema Corte, mas ainda assim a Justiça americana continuou reconhecendo a legalidade dos programas de ação afirmativa (BRANDÃO, 2005, p.9).

Oliven (2007) destaca que na medida em que os negros conquistam ganhos políticos, outros grupos começam a se organizar, desafiando a supremacia branca, anglo-saxã e protestante. De acordo com a autora, surgem 4 grandes grupos beneficiários das ações afirmativas, sendo eles: *african-americans* (negros nascidos nos estados Unidos); *native-americans* (descendentes de índios de vários grupos, grande parte vivendo em territórios indígenas demarcados); *asian-americans* (descendentes de asiáticos que formam um grupo muito heterogêneo em termos de nacionalidades, culturas, etnias e nível de escolaridade); *hispanics* (mexicanos, porto-riquenhos, cubanos e demais imigrantes de outros países da América Central ou do Sul, seus descendentes podem ser brancos, indígenas ou negros) (OLIVEN, 2007, p.35).

A autora destaca que a presença das minorias na universidade passa a ser vista como multiculturalismo e cada minoria teria “direito” ao seu percentual de representação, o que torna as políticas de ação afirmativa mais vulneráveis (OLIVEN, 2007).

Em abril de 1995, Bill Clinton pede a revisão do programa de ação afirmativa acreditando ser necessário coibir os excessos, sem acabar com eles. Em junho de 1995, a Suprema Corte norte americana restringiu o programa federal destinados as minorias (OLIVEN, 2007).

Em relação as cotas na realidade brasileira, Brandão (2005) afirma que Jocélio Teles dos Santos localiza no ano de 1968 uma das primeiras propostas oficiais de caráter afirmativo:

Maria Valéria Barbosa mostra que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) Outorgada em 1943, portanto ainda no Estado Novo, já traz em seu bojo dois artigos que podem ser considerados medidas de ação afirmativa: são eles: o artigo 3354, que determina cotas de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais e coletivas e o art. 373-A que determina a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres (BARBOSA, 2002 *apud* BRANDÃO, 2005, p.35).

No Brasil, porém, a mudança de visão inicia com a Constituição Federal de 1988. Esta reserva cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência<sup>9</sup> e a concessão de incentivos a empresas que empregarem mulheres, de forma que estas tenham alguma proteção no mercado de trabalho.

Para Paula e Heringer (2009) a Constituição de 1988 apresenta a vitória dos setores populares na ampliação das políticas públicas com ampliação da cobertura. Porém, complexifica-se nessa relação, visto que, somado a universalização, somam-se a reivindicação de demandas históricas de segmentos populacionais discriminados, como mulheres, negros e índios, assegurando o direito a suas especificidades culturais, que estão presentes na Constituição da seguinte forma:

Ao definir patrimônio cultural brasileiro de forma indireta, aponta como direitos culturais as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas. O livre exercício dos cultos religiosos, a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação e os direitos do autor também estão expressamente assegurados na Constituição, no rol de direitos e de garantias fundamentais (art. 5.º). A educação figura como direito social (art. 6.º) e também como direito cultural (art. 205 a 214) (PAULA; HERINGER, 2009, p.20).

Nos anos de 1990, as organizações de movimentos negros brasileiros passam a utilizar mecanismos político-jurídicos para criminalizar o racismo e reivindicar políticas públicas, onde em alguns momentos históricos, são criadas ações pontuais.

Ainda contra a forma de discriminação contra as mulheres foi criada a Lei n.º 9.111/96 proposta pela deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) que determinou um percentual mínimo de 20% das candidaturas reservadas para mulheres.

Em 2001, o governo brasileiro adota um percentual de contratação de 20% de cargos para negros nos ministérios do Desenvolvimento Agrário e no Instituto nacional de Colonização de Reforma Agrária a partir da portaria n.º 202, que deveria atingir até 30% no ano de 2003. Isto não se concretizou já que não foram estabelecidos critérios que determinassem as pessoas que poderiam preencher esses cargos. Em dezembro, o Ministério de Justiça criou cotas de 20% para negros, de 20% para mulheres e 5%

---

<sup>9</sup> Hoje utiliza-se a terminologia "pessoa com deficiência".

para deficientes físicos e mentais para preenchimento de cargos sem vínculos empregatícios com o próprio ministério (BRANDÃO, 2005).

Em março de 2002, o governo federal destinou 20 bolsas de estudo por ano, para a preparação de estudantes negros ao concurso de ingresso ao Instituto Rio Branco, subordinado ao Ministério das Relações Exteriores e responsável pela carreira diplomática no serviço público brasileiro (BRANDÃO, 2005).

No dia 9 de janeiro de 2003, o presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n.º 10639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduz a temática da história e cultura afro-brasileira no ensino básico.

Em 21 de março de 2003 foi criada pela Medida Provisória n.º 111, convertida na Lei n.º 10.678, a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). São finalidades da SEPPIR:

- Formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;
- Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
- Coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial;
- Planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- Acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica (BRASIL, 2003, p.1)

As ações da SEPPIR, voltadas a políticas de promoção da igualdade e de proteção de indivíduos e grupos raciais e étnicos, tem papel fundamental no apoio e criação de políticas que se tornem “políticas de Estado” e não “políticas de governo.” Utilizando o conceito de políticas públicas, citado no item anterior, uma política inicia com os anseios da população na agenda nacional, enquanto demandas a serem asseguradas pela agenda pública e essas demandas asseguradas em lei. Assim,



será apresentado um quadro com o Marco Regulatório das políticas voltadas a promoção da Igualdade Racial, a partir do qual se iniciam as ações concernentes as políticas públicas.

Lei n.º 10639 de 9 de janeiro de 2003	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão da História e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino.
Decreto n.º 4886, de 20 de novembro de 2003	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais, por meio de defesa de direitos, das ações afirmativas e da articulação das dimensões de gênero e raça.
Decreto n.º 6872, de 4 de junho de 2009	Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que, com base nas definições da I Conferência de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR) estabelece um conjunto de ações vinculadas aos seguintes eixos: trabalho e desenvolvimento econômico; educação; saúde; diversidade cultural; direitos humanos e segurança pública; povos e comunidades tradicionais; política internacional; desenvolvimento social e segurança alimentar; infraestrutura e juventude.
Lei n.º 12.288 de 20 de julho de 2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, definindo as principais áreas a serem reconhecidas pelas instituições públicas para a superação das desigualdades raciais;
Lei n.º 12711 de 29 de agosto de 2012	Conhecida como “Lei das Cotas”! Dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

#### **Quadro 2 - Marco Regulatório**

**Fonte: Brasil (2013), SEPPIR (2003-2011).**

Estas são as legislações fundamentais para a instituição de cotas na Universidade. Em 2003, a lei determina a inclusão nos currículos escolares da história e cultura afro-brasileira, de forma a resgatar a “contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (Art. 1.º, §1.º da Lei).

No final de 2003, é instituída a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, com o intuito de reduzir desigualdades. Essa política determina que o Estado deve redefinir seu papel para garantir que a igualdade formal se traduza em igualdade de oportunidade e tratamento. De acordo com o documento instituído, a construção da Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial tem base em diversos instrumentos, sendo estes:

- a) Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação, que define a discriminação racial como “toda exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo anular ou restringir o

reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico e social”.

- b) Brasil sem Racismo, documento elaborado para o programa de governo indicando a implementação de políticas de promoção da igualdade racial nas áreas do trabalho, emprego e renda, cultura e comunicação, educação e saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais.
- c) Plano de Ação de Durban, produto da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, no qual governos e organizações da sociedade civil, de todas as partes do mundo, foram conclamados a elaborar medidas globais contra o racismo, a discriminação, a intolerância e a xenofobia. Desse documento extraíram-se os desafios a serem enfrentados pelo Estado brasileiro.

(Brasil, 2003)

O Decreto n.º 6872, de 4 de junho de 2009 aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e determina eixos de atuação não apenas referente a educação, mas trabalho, saúde, cultura, segurança pública, diversidade e povos tradicionais, dentre outros.

O Estatuto da Igualdade Racial prevê que os orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem separar recursos para os programas e ações de promoção da igualdade. Este dispositivo determina o caráter de execução de política pública, com ações planejadas e recursos para tal. Assim, com o reconhecimento do Estado em relação a esse caráter, a criação da Lei n.º 12711 de 29 de agosto de 2012 é um direito do cidadão, e um dever do Estado e deve ser cumprida com planejamento e avaliação em relação a seus resultados.

No próximo capítulo, será realizada a análise dos dados e da implantação da política de cotas raciais na UTFPR.

#### 4 COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ



Enedina Alves Marques

Foi a primeira mulher e primeira negra a graduar-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, em 1945. A engenheira participou da construção da Usina de Parigot de Souza e trabalhou na Secretaria Estadual de Educação, entre outros locais. É um grande ícone da discussão Gênero, Ciência e Tecnologia no Paraná.

Neste capítulo, será discutido, a partir de uma perspectiva de gênero, o impacto da política de cotas raciais (Lei n.º 12.711/2012) implantada, em 2013, na UTFPR. Essa análise será feita a partir de dados sobre ingresso e permanência de alunas e alunos nas engenharias e licenciaturas (Matemática, Física, Química) do Câmpus Curitiba. Considera-se que os cursos da área científica e tecnológica ainda permanecem com um corpo discente predominantemente masculino e branco.

Assim, será apresentado o percurso metodológico que norteou o trabalho, considerando a análise da política de cotas na UTFPR, tornando possível um debate

entre os dados empíricos e a discussão teórica concernente ao tema. O capítulo foi iniciado com a foto da engenheira Enedina Alves Marques, paranaense, que se formou na Universidade Federal do Paraná em 1945 e se aposentou como procuradora para ilustrar a dificuldade de acesso das mulheres aos cursos nas áreas tecnológicas, principalmente no que se refere as mulheres negras.

#### 4.1 HISTÓRICO DAS COTAS RACIAIS NA UTFPR

O conjunto de textos legais das diversas políticas públicas elaborados a partir da Constituição Federal de 1988 configuram novas exigências quanto a novos modelos de gestão de políticas públicas. O parágrafo 3.º do artigo XXII da Constituição Federal Brasileira, determina: “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta”, o que assegura o direito do usuário a informação, a qualidade dos serviços, o direito a registros administrativos.

Dessa forma, a estrutura governamental responsável pela prestação de serviços sociais, deve reorganizar seus procedimentos e suas competências, frente a necessidade de consolidar práticas participativas e democráticas e mudanças na cultura institucional, haja visto que suas ações devem ser elaboradas para a consecução de ações que produzam resultados.

No Brasil, historicamente, o poder foi centrado no Estado e estruturado historicamente “num contexto autoritário e no interior de um modelo econômico concentrador de renda e socialmente excludente” (GOMES, 2001, p.22).

Assim, com a Constituição de 1988, quando são formalmente assegurados e formalizados os direitos de cidadania, a avaliação de políticas sociais se legitima, embora sua expansão no Brasil esteja mais relacionada em grande parte com as exigências de organismos internacionais. A avaliação também é um processo de construção da esfera pública, como um mecanismo de articulação entre estado e sociedade civil.

A noção de esfera pública transcende a forma estatal ou privada, pois remete a adoção de novos mecanismos de articulação entre estado e sociedade civil, permitindo superar perspectivas que identificam o estatal com o público e o privado com o mercado (GOMES, 2001, p.31).

Considerando que a implementação das cotas raciais na UTFPR, foi realizada em 2013, com a instituição da Lei 12711 de 29 de agosto de 2012, é necessário compreender o processo histórico da universidade para estabelecer critérios de análise partindo da realidade institucional.

Iniciamos a análise com o histórico da UTFPR, que inicia em 23 de setembro de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em várias capitais do Estado pelo então presidente Nilo Peçanha. No Paraná, a escola foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910, em um prédio da Praça Carlos Gomes. O ensino era destinado a garotos de situação mais vulnerável na sociedade, e estes eram intitulados “desprovidos da sorte”. Pela manhã, esses meninos recebiam conhecimento escolar básico e a tarde, aprendiam ofício nas áreas de sapataria, marcenaria e serralheria.

Aos poucos, a escola cresceu e foi transferida para a sede da Avenida Sete de Setembro em 1936, onde ainda permanece. Em 1937, começou a ministrar ensino de 1.º grau, nominando-se Liceu Industrial do Paraná.

Em 1942, a organização do ensino industrial foi expandida em todo o país e o ensino passou a ser ministrado em dois ciclos: no primeiro, o ensino industrial básico, de maestria e artesanal e no segundo, o técnico e pedagógico. Assim, onze cursos industriais básicos foram oferecidos pela escola: alfaiataria, corte e costura, tipografia e encadernação, mecânica de máquinas, marcenaria, artes de couro, mecânica de automóveis, carpintaria, pintura, serralheria e alvenaria, revestimentos. Destaca-se neste item que os cursos eram masculinos, com exceção de corte e costura. As meninas também eram maioria no curso de decoração de interiores. Todas as alunas deveriam ir às aulas de Economia Doméstica e o ensino destinado as jovens era voltado a torna-las donas de casa prenyadas. Buscava-se nestes cursos noções de estética aliada a sensibilidade, sendo estas vistas como características femininas. (LEITE, 2010)

Com a instituição da rede federal de instituições de ensino industrial, o Liceu passa a chamar-se Escola Técnica de Curitiba. Em 1943, iniciaram-se os primeiros cursos técnicos e em 1959, o ensino técnico no Brasil foi unificado pela legislação, passando a escola a denominar-se Escola Técnica Federal do Paraná. A lei de Diretrizes e Bases é aprovada em 1960 reconhecendo o ensino técnico de grau médio.

No dia 5 de outubro de 1973, o Conselho Federal de Educação aprovou o funcionamento de cursos superiores de Engenharia na Instituição. Em 1974, foram implantados os primeiros cursos de curta duração de Engenharia de Operação (Construção Civil e Elétrica). Em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), passando a ministrar cursos de graduação.

Mas foi somente em 2005 que houve a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, sendo que esta vai progressivamente se ampliando e sofrendo mudanças, inclusive com influência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais ( REUNI).

O REUNI foi instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, definiu como um dos seus objetivos “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior”. Ele se apresenta como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa foi implantado para consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação se propôs a cumprir o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172/2001) quando estabeleceu o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. Considerando esse programa, em 2012 foi inaugurado o 12.º Câmpus da UTFPR (Guarapuava).

Hoje a universidade conta com 13 câmpus: Curitiba, Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e Santa Helena.

A partir das ações do REUNI, que seriam, “o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tinham o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”, em 2007 foi aprovado pelo Conselho Universitário da UTFPR, para o vestibular e o exame de seleção dos cursos técnicos, o sistema de cotas para alunos (as) que vêm de escola pública (socioeconômicas), aplicadas a 50% das vagas. O vestibular passa a incluir a nota do Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM) na avaliação e os(as) candidatos(as) passam por duas provas: uma de conhecimentos gerais e outra de conhecimentos específicos.

Para ter direito às vagas destinadas a cotas públicas, era necessário que os (as) estudantes que fizeram o vestibular ou o exame de seleção para o curso técnico comprovassem que estudaram todo o Ensino Médio em escolas públicas. No caso dos cursos técnicos, tanto para a modalidade integrada (quatro anos de duração), quanto para a modalidade Proeja - Programa de Educação Profissional de Jovens e Adultos (três anos de duração) era preciso que os(as) candidatos(as) tivessem cursado todo o Ensino Fundamental em instituição pública.

Em 2010, a seleção dos (as) alunos (as) começa a ser feita pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada). O SISU é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), onde o (a) candidato (a) a ingressar em uma universidade pública faz suas opções de participação nas universidades incluídas no processo. Em 2012 gradativamente estava sendo discutida e instituída a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.<sup>10</sup>

Assim, houve uma mudança no edital em relação às cotas, que passam a ser destinadas 50% das vagas ofertadas em cada curso e turno para candidatos que tenham cursado e concluído todas as séries do Ensino Médio regular ou equivalente (técnico, magistério ou Educação de Jovens e Adultos) em escola pública brasileira das esferas federal, estadual ou municipal ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Encceja<sup>11</sup> ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino. Estes (as) candidatos (as) são denominados *cotistas*, sendo que se inicia na UTFPR a auto declaração de preto, pardo e índio. O padrão de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide a

---

<sup>10</sup> No final de agosto de 2012, a chamada Lei de Cotas foi aprovada e determina que as universidades, institutos e centros federais reservem para candidatos advindos de escolas públicas, também com corte de renda e/ou pretos, pardos e índios, metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos.

<sup>11</sup> O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extra-escolar. Disponível em: <<http://encceja.inep.gov.br/>>.

população do país em cinco grupos: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas. Estes termos são determinados pela lei 2012 e pretos e pardos pertencem a categorias de negros.

A auto declaração como preto, pardo e índio pode ser associada ou não as condições de renda (um grupo possui renda inferior a 1,5 salários mínimo), mas todos (as) estudantes devem ter estudado em escola pública, de acordo com o quadro dos dois grupos a seguir:

1. Grupo 1 - Candidatos oriundos de famílias com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) das vagas de cotistas.
2. Grupo 2 - Candidatos oriundos de família independente de renda (sem necessidade de comprovação), correspondendo ao complemento das vagas de cotistas.

Esses grupos são divididos entre o conjunto de autodeclarados pretos, pardos e indígenas e os que não se declararam pretos, pardos e indígenas. Em cada um desses grupos, são divididas as seguintes categorias, de acordo com quadro 3:

Categoria 1	Cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita e que não se declarou preto, pardo ou indígena,
Categoria 2	Cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita e autodeclarado preto, autodeclarado pardo ou autodeclarado indígena,
Categoria 3	Cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação) e que não se declarou preto, pardo ou indígena.
Categoria 4	Cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação) e autodeclarado preto, autodeclarado pardo ou autodeclarado indígena,

**Quadro 3 - Categorias de cotas da UTFPR, criadas em 2013**

**Fonte: Elaborado a partir do edital 19/2013 da PROGRAD.**

No quadro, é possível observar que existem dois grupos (categorias 2 e 4) autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

É importante destacar que vários dados concernentes à questão do negro no país também foram elencados pelo censo de 2010. Em relação às categorias raciais, foram considerados: branco, preto, pardo, amarelo, indígena (se indígena, deveria declarar etnia e língua falada). Os dados gerais em relação a esse quesito foram os seguintes: dos 190,75 milhões de habitantes, 91 milhões se declararam brancos. O



número de pretos foi de 14,5 milhões, enquanto o de pardos foi de 82,2 milhões. Outras 2 milhões de pessoas se classificaram como amarelas e 817,9 mil se consideram indígenas.

Outras políticas como o Auxílio Estudantil foram criadas na Universidade com a “finalidade de apoiar o discente para o seu desenvolvimento acadêmico e sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica” (ASSAE, 2015). Ele é realizado por meio de auxílio financeiro e acompanhado pelo NUAPE (Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil). O NUAPE é responsável pelo acompanhamento do desempenho acadêmico, pelo atendimento psicopedagógico e execução de programas de assistência estudantil.

Existem quatro tipos de auxílio estudantil, sendo estes:

- Auxílio Alimentação: concedido na forma de crédito para refeição, almoço e jantar, nos Restaurantes Universitários da Instituição. Para os estudantes do Câmpus Santa Helena, que ainda não possui Restaurante Universitário, será concedido um valor mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);
- Auxílio Básico: concedido na forma de recurso financeiro, no montante de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais;
- Auxílio Moradia: concedido para os alunos que moram fora do seu domicílio familiar, é ofertado no valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- Auxílio Instalação: concedido em uma única parcela e destinado exclusivamente ao estudante ingressante. O valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) visa contribuir com as despesas relacionadas com a instalação do estudante no município onde está situado o Câmpus da UTFPR.

No próximo item, serão discutidos os dados concernentes ao acesso de homens e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas, para subsidiar a análise das Cotas da Universidade.

#### 4.2 ANÁLISE DE DADOS DE ACESSO ÀS ÁREAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DE HOMENS E MULHERES BRANCOS (AS) OU NEGROS (AS)

A presença das mulheres nos cursos superiores vem sendo ampliada nas duas últimas décadas. De acordo com dados do Ministério da Educação, em 2013 o percentual médio de ingresso de alunas foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais. Se o recorte for feito por concluintes, o índice sobe para 60%. Do total aproximado de 6 milhões de matrículas, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões do sexo oposto. Na conclusão dos estudos, 491 mil alunas formaram-se, enquanto 338 mil homens terminaram seus cursos em 2013. Porém, esses mesmos dados mostram que a presença feminina ainda é maior nos cursos de humanas. No ano de 2011, por exemplo, 64% dos bolsistas do CNPq na área de ciências exatas e da terra eram homens; em engenharia e computação, 66%.

De acordo com Luz (2009) a participação das mulheres em atividades como as de engenharias ou outras profissões caracterizadas pela ciência e tecnologia pressupõe a conclusão no curso superior, sendo relevante compreender o universo do ensino superior em uma perspectiva de gênero. Para destaque da vantagem feminina, a autora apresenta tabela que mostra ingressantes, matriculados e concluintes de graduação presencial no país, em 2005:

**Tabela 1 - Participação de Mulheres e Homens no Ensino Superior Presencial - Brasil, 2005**

Participação	Feminino	Masculino	Total
Ingresso	55,0	45,0	100
Matrícula	55,9	44,01	100
Conclusão	62,2	37,8	100

**Fonte: Organizado por Luz (2009, p.158) a partir de Ristoff (2007), com dados do MEC/INEP/DEAS.**

Considerando os dados elencados, observa-se uma maior participação das mulheres, no que se refere a ingresso, matrícula e conclusão. Luz (2009) afirma que

os ingressantes e concluintes não se referem ao mesmo universo de pessoas, mas que pelos dados pode-se conjecturar que as mulheres constituem a maioria no ensino superior e também obtém maior êxito nesse nível de ensino, visto que concluem um curso em proporção maior que os homens.

Porém, essa maior participação feminina não se reflete em todos os cursos, observando-se que a participação feminina se concentra em determinados cursos, em geral de áreas humanas, de acordo com a tabela seguinte:

**Tabela 2 - Participação Feminina Na Área De Humanas, Conforme Matrículas - Brasil 2005**

Curso	Feminino (%)	Masculino (%)	Total (absoluto)
Administração	49,2	50,8	671,660
Direito	48,9	51,1	565,705
Pedagogia	91,3	8,7	372,159
Engenharia	20,3	79,7	266,163
Comunicação Social	56,6	43,4	197,068
Letras	80	20	196.068
Ciências Contábeis	50,7	49,3	171.022
Educação Física	43,1	56,9	169,484
Enfermagem	82,9	17,1	153.359
Ciência da Computação	18,8	81,2	110.927
TOTAL	55,9	44,1	4.453.156

Fonte: Organizado por Luz (2009, p.159) a partir de Ristoff (2007), com dados do MEC/INEP/DEAS.

Nesta tabela, observamos uma distribuição de homens e mulheres desiguais entre os diversos cursos. Há uma baixa presença feminina nos cursos de Engenharia e Ciência da Computação e um elevado número nos cursos de Pedagogia, Letras e Enfermagem.

De acordo com Luz (2009) *apud* Ristoff (2007), verifica-se que com os dados que os cursos de engenharia têm se ampliado no país, pois representavam 19,5% passando para 20,3% em 2005. Os cursos de maior participação feminina também apresentam uma ampliação masculina, como pedagogia (os homens representam 7,5% em 2000 e passam a representar 8,7% em 2005) e no curso de Letras (17,5% em 2000 e 20% em 2005) (LUZ, 2009, p.159).

Considerando dados referentes a 2011, nos diversos cursos, consideram-se os seguintes cursos:

**Tabela 3 - Participação de Matrículas entre Homens e Mulheres, segundo Áreas de Conhecimento - Brasil 2011**

N.º	Áreas com maior participação feminina	(%)	Áreas com maior participação masculina	(%)
1	Serviços e de Beleza	97,2	Engenharia Mecânica e Metalúrgica	90,7
2	Ciências da Educação	92,3	Proteção de Pessoas e de Propriedades	89,3
3	Secretariado e Trabalhos de Escritório	91,2	Setor Militar e de Defesa	88,5
4	Serviço Social e orientação	91,0	Eletrônica e Automação	88,5
5	Ciências Domésticas	89,4	Eletricidade e Energia	87,1
6	Terapia e Reabilitação	84,5	Ciência da Computação	85,4
7	Enfermagem e Atenção Primária	84,4	Veículos a Motor, construção Naval e Aeronáutica	85,2
8	Psicologia	81,1	Processamento da Informação	82,5
9	Biologia e Bioquímica	71,5	Transportes e Serviços	80,5
10	Farmácia	71,3	Uso do Computador	80,4

Fonte: Censo da Educação Superior (2011-2013), *apud* Luz e Gitahy (2015).

Nestes dados, as engenharias Mecânica e Metalúrgica apresentam 90,7% de participação feminina e a Ciência da Computação, 85,4%. Estas engenharias tem o maior percentual de participação masculina, destacando-se também as áreas de Eletrônica e Automação. (88,5%). A maior participação feminina ainda encontra-se nas áreas de secretariado e Trabalhos de Escritório (91,2%), Serviço Social (91%) e Ciências Domésticas (89,4%).

De acordo com Luz e Gitahy (2015) segundo o censo 2011 (INEP, 2013), existe equilíbrio entre as matrículas feminina e masculina (participação percentual próxima de 50%) nas seguintes áreas: “Química e Engenharia de Processo”, “Finanças, Bancos, Seguros”, “Comércio e Administração (cursos gerais)”, “Formação de Professor de Educação Básica”, “História e Arqueologia”, “Direito”, “Formação de Professor de Disciplinas Profissionais”, “Proteção Ambiental (cursos gerais)”, “Química” e “Marketing e Publicidade”.

Estes dados mostram desigualdades de gênero nas diversas áreas de conhecimento, sendo que a mulher ainda tem maior participação nas ciências humanas, ou nas áreas consideradas de “cuidados” ou afazeres domésticos e os homens têm maior participação nas áreas do “raciocínio”, e da “ciência”

Para além das desigualdades de participação nas áreas tecnológicas e das ciências, as mulheres apresentam as menores faixas salariais, de acordo com o estudo realizado por Luz (2009) conforme a tabela a seguir:

**Tabela 4 - Participação de Homens e Mulheres nas Faixas Salariais de Profissionais Científicos e Tecnológicos – Brasil 2006**

Profissão	Salários até 10 SM		Salários superiores a 10 SM	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Matemáticos, estatísticos e afins	60	44	40	56
Físicos, químicos e afins	54	36	46	64
Engenheiros, arquitetos e afins	51	35	49	65
Professores do ensino superior	85	71	15	29

Fonte: Luz (2009), a partir da Rais 2006.

A tabela destaca como as mulheres ainda recebem os menores salários (abaixo de 10 salários mínimos) mesmo em carreiras similares as dos homens. Para engenheiros e afins, por exemplo, 65% dos homens recebem mais de 10 salários mínimos, sendo que 51% das mulheres recebem menos de 10 salários mínimos. Podemos constatar que os conceitos de ciência e tecnologia, socialmente construídos, estabeleceram relações de poder, que hierarquizaram não apenas conhecimentos a partir de relações de gênero, mas também carreiras, considerando que gênero é uma categoria relevante para estudo do mundo do trabalho.

Lima (2013) argumenta que há duas exclusões distintas para as mulheres nas carreiras acadêmicas:

Essas duas exclusões – vertical e horizontal – apresentam dois momentos cruciais e distintos na carreira acadêmica: um em relação à escolha da área e outro em relação à permanência e à ascensão na profissão (p.885).

Estas exclusões se referem ao pouco número de mulheres nas ciências e a menor remuneração das mulheres na carreira, de acordo com os dados elencados anteriormente, sendo que a autora exemplifica com o exemplo das bolsas do CNPQ, que trazem prestígio acadêmico e os homens ainda são os maiores beneficiados. A autora utiliza o conceito de teto de vidro, para exemplificar a partir de uma metáfora, as dificuldades concretas das mulheres no mundo do trabalho:

O teto de vidro tem sido utilizado como metáfora para representar o obstáculo invisível, porém concreto, que impede as mulheres de chegarem a determinadas posições de prestígio nas profissões. Esse conceito contribui para o entendimento de duas importantes questões: 1) a transparência do vidro, que se refere à ausência de barreiras formais/legais que impeçam a participação de mulheres em cargos e posições de poder, ou seja, as dificuldades das mulheres não podem ser medidas somente pela

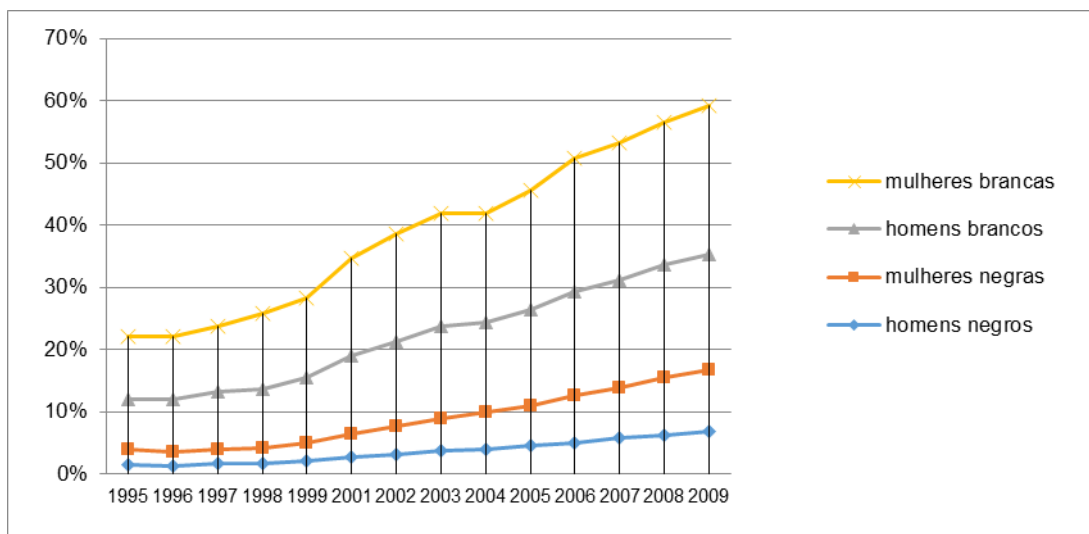
ausência de dispositivos legais contra sua atuação profissional; e 2) a posição do teto, que representa que há um entrave para ascensão das mulheres, dessa forma, é possível que elas transitem pelas posições dispostas na carreira até um determinado ponto: o topo de uma determinada profissão (LIMA, 2013, p.885).

Nesta pesquisa, é importante afirmar que o teto de vidro pode ser ainda “mais transparente” no caso das mulheres negras. A partir da publicação do Dossiê das Mulheres Negras, resultado de uma parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR) com a ONU Mulheres, no âmbito do projeto Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, os dados concernentes às mulheres negras apresentam maior disparidade nas áreas relativas ao mundo do trabalho e sua inserção nos cursos superiores.

A quarta edição dessa publicação (2011) apresentou dados atualizados sobre as condições da mulher negra no país a partir da intersecção de gênero e raça, no período de 1995 a 2011.

É possível perceber uma redução na desigualdade, pois no início de 1995, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as brancas e, no final de 2011, recebiam 51%. O mesmo se verifica para a população masculina: os homens negros, em 1995, recebiam 44% do rendimento dos homens brancos e passaram a receber 52%, em 2009. Embora tenha ocorrido uma redução das desigualdades na renda, observa-se que a estrutura dessa desigualdade permanece praticamente inalterada: As famílias chefiadas por mulheres negras mantiveram-se sempre com os menores rendimentos seguida pelos homens negros, mulheres brancas e, por último, pelos homens brancos (SOTERO, 2014, p.29).

No próximo gráfico, considera-se a questão do trabalho doméstico, constatando-se que a profissão de empregada doméstica ainda é majoritariamente executada pelas mulheres negras.



**Gráfico 1 - Taxa Líquida da Escolarização, por Sexo, Cor/Raça e Nível de Ensino**  
 Fonte: Sotero, E. C. *apud* Mazzini e Marcondes *et al.* (2013).

No que se refere ao trabalho doméstico, de acordo com DIEESE (2013), este continua com composição feminina: estimava-se que 6,6 milhões de pessoas estavam ocupadas com o serviço doméstico no país. Destas pessoas, o contingente de mulheres seria de 6,1 milhões. (92,6%). E, com relação à escolaridade, grande parte das ocupadas em empregos domésticos possui apenas o Ensino Fundamental incompleto ou equivalente (alfabetizadas sem escolarização), cujo percentual foi de 48,9% em 2011. Foi elevada também, a proporção daquelas com Ensino Fundamental completo ou médio incompleto (23,1%). Entre 2004 e 2011, a proporção de domésticas com ensino fundamental completo e médio incompleto cresceu de 20,4% para 23,1%. O maior aumento (7,7%) foi registrado entre as domésticas ocupadas com ensino médio completo ou superior incompleto, no mesmo período.

Considerando que as mulheres ainda ocupam em sua maioria o trabalho doméstico e grande parte possui apenas o ensino fundamental, apresentamos um gráfico do ensino superior, com recorte de raça:

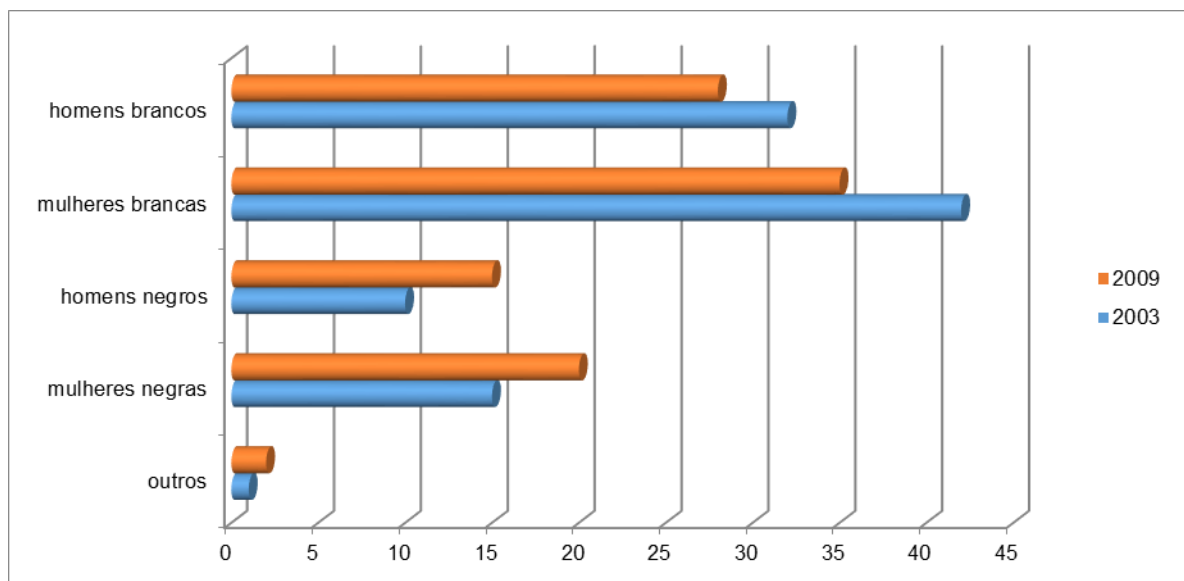


Gráfico 2 - Estudantes de Ensino Superior, por Sexo e Cor/Raça - 2003 e 2009

Fonte: IBGE (2004; 2010) *apud* Sotero, E. C. (2013).

As mulheres ainda têm maior presença no ensino superior e embora tenha uma diminuição em 2009, ainda é superior a dos homens. Porém, observando-se a questão da raça, esta presença refere-se às mulheres brancas. As mulheres negras apresentam menor presença no ensino superior que os homens e mulheres brancos, embora aumentem o acesso em 2009. Os homens negros têm o menor percentual de participação no ensino superior.

Os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) mostram que a mão de obra doméstica feminina registrou de 2004 a 2011, crescimento de 3,1%. Entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, o que revela a continuidade do perfil do emprego doméstico: feminino e negro.

A permanente desvalorização do trabalho doméstico – baixos salários, pouco reconhecimento social, baixa proteção social e direitos trabalhistas ainda restritos, etc. – possibilita ainda associar o trabalho da mulher negra a resquícios de uma escravidão que insiste em permanecer presente na sociedade e que clama pela continuidade das lutas e por organização que possibilitem exterminá-la definitivamente. As lutas das mulheres negras subsidiam o compromisso do Estado Brasileiro de mudar as relações de exploração e criar políticas públicas. Para Dias e Luz (2013) gênero, classe social, raça/etnia ainda estabelecem uma sociedade



patriarcal na qual há divisão dos saberes e onde o feminino é constituído a partir de uma visão construída socialmente de “arte”, “sensibilidade”, “paciência”.

No documento *Tendências e Perspectivas da Engenharia no Brasil*, produzido em 2012 pela USP, afirma-se que houve um aumento no número de ofertas de vagas de engenharias em todo o país, de uma média de crescimento de 12% ao ano, entre 2001 e 2011. As maiores taxas são no Sudeste (13% ao ano) e no Centro Oeste (14% ao ano), com as instituições privadas liderando a expansão. As matrículas em engenharia passaram de 180.497 no ano 2000 para 596.416 em 2011. Isto representa um crescimento de 230% no período, ou 10,5% ao ano, um aumento muito expressivo frente ao crescimento populacional (13% no período).

Neste documento, afirma-se ainda que a engenharia confirma ser uma profissão predominantemente masculina: Em 2011, do total de indivíduos declarados como engenheiros, 203.750 (83,56%) eram do sexo masculino e 42.804 (16,44%) eram do sexo feminino. Esse fato revela a exclusão das mulheres desta área.

No próximo item, serão analisados os dados da UTFPR.

#### 4.3 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA E RESULTADOS DA PESQUISA QUANTITATIVA

Nesta pesquisa, optou-se pela tipologia descritiva, que tem como objetivo: “descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (GIL, 2008).

Para isso, em um primeiro momento, iniciou-se a abordagem quantitativa, ou seja, realizar um levantamento a partir dos dados elencados no sistema acadêmico, considerando que: “o uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática” (MINAYO, 2010, p.65). Esses dados foram organizados em tabelas, considerando cotistas raciais e não raciais, para facilitar a análise das variáveis, que seriam: “as características que podem ser observadas em cada elemento da população, sob as mesmas condições” (BARBETTA, 2001, p.27).

Foram utilizadas como variáveis: o gênero dos estudantes, a auto declaração de raça, índice de desempenho acadêmico dos diferentes semestres (1.º semestre de 2013, 2.º semestre de 2013, 1.º semestre de 2014, 2.º semestre de 2014), o índice de evasão nos cursos. Desta forma, foi possível observar como se deu o ingresso e permanência de estudantes cotistas e não cotistas e como foi o desempenho destes no semestre.

A população considerada neste estudo foram os (as) estudantes das engenharias e licenciaturas do Câmpus Curitiba, cotistas e não cotistas, no período de 2013 e 2014, após a implantação da Lei n.º 12.711/2012.

Para Barbeta (2001) definimos como população: “População acessível, ou simplesmente população, é o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que pretendemos levantar” (BARBETTA, 2001, p.25).

Foi selecionado o Câmpus Curitiba da UFPR por ser o mais antigo da Instituição, ou seja, ele foi criado em 16 de janeiro de 1910. Hoje o Câmpus conta com seis engenharias (Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação) e quatro licenciaturas (Licenciatura em Letras Português Inglês, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química).

Foram escolhidas as engenharias por se caracterizar historicamente como cursos da área tecnológica, com pouca inclusão de mulheres e as licenciaturas, como cursos mais novos na Instituição, que apresentam um perfil de estudantes diferenciados (as), visto que estes realizam uma formação para docência.

Na pesquisa, foram organizados gráficos para medir o desempenho dos estudantes ingressantes a cada semestre, considerando cotistas raciais e não cotistas e tabelas que apresentaram o panorama do número de estudantes cotistas raciais e não cotistas e a evasão destes estudantes a cada semestre (cotistas e não cotistas).

Porém, ao analisar estes dados, observou-se que o coeficiente de rendimento acadêmico<sup>12</sup> das estudantes cotistas raciais em alguns cursos, se encontrava extremamente abaixo da média, além do seu ingresso nos cursos se dar

---

<sup>12</sup> Na parte da pesquisa quantitativa será explicada a fórmula para aferição deste índice, que é o parâmetro avaliativo da Universidade (notas acima da média são 0,6) e também serão utilizadas como parâmetro de avaliação das notas na análise.

em número reduzido. Dessa forma, foi organizado um questionário e entrevista com as cotistas raciais, que será apresentado ao final da análise quantitativa.

Para melhor compreensão sobre como se deu a divisão e classificação de cotistas, é necessário compreender como foram estabelecidas estas categorias na pesquisa: existem quatro categorias de cotistas, conforme apresentado anteriormente, porém, o foco da análise serão os cotistas raciais, juntando as categorias 2 e 4 (a categoria 2 com recorte racial e socioeconômico e a 4 apenas com recorte racial) e os não cotistas. Será realizado também um recorte de gênero.

Assim, quando houver referência no texto a cotistas, entendem-se cotistas raciais. A análise do desempenho acadêmico será realizada a partir do coeficiente acadêmico dos estudantes. De acordo com o regulamento didático pedagógico dos cursos de Graduação da UTFPR, o coeficiente de rendimento do aluno será calculado de acordo com a equação (1), levando-se em consideração todas as disciplinas/unidades curriculares cursadas, inclusive as cursadas como enriquecimento curricular conforme parágrafo 1.º do Art. 23.

$$CR = \frac{\sum (NF \cdot CH)}{10 \cdot \sum CH} (1)$$

Onde:

CR = coeficiente de rendimento;

NF = nota final na disciplina/unidade curricular, expressa de 0,0 a 10,0;

CH = carga horária total da disciplina/unidade curricular (UTFPR, 2015).

O coeficiente de rendimento é fundamental, de acordo com o regulamento, para preenchimento de vagas nas disciplinas (sempre o maior coeficiente). Dessa forma, o coeficiente é uma equação que expressa a nota, mas também as disciplinas cursadas. Ela mostra o desempenho dos(as) alunos (as).

Considerando o Regulamento Didático Pedagógico dos cursos de graduação da UTFPR, será aprovado na disciplina, o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0:

“§5.º - Será aprovado por exame de suficiência na disciplina requerida, o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis).”

Assim, o índice de desempenho acadêmico é calculado a partir da nota, mas para que o (a) estudante possa ficar acima de 0,6 (esse é o coeficiente de

rendimento do (a) estudante acima do qual se determina se tem ou não uma boa média) é necessário que ele cumpra a carga horária do curso. Assim, essa média fica alta também com uma boa frequência no curso.

Em relação as desistências, são inúmeros os motivos definidos no sistema acadêmico, sendo que alguns são similares como matrícula em outro curso, opção de curso superior, reopção de curso. Estes serão considerados como os mesmos motivos. Erro de sistema são estudantes cadastrados com erros, assim, serão vistos como inexistentes.

Para compreender como é realizada a distribuição de cotas raciais na Universidade, dos cursos que serão analisados, será apresentado a seguir as vagas de cotistas raciais e não cotistas nos quatro semestres, de acordo com Edital do SISU<sup>13</sup>, divulgado na página da UTFPR.são as seguintes:

Curso	Total de vagas	Vagas para não cotistas	Vagas para cotistas			
			Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4
Engenharias e Licenciaturas	44	22	07	04	07	04

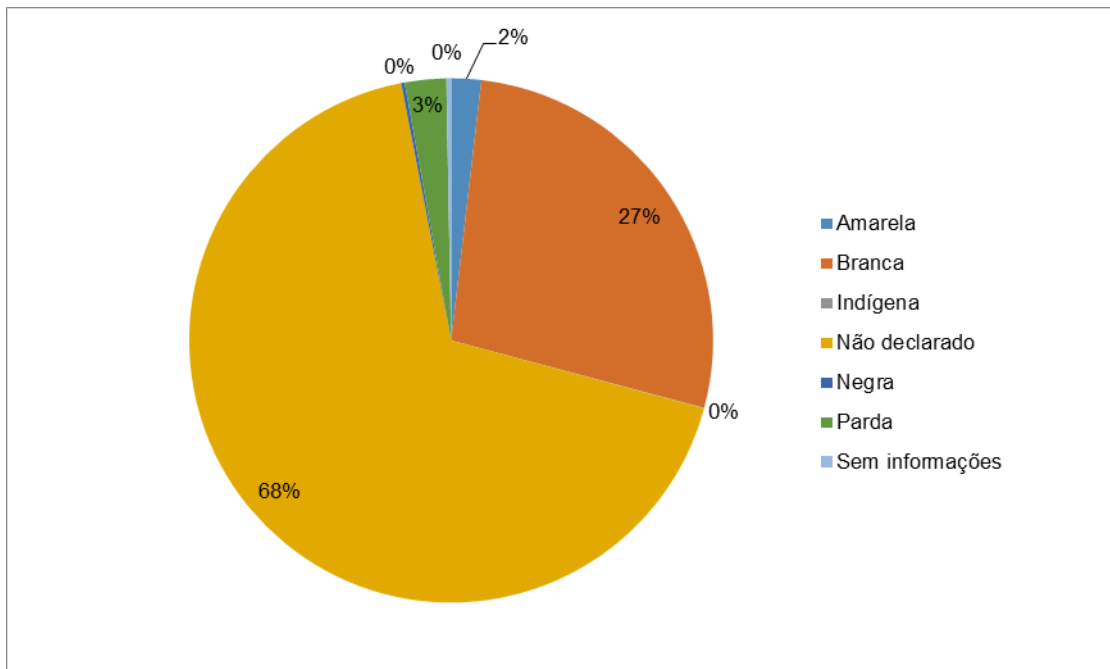
**Quadro 4 - Vagas para cotistas**

Fonte: Edital SISU 007-2015-PROGRAD.

As categorias de cotistas 2 e 4 são as raciais, sendo a 2 com renda per capita igual ou menor a 1,5 salário mínimo e a 4 sem corte de renda. Observa-se um número de vagas menor para cotistas raciais, o que se dá devido a proporção de vagas para o conjunto de pretos, pardos e indígenas que é a soma do percentual de pretos, pardos e indígenas do Estado do Paraná, ou seja, de 28,264% referente ao último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas - atendendo a Portaria Normativa n.º 18-MEC, de 11 de outubro de 2012, Art. 3.º, Inciso II. Por isso, a proporção de cotistas raciais é menor que a proporção dos demais cotistas independentes da raça, pois o cálculo realizado de cotistas é de 30% entre a categoria de cotistas.

<sup>13</sup> O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação, por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

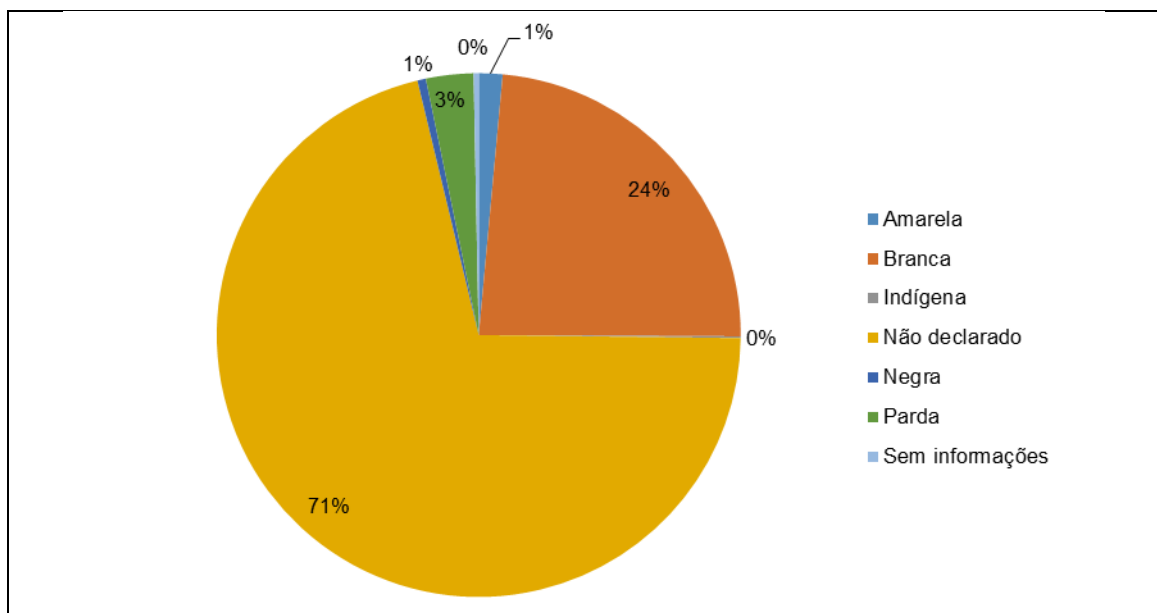
No início da pesquisa, buscou-se os dados de auto declaração dos(as) estudantes antes de 2013, para comparação posterior dos(as) estudantes existentes. O gráfico a seguir trata da apresentação de dados referentes a participação de homens, que se auto declararam, partindo da variável racial.



**Gráfico 3 - Participação dos Homens em Grupos Étnicos, conforme Variável Racial**  
 Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Este gráfico agrega dados a partir de 2004, mostrando como a maioria dos estudantes não se auto declaram (68%) e o maior índice de auto declaração é da cor branca.

Pode-se conjecturar que isso ocorre pela pouca presença de negros, pardos e indígenas, durante os vários anos. Em relação às mulheres, mantém-se o grande número de não declarados, sendo o percentual ainda maior que os homens e a auto declaração da cor branca maior que as demais.



**Gráfico 4 - Participação das Mulheres em Grupos Étnicos, conforme Variável Racial**  
 Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Esses dados mostram como as informações referentes à raça são escassas na Universidade, principalmente antes de 2013. Com o altíssimo número de não declarados, tanto de homens como de mulheres a partir de 2004, não foi possível realizar uma pesquisa comparativa anterior a 2013, com o número de ingresso de pretos (as) e pardos (as) antes das cotas raciais.

As categorias de análise que serão utilizadas serão: Participação, Rendimento e Evasão de Negras e Negras nos cursos de Engenharias, Participação, Rendimento e Evasão de Negras e Negras nos cursos de Licenciatura, Desafios e Oportunidades das Mulheres Cotistas Raciais na UTFPR.

#### 4.3.1 Participação, Rendimento e Evasão de Negras e Negros nos Cursos de Engenharia

Neste item, foram analisados (as) os (as) estudantes que se matricularam e permaneceram na UTFPR, pois estes dados são gerados em separado com os dos(as) estudantes desistentes. Em seguida, foi analisada a evasão de estudantes

cotistas raciais e não cotistas, sendo possível observar a participação feminina e masculina de não cotistas e cotistas raciais nas engenharias, além do coeficiente de rendimento acadêmico destes (as) estudantes. Será iniciada a apresentação das tabelas com o curso de Engenharia Civil.

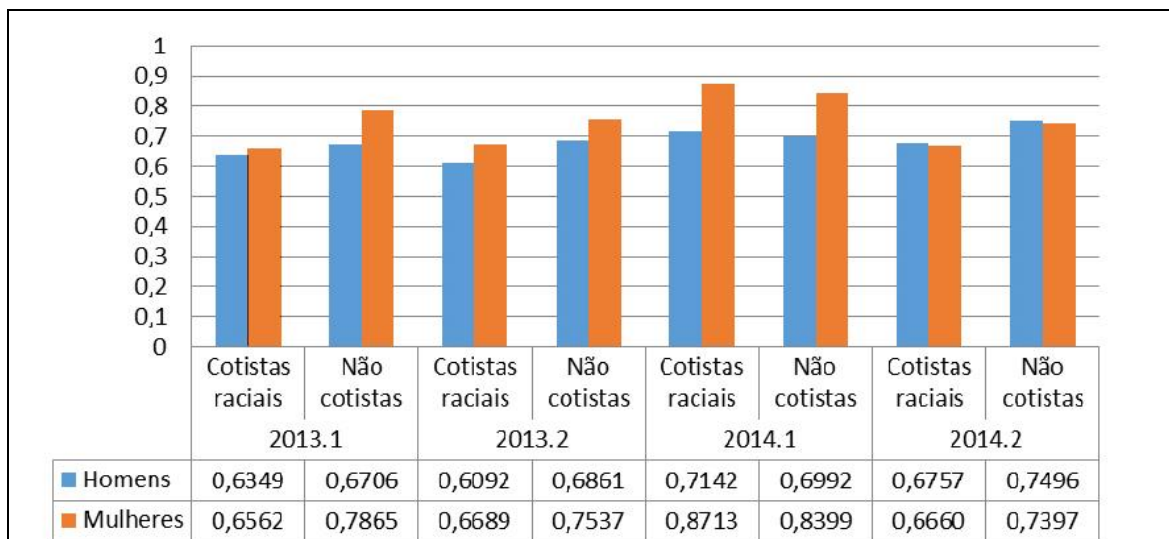
**Tabela 5 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Engenharia Civil - UTFPR - 2013-2014**

Categoria	2013				2014			
	1.º Semestre		2.º Semestre		1.º Semestre		2.º Semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	5	3	4	2	7	1	8	1
Não cotistas	12	12	9	5	17	4	13	8
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>21</b>	<b>9</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Observando a tabela 5, pode-se afirmar que há uma diminuição gradativa de mulheres cotistas no curso, sendo que no 2.º semestre de 2014, permanece uma estudante cotista racial. Em relação aos homens cotistas raciais, vai havendo um aumento, de 5 estudantes no primeiro semestre de 2013 para 8 estudantes no 2.º semestre de 2014.

Em relação aos (as) estudantes não cotistas, as mulheres iniciam com o mesmo número que os homens e sua inclusão vai diminuindo, de 12 no primeiro semestre de 2013 para 8 no segundo semestre de 2014. Os homens não cotistas têm a maior presença no curso, mesmo iniciando com o mesmo número de mulheres não cotistas. No primeiro semestre de 2014, ingressam 17 homens não cotistas e, no segundo semestre de 2014, ingressam 13.



**Gráfico 5 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Engenharia Civil - UTFPR - 2013-2014**

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Em relação ao curso de engenharia civil, observando-se o gráfico 5, o coeficiente de rendimento das mulheres cotistas raciais no primeiro semestre de 2013 é um pouco maior que os homens cotistas raciais. Os não cotistas apresentam um coeficiente de rendimento maior em relação aos cotistas, destacando-se as mulheres, com 0,7864.

No segundo semestre, os homens cotistas raciais têm uma queda do coeficiente de rendimento, enquanto as mulheres cotistas raciais aumentam seu coeficiente. As mulheres cotistas raciais mantêm um coeficiente de rendimento acima da média, ou seja, acima de 0,6. As mulheres não cotistas ainda mantêm um índice maior que os demais.

No primeiro semestre de 2014, as mulheres cotistas raciais tiveram rendimento inferior ao dos homens cotistas raciais, por outro lado as mulheres não cotistas aumentam índice para 0,8399. No segundo semestre, os homens cotistas raciais diminuem um pouco o coeficiente, mantendo-se, porém, acima da média e os não cotistas aumentam o coeficiente, ultrapassando as mulheres não cotistas com uma pequena diferença.

Assim, podemos afirmar que as mulheres não cotistas mantêm um coeficiente de rendimento maior que os demais e as mulheres cotistas mantêm o desempenho acima da média, sendo que os homens cotistas aumentam seu desempenho nos semestres.

De forma geral, há uma diminuição de mulheres cotistas raciais e um aumento de homens cotistas raciais, mas em relação ao coeficiente de rendimento, em todos os semestres todos se mantêm acima da média.

Em relação a evasão neste curso, foram compilados os seguintes dados. Observa-se na tabela 6 que nos dois semestres de 2013, a maior evasão foi de 10 homens cotistas raciais 10 e de 2 mulheres não cotistas. Dos desistentes, 3 homens cotistas raciais justificam a desistência por reprovação no 1.º período, 1 deles nem realizou a matrícula e as 2 mulheres não cotistas justificam também com reprovação no primeiro período.

Em 2014, observa-se desistência de 4 homens não cotistas e 1 mulher não cotista. Destes, 1 homem não cotista apresenta matrícula em outro curso e os demais, desistem por reprovação no primeiro período.



Tabela 6 - Evasão de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia Civil - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	0	0	0	1	0	1	0
Matrícula em outro curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros não especificados	0	0	0	0	0	0	2	0
Reopção de curso	0	0	0	0	0	0	1	0
Reprovação 1.º período	0	0	0	0	3	0	0	2
Sem motivo	0	0	0	0	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	0	0	0	0	0	0	0
Matrícula em outro curso	0	0	0	0	0	1	0	0
Outros não especificados	0	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	1	0	1	0	2	0	0
Sem motivo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de cotistas raciais e mulheres não cotistas e o motivo apresentado pela maioria foi de reprovação no primeiro semestre.

Em relação ao curso de Engenharia da Computação, temos os seguintes dados:

Tabela 7 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Engenharia da Computação - UTFPR - 2013-2014

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	5	0	5	1	5	0	6	1
Não cotistas	23	1	16	4	20	1	18	2
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>3</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Observando a tabela 7, em relação ao número de cotistas e não cotistas, o ingresso de mulheres neste curso é muito pequeno. No 1.º semestre de 2013 e no

2.º semestre de 2014, não chega a ter ingresso de mulheres cotistas e, nos demais, apenas uma mulher cotista. As mulheres não cotistas, porém, também apresentam um número exíguo, apenas (1) uma no segundo semestre de 2014.

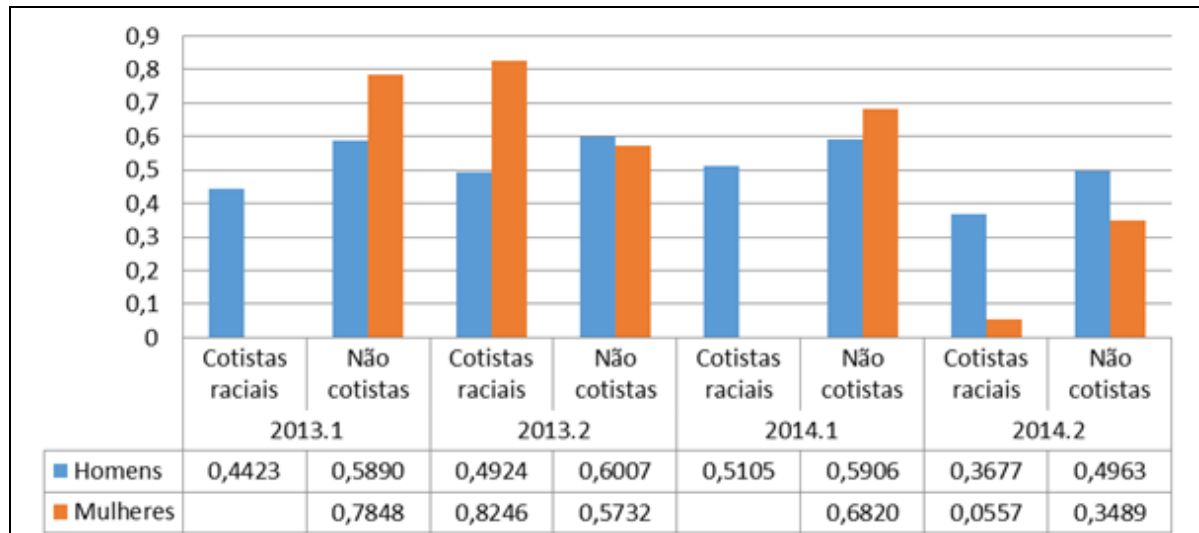


Gráfico 6 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Engenharia da Computação - UTFPR - 2013-2014

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

De acordo com o gráfico 6, no primeiro semestre de 2013, não houve ingresso de mulheres cotistas raciais, apenas de homens cotistas raciais. O coeficiente dos homens cotistas raciais inicia abaixo da média, assim como o dos não cotistas. Em relação aos não cotistas, as mulheres mantiveram o coeficiente de rendimento maior que os homens, tanto cotistas como não cotistas. De acordo com a tabela anterior, apenas uma mulher não cotista ingressou no curso e apresenta um coeficiente de desempenho acima da média.

No segundo semestre de 2013, mulheres cotistas raciais tem o desempenho maior que os homens cotistas e os homens não cotistas ultrapassam as mulheres não cotistas no coeficiente. As mulheres cotistas apresentam coeficiente maior que as mulheres não cotistas.

Em relação a 2014, não há ingresso de mulheres cotistas raciais no primeiro semestre sendo que tanto os homens cotistas raciais como os não cotistas possuem coeficiente abaixo da média. As mulheres não cotistas possuem o melhor desempenho, embora a presença de mulheres nesse curso seja de 1(uma) neste semestre. No segundo semestre, todas as categorias de cotistas e não cotistas

possuem desempenho abaixo da média, mas o coeficiente de rendimento da mulher cotista racial (uma apenas, de acordo com a tabela anterior) é o menor de todos, com 0,0527.

De forma geral, neste curso há uma presença feminina exígua, sendo que as mulheres cotistas e não cotistas têm um desempenho de acordo com a média da turma, com exceção da estudante não cotista que em um semestre tem o mais alto e no outro, tem o mais baixo coeficiente.

Em relação a evasão neste curso de cotistas e não cotistas, temos os seguintes dados:

Tabela 8 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia da Computação - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	2	2	0	0	0	0	0	2
Matrícula em outro curso	0	0	0	0	0	1	0	0
Reopção de curso	0	0	0	0	0	1	0	0
Reprovação 1.º período	1	2	0	0	1	1	0	0
Sem motivo	0	1	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	1	0	0	0	0	0	0
Matrícula em outro curso	0	1	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º período	1	1	0	0	1	2	1	0
Sem motivo	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Observa-se na tabela 8 que nos dois semestres de 2013, houve evasão de 4 homens cotistas raciais, 9 homens não cotistas e 2 mulheres não cotistas. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens cotistas raciais, 2 homens não cotistas e 2 mulheres não cotistas;
- Matrícula em outro curso - 1 homem não cotista, 2 homens cotistas raciais;

- Reprovação no 1.º período - 2 homens cotistas raciais e 3 homens não cotistas;
- Sem motivo- 2 homens não cotistas.

Em 2014, observa-se desistência de 3 homens cotistas raciais, 5 homens não cotistas e 1 mulher cotista racial. Destes, 1 homem não cotistas apresenta matrícula em outro curso, 1 homem não cotista matrícula em outro curso e os demais desistem por reprovação no primeiro período.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (5) e homens cotistas raciais (3) e o motivo apresentado pela maioria foi de reprovação no primeiro semestre.

Em relação a Engenharia do Controle e Automação, foram compilados os seguintes dados, de acordo com a tabela 9:

**Tabela 9 -Número de Estudantes Matriculados no Curso de Engenharia de Controle e Automação - UTFPR - 2013-214**

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	2	3	4	1	7	0	5	1
Não cotistas	19	3	35	3	24	3	22	4
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>39</b>	<b>4</b>	<b>31</b>	<b>3</b>	<b>27</b>	<b>5</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

No primeiro semestre de 2013, o ingresso de mulheres cotistas raciais é pequeno (3) e diminui para 1 no segundo semestre. No primeiro semestre de 2014, não há alunas cotistas no curso, sendo que no 2.º semestre de 2014, há apenas uma. O número de mulheres não cotistas é muito menor que dos homens não cotistas e ainda menor que os homens cotistas com exceção do 1.º semestre de 2013, em que há 3 mulheres não cotistas e 2 homens cotistas. Esses dados mostram que nesse curso, a grande maioria dos estudantes são homens não cotistas.

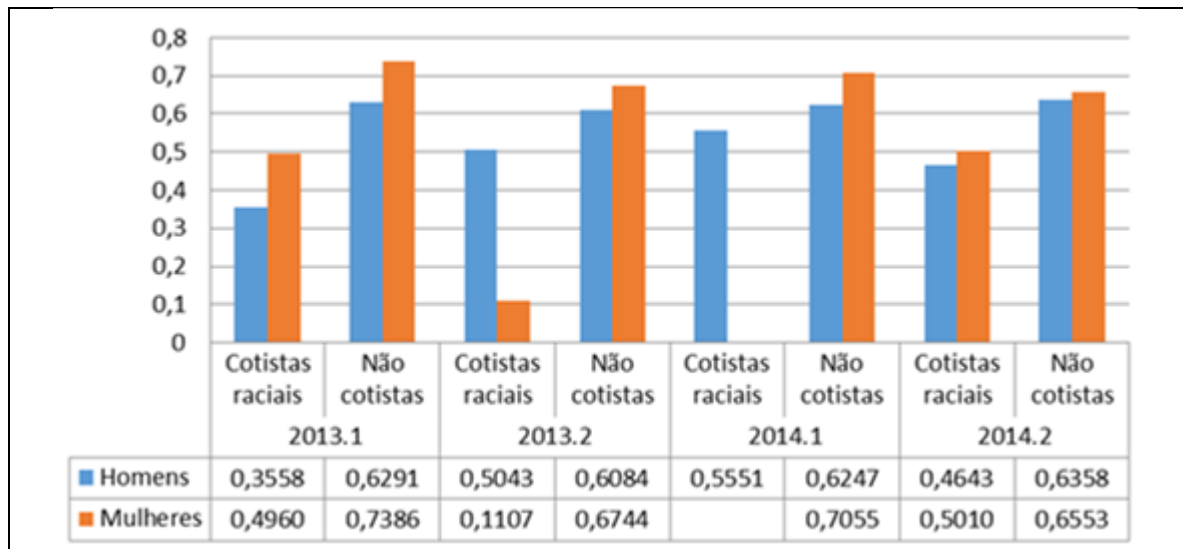


Gráfico 7 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Engenharia de Controle e Automação - UTFPR - 2013-2014

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

De acordo com o gráfico 7, no primeiro semestre de 2013, há uma média de coeficiente de rendimento maior das mulheres cotistas em relação aos homens cotistas, embora ambos se encontrem abaixo da média. As mulheres não cotistas têm um coeficiente bem acima da média, em relação aos homens não cotistas e cotistas, no primeiro semestre. No segundo semestre, o coeficiente dos homens cotistas aumenta, mas ainda fica abaixo da média e das mulheres cotistas ficam bem abaixo da média (0,1107). O coeficiente de rendimento dos homens não cotistas aumenta e das mulheres não cotistas diminuem, mas ainda se mantém acima da média dos demais.

No primeiro semestre de 2014 não há entrada de mulheres cotistas no curso. Os homens cotistas têm uma queda da média do coeficiente de rendimento, sendo que as mulheres não cotistas aumentam as notas. No segundo semestre, as mulheres cotistas têm uma média do coeficiente de rendimento de 0,5010 e os homens cotistas diminuem o desempenho, com o percentual de 0,4643. Os homens não cotistas aumentam o desempenho e as mulheres não cotistas diminuem, embora mantenham o melhor desempenho em relação aos demais.

De forma geral, há pouca presença de mulheres neste curso, sendo que em um semestre não há ingresso de cotistas raciais. De forma geral, cotistas raciais (homens e mulheres) possuem as piores notas, sendo que as mulheres cotistas

raciais a partir do segundo semestre de 2013, tem a presença de apenas uma mulher (excetuando o 1.º semestre de 2014 que não tem nenhuma).

Em relação a evasão neste curso tem-se:

**Tabela 10 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia do Controle e Automação - UTFPR - 2013-2014**

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	2	0	2	0	4	0	0
Decepção com o curso	0	0	0	0	1	0	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	1	0	0	2	0	0	0	0
Mudança de Cidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Opção curso superior <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	1	1	0	0	1	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem motivo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	0	0	0	0	0	0	0
Decepção com o curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	1	0	0	0	0	0	0
Mudança de Cidade	0	0	0	0	0	1	0	0
Opção curso superior <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	1	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	1	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	2	0	1	2	0	0	0
Sem motivo	0	2	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

(1) Os motivos são considerados os mesmos para análise, pois todos se referem a mudança de curso.

Observa-se na tabela 10, que nos dois semestres de 2013, houve evasão de 5 homens cotistas raciais, 7 homens não cotistas e 4 mulheres não cotistas, destacando-se que no segundo semestre de 2013, nenhuma mulher desistiu. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 1 homem cotista racial, 6 homens não cotistas e 2 mulheres não cotistas;
- Decepção com o curso - 1 homem cotista racial matrícula em outro curso - 3 homens cotistas raciais, 2 mulheres não cotistas e 1 homem não cotista

Em 2014, observa-se desistência de 3 homens cotistas raciais, 9 homens não cotistas e 1 mulher não cotista pelos seguintes motivos:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 1 homem cotista racial, decepção com o curso - 1 homem cotista racial;
- Matrícula em outro curso - 3 homens não cotistas e 1 homem cotista racial;
- Mudança de cidade: 1 homem não cotista;
- Reprovado no 1.º período: 2 homens não cotistas, 2 homens cotistas raciais e 1 mulher não cotista;
- Sem motivo: 3 homens não cotistas

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (16) seguidos por homens cotistas raciais (8) e mulheres não cotistas (5) os motivos apresentados foram vários, mas 2 homens cotistas, 2 não cotistas e uma mulher não cotista apresentaram como motivo reprovados no primeiro período. Dessa forma, ainda há uma predominância deste motivo.

Em relação à Engenharia Elétrica, de acordo com a tabela 11, temos os seguintes dados:

**Tabela 11 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Engenharia Elétrica - UTFPR - 2013-214**

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	12	1	11	5	7	1	10	1
Não cotistas	34	7	35	13	25	12	42	10
TOTAL	46	8	46	18	32	13	52	11

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Neste curso, há um número maior de homens não cotistas, seguido pelos homens cotistas raciais no 1.º semestre de 2013. Entre o 2.º semestre de 2013 e o 1.º semestre de 2014, o número de mulheres não cotistas é maior que o de homens cotistas raciais e se mantém igual (13 mulheres não cotistas e 11 homens cotistas raciais). No 2.º semestre de 2014, o número de homens cotistas raciais e mulheres não cotistas são iguais, porém, as mulheres cotistas raciais têm uma diminuição de 5 em relação ao 1.º semestre de 2014 para 1 no 2.º semestre de 2014.

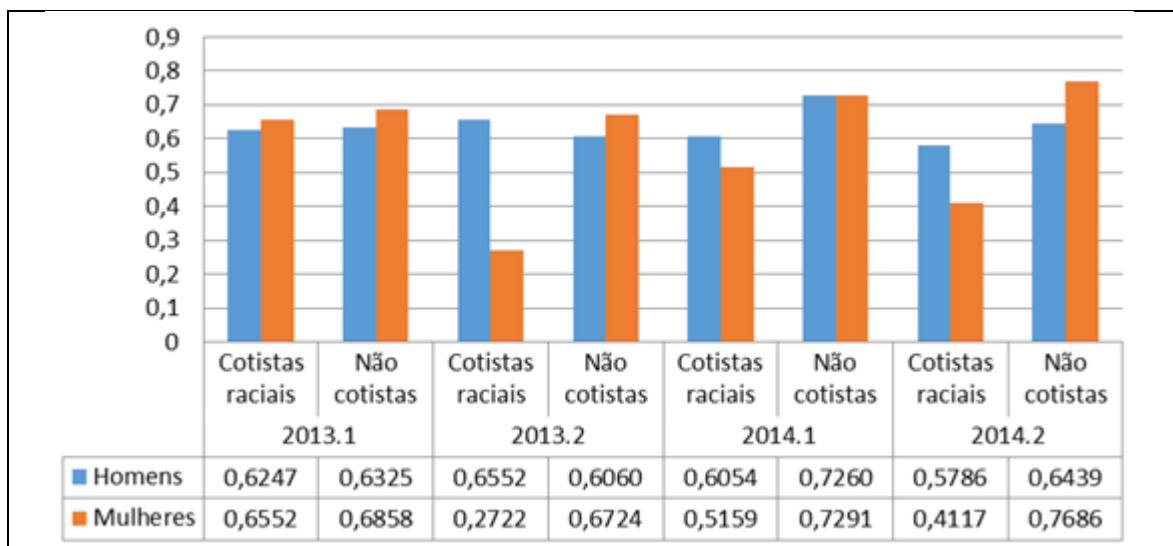


Gráfico 8 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Engenharia Elétrica - UTFPR - 2013-2014  
 Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

O gráfico 8 mostra que no primeiro semestre de 2013, os homens cotistas têm um alto coeficiente de rendimento, quase se equiparando aos homens não cotistas. As mulheres cotistas têm uma média de coeficiente acima da média, assim como as mulheres não cotistas tem o desempenho acima de todos, inclusive dos homens não cotistas.

No segundo semestre de 2013, os homens cotistas aumentam seu desempenho ultrapassando os não cotistas e as mulheres cotistas baixam seu desempenho, ficando abaixo da média (0,3). Neste semestre, há um maior número de mulheres cotistas raciais (5). As mulheres não cotistas têm uma pequena queda na média do coeficiente de rendimento, mas ainda mantém uma média maior que os demais.

No primeiro semestre de 2014, as mulheres cotistas têm um desempenho abaixo da média, embora tenham melhorado em relação ao semestre anterior. Os demais mantêm o coeficiente de rendimento acima da média.

No segundo semestre de 2014, cotistas raciais, homens e mulheres, diminuem a média do coeficiente de rendimento, porém, as mulheres não cotistas ficam com as maiores notas, seguidas pelos homens não cotistas (que tem uma diminuição significativa da média de coeficiente) seguida dos homens cotistas e por último, das mulheres cotistas.

Neste curso, constata-se uma presença exígua de mulheres cotistas raciais e as menores notas, sendo que o mais baixo coeficiente de rendimento acadêmico é



no semestre onde tem 5 estudantes. Nos outros semestres há o ingresso de apenas uma (1). Este coeficiente é oposto ao das mulheres não cotistas, que detêm os coeficientes mais altos em todos os semestres. Porém, também há uma diminuição gradativa do ingresso de homens cotistas raciais.

Em relação a evasão, temos os seguintes dados:

**Tabela 12 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia Elétrica - UTFPR - 2013-2014**

2013							
Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
1	1	0	0	0	2	1	0
0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	1	0	2	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	1	0	0
0	0	0	1	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
0	3	0	0	0	1	0	1
0	3	0	0	0	0	0	0
1	1	0	0	0	0	0	0
2	8	0	2	0	6	1	2
2014							
Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
0	1	0	0	0	1	0	0
0	0	0	0	0	1	0	1
0	5	1	2	0	1	1	0
0	0	0	0	1	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	1	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
1	2	0	2	2	3	0	0
3	4	0	0	0	0	0	0
4	12	1	4	4	6	1	2

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Observa-se que nos dois semestres de 2013, de acordo com a tabela 12, houve evasão de 2 homens cotistas raciais, 14 homens não cotistas e 4 mulheres não cotistas e uma mulher cotista racial. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema -falta de matrícula: 1 homem cotista racial, 3 homens não cotistas e 1 mulher cotista racial;
- Matrícula em outro curso - 7 homens não cotistas e 3 mulheres não cotistas;
- Reprovação no 1.º período - 3 homens não cotistas;
- Sem motivo - 1 homem cotista racial e 1 homem não cotista.

Em 2014, observa-se desistência de 8 homens cotistas raciais, 16 homens não cotistas, 6 mulheres não cotista e 2 mulheres cotistas raciais. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas matrícula em outro curso - 2 homens não cotistas e 2 mulheres não cotistas;
- Problema com horário da aula - 1 mulher não cotista;
- Reprovação no 1.º período - 5 homens não cotistas, 3 homens cotistas raciais, 2 mulheres não cotistas;
- Sem motivo - 3 homens cotistas raciais e 4 homens não cotistas.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (29) seguidos por homens cotistas raciais (10), mulheres não cotistas (9) e mulheres cotistas raciais (3). Este curso tem um alto índice de desistências e os motivos apresentados foram vários, mas 3 homens cotistas raciais, 8 não cotistas e 2 mulheres não cotistas apresentaram como motivo reprovados no primeiro período. Dessa forma, ainda há uma predominância deste motivo.

A seguir, serão vistos os dados do curso de Engenharia Eletrônica. De acordo com a tabela 13:

**Tabela 13 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Engenharia Elétrica - UTFPR - 2013-2014**

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	1	2	4	1	5	0	3	2
Não cotistas	16	5	19	1	17	4	20	2
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>4</b>	<b>23</b>	<b>4</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Este curso apresenta um número reduzido de homens e mulheres cotistas raciais e também de mulheres não cotistas. No primeiro semestre de 2013, há apenas 1 homem cotista racial e no segundo semestre de 2014, este número aumenta para 3. As mulheres não cotistas apresentam um número maior no 1.º semestre de 2013 e no 2.º semestre de 2013, apresenta apenas uma (1) estudante. No segundo semestre de 2014, as mulheres não cotistas são apenas duas (2). As mulheres cotistas raciais são minoria neste curso, que inicia com 2, diminui para 1 no segundo semestre de 2013, diminui para nenhuma no 1.º semestre de 2014 e aumenta para 2 no último semestre de 2014.

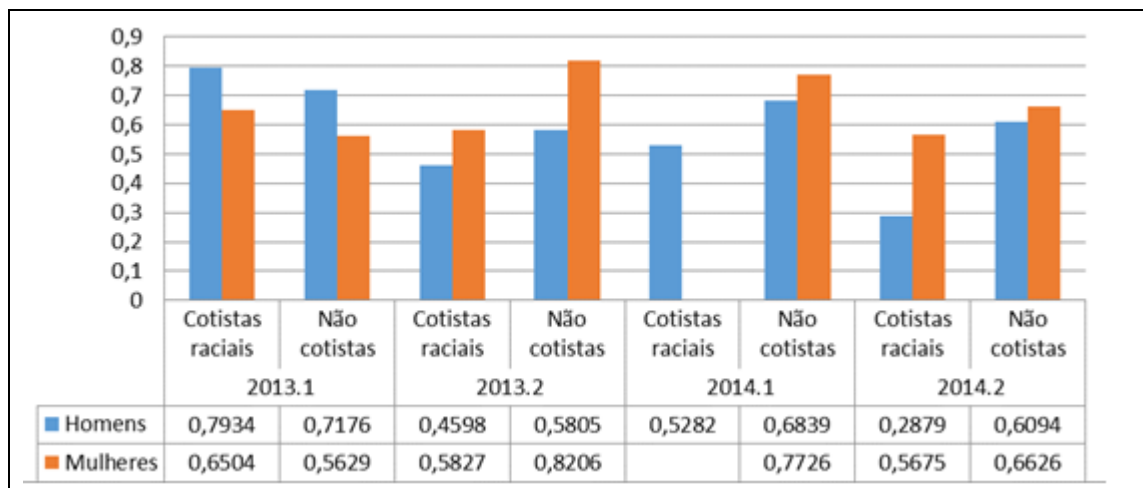


Gráfico 9 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Engenharia Eletrônica - UTFPR - 2013-2014

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Considerando o gráfico 9, no primeiro semestre de 2013, homens e mulheres cotistas tem a média de coeficiente de rendimento acima da média, sendo que o índice das mulheres não cotistas é o mais baixo. Os homens não cotistas têm uma média de rendimento acima da média, porém um pouco mais baixo que os homens cotistas raciais.

No segundo semestre de 2013, os homens cotistas raciais, as mulheres cotistas raciais e os homens não cotistas apresentam média abaixo do coeficiente de rendimento, com uma nota maior das mulheres não cotistas, acima de 0,8. Isto mostra que as dificuldades decorrentes do curso são comuns para cotistas raciais homens e mulheres e homens não cotistas e que as mulheres não cotistas superam seu desempenho.

Em relação ao primeiro semestre de 2014, não há mulheres cotistas e os homens cotistas apresentam a média do coeficiente de rendimento menor que 0,6.

Em relação aos não cotistas, as mulheres não cotistas apresentam a maior média de rendimento acadêmico, acima de 0,7. Os homens não cotistas ficam um pouco abaixo, acima de 0,6.

No segundo semestre de 2014, homens e mulheres cotistas raciais tem os menores coeficientes, com baixo rendimento dos homens cotistas raciais, em menor número de matriculados que no semestre anterior (de 5 para 3). Os (as) não cotistas homens e mulheres se mantêm acima do coeficiente de rendimento, porém as mulheres não cotistas apresentam o maior coeficiente. Há uma baixa presença no curso também de homens cotistas raciais, sendo que em alguns semestres (1.º semestre de 2013 e 1.º semestre de 2014) há apenas 1 matriculado.

Assim, neste curso há uma baixa presença também de homens cotistas raciais, sendo que em alguns semestres (1.º semestre de 2013 e 1.º semestre de 2014) há apenas 1 matriculado. As mulheres também se encontram em um número exíguo, porém as não cotistas apresentam os maiores coeficientes.

Tabela 14 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia Eletrônica - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Assistência familiar	0	0	0	0	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	0	0	0	2	3	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	1	1	0	0	1
Mudança de cidade	1	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	4	0	0	1	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	0	0	0	0	1	0	0
Sem motivo	0	1	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Assistência familiar	0	0	0	0	1	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	0	0	0	0	0	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	1	0
Mudança de cidade	0	0	1	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	1	0	0	2	2	0	0
Sem Motivo	0	1	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Dados do Sistema Acadêmico da UTFPR.

(1) Motivos elencados como similares.

Tabela 15 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia Eletrônica - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Assistência familiar	0	0	0	0	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	0	0	0	2	3	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	1	1	0	0	1
Mudança de cidade	1	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	4	0	0	1	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	0	0	0	0	1	0	0
Sem motivo	0	1	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Assistência familiar	0	0	0	0	1	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	0	0	0	0	0	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	1	0
Mudança de cidade	0	0	1	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	1	0	0	2	2	0	0
Sem Motivo	0	1	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Dados do Sistema Acadêmico da UTFPR.

(1) Motivos elencados como similares.

De acordo com a tabela 15, observa-se que nos dois semestres de 2013, houve evasão de 9 homens cotistas raciais, 10 homens não cotistas e 2 mulheres não cotistas. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 3 homens cotistas raciais, 3 homens não cotistas.
- Matrícula em outro curso - 7 homens não cotistas e 3 mulheres não cotistas
- Reprovação no 1.º período - 3 homens não cotistas
- Sem motivo - 1 homem cotista racial e 1 homem não cotista

Em 2014, observa-se desistência de 3 homens cotistas raciais, 3 homens não cotistas e 2 mulheres cotistas raciais. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas matrícula em outro curso - 1 mulher cotista racial;

- Reprovação no 1.º período - 3 homens não cotistas, 2 homens cotistas raciais;
- Sem motivo - 2 homens não cotistas

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (15) seguidos por homens cotistas raciais (9), mulheres não cotistas (3) e mulheres cotistas raciais (2). Este curso tem um alto índice de desistências e os motivos apresentados foram vários, mas 2 homens cotistas raciais e 6 não cotistas apresentaram como motivo reprovados no primeiro período. Dessa forma, ainda há uma predominância deste motivo.

Em relação ao curso de Engenharia Mecânica, considerando-se a tabela 13, apresentam-se os seguintes dados:

**Tabela 16 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Engenharia Mecânica - UTFPR - 2013-2014**

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	9	6	10	1	10	2	7	3
Não cotistas	45	9	51	7	34	5	50	6
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>15</b>	<b>61</b>	<b>8</b>	<b>44</b>	<b>7</b>	<b>57</b>	<b>9</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

No curso de Engenharia Mecânica, o número de homens não cotistas é maior que as mulheres não cotistas e homens e mulheres cotistas raciais. Porém, observa-se que no primeiro semestre de 2013, há um ingresso de mulheres cotistas raciais relativamente maior que nas demais engenharias, porém, esse número sofre uma grande redução no 2.º semestre de 2013 para 1, tendo um aumento para 2 no primeiro semestre de 2014 e mantendo esse número no 2.º semestre de 2014. Os homens cotistas raciais iniciam o 1.º semestre de 2013 com 9 alunos e aumentam para 10 no segundo semestre, mantendo esse número. As mulheres não cotistas iniciam com o mesmo número dos homens cotistas raciais de 9 no primeiro semestre de 2013 e diminuem para 7 no segundo semestre de 2013, diminuindo ainda mais para 5 no primeiro semestre de 2014 e mantendo esse número no 2.º semestre de 2014.

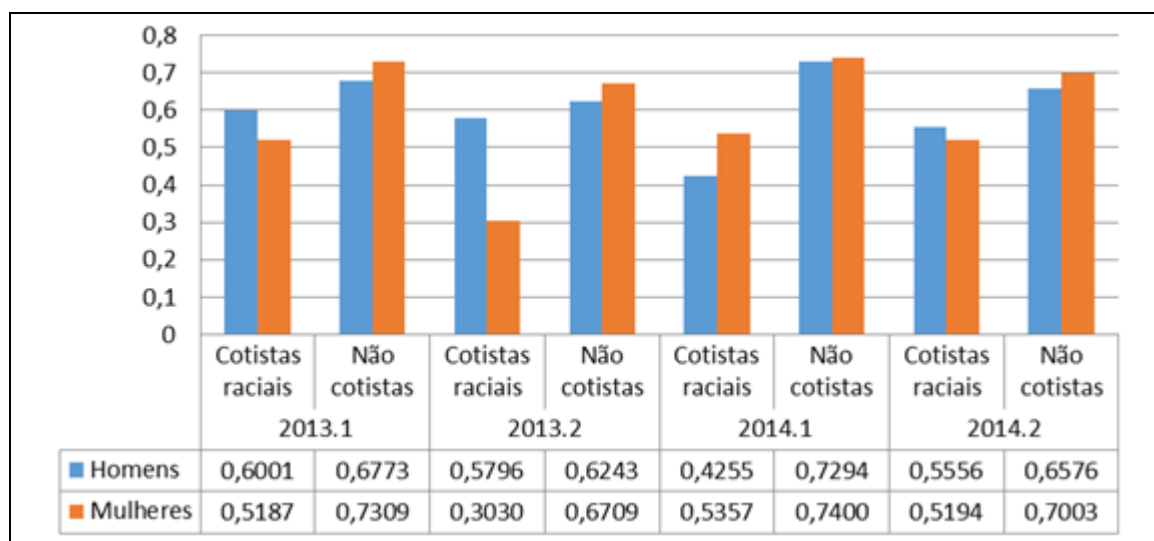


Gráfico 10 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Engenharia Mecânica - UTFPR - 2013-2014  
Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

De acordo com o gráfico 10, os homens e mulheres cotistas raciais iniciam o 1.º semestre de 2013 com as menores médias de coeficiente, sendo que as mulheres cotistas raciais têm o coeficiente menor que os homens cotistas raciais. As mulheres não cotistas têm o coeficiente acima de 0,7, mais alto que dos homens não cotistas (0,6773) que apresentam coeficiente acima da média.

No 2.º semestre de 2013, as mulheres cotistas raciais baixam o coeficiente de rendimento e os homens cotistas raciais se mantêm um pouco abaixo de 0,6. Em relação aos não cotistas, homens e mulheres baixam o coeficiente de rendimento, porém as mulheres não cotistas ainda o mantêm maior que os homens não cotistas.

No 1.º semestre de 2014, os homens e mulheres cotistas raciais apresentam coeficiente de rendimento abaixo da média. As mulheres não cotistas e os homens não cotistas têm média de coeficiente de rendimento maior que 0,7, com as mulheres não cotistas com a média um pouco acima dos homens não cotistas.

No segundo semestre de 2014, os homens e mulheres cotistas raciais ainda mantêm o coeficiente abaixo da média e os homens e mulheres não cotistas acima da média, sendo que o maior coeficiente é das mulheres não cotistas.

Assim, nesse curso, as mulheres cotistas raciais têm presença menor que as não cotistas e coeficiente de desempenho abaixo da média nos semestres, assim como os homens cotistas raciais.

Tabela 17 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Engenharia Mecânica - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Decepção com o curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	2	0	1	0	0	0	1
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	1	0	0	0	0
Outros não especificados	0	0	0	0	0	2	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	1	0	0
Reprovação 1.º Período	1	3	0	0	0	1	0	0
Sem Motivo	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Decepção com o curso	0	0	0	1	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	0	0	0	0	0	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	1	0	0	0	1	1	0
Outros não especificados	0	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º Período	2	2	0	0	5	3	1	1
Sem Motivo	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: Dados do Sistema Acadêmico da UTFPR.

(1) Matrícula em outro curso e reopção de curso são motivos similares, assim como outros não especificados e sem motivo, que ficarão juntos.

Observa-se na tabela 17 que nos dois semestres de 2013, houve evasão 9 homens não cotistas, 2 homens cotistas raciais e 3 mulheres não cotistas. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas e 2 mulheres não cotistas;
- Matrícula em Outro Curso - 1 homem não cotista e 1 mulher não cotista;
- Reprovação no 1.º período - 4 homens não cotistas e 1 homem cotista racial;
- Sem motivo - 1 homem cotista racial e 2 homens não cotistas.

Em 2014, observa-se desistência de 8 homens cotistas raciais, 7 homens não cotistas, 2 mulheres não cotistas e 2 mulheres cotistas raciais. Os motivos elencados são os seguintes:



- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas matriculados em outro curso - 2 homens não cotistas;
- Reprovação no 1.º período - 5 homens não cotistas, 7 homens cotistas raciais, 2 mulheres não cotistas e 2 mulheres cotistas raciais;
- Sem motivo- 1 homem cotista racial.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (16) seguidos por homens cotistas raciais (9), mulheres não cotistas (5) e mulheres cotistas raciais (2). Há uma predominância de desistência do Motivo reprovado no 1.º período, sendo que destacam-se os homens não cotistas e os homens cotistas raciais.

Assim, considerando os dados das engenharias, concluímos:

Apesar dos números das mulheres nas Engenharias ainda serem pequenos, a participação das mulheres negras nas engenharias é significativa, como nos casos do curso de Engenharia Civil, que elas se mantêm acima do coeficiente de rendimento, com desempenho acima de 0,8 no 2.º semestre de 2014, curso de Engenharia da Computação, com um número restrito de cotistas raciais e a estudante no 1.º semestre de 2013, sendo a única do curso alcançou coeficiente acima de 0,8

É interessante constatar que há um número maior de homens cotistas que mulheres não cotistas nas engenharias, embora o coeficiente de rendimento das mulheres não cotistas seja sempre maior que de todos os homens, mas dos homens cotistas seja menor que os homens não cotistas. As mulheres cotistas apresentam, de forma geral, um baixo desempenho nas engenharias, além do número mais restrito nos cursos. Isso mostra a falta de participação das mulheres cotistas nas engenharias e as dificuldades que estas ainda encontram com o coeficiente de rendimento, que em alguns cursos, chegou a 0,1. Este fato é determinante para que o acesso as profissões das áreas tecnológicas com os maiores salários seja restrita.

Em relação a evasão, a maior desistência identificada é nos cursos de Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica e Engenharia Mecânica. O motivo que possui maior número de desistentes é reprovação no 1.º semestre, com um maior número de homens cotistas raciais e não cotistas, estima-se por serem maioria nos cursos. Os não cotistas apresentam um

alto índice de não matriculados como motivo. Conclui-se que este fato se dá devido a serem aprovados em outras universidades e se matricularem em outros cursos. Com o SISU, é possível concorrer em várias universidades, sem necessidade de sair do seu Estado. Nas Engenharias Elétrica e Eletrônica, observa-se uma diminuição de estudantes homens cotistas raciais. Percebe-se que, de forma geral os coeficientes são baixos, porém, em relação ao impacto das políticas de cotas na Universidade, as mulheres cotistas raciais apresentam pouco acesso, sendo maior o dos homens, que porém não permanecem em alguns cursos ou desistem, por reprovação no 1.º período.

No próximo tópico, iremos analisar as licenciaturas existentes na UTFPR.

#### 4.3.2 Rendimento e Evasão de Negras e Negros nos Cursos de Licenciatura

Inicia-se a análise das Licenciaturas na UTFPR, constatando-se que como esses cursos de licenciatura são de áreas tecnológicas, percebe-se também uma grande presença masculina. O curso de Licenciatura em Química apresenta dados de apenas um semestre porque iniciou no Câmpus Curitiba no 2.º semestre de 2014. Esta análise será iniciada pelo curso de Licenciatura em Física, de acordo com a tabela 18.

**Tabela 18 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Licenciatur Física - UTFPR - 2013-2014**

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	3	0	2	1	4	1	0	1
Não cotistas	6	2	8	1	11	6	11	4
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>5</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Em relação ao número de estudantes, esse curso mantém uma maioria de alunos homens não cotistas no ingresso e um baixo número de homens e mulheres cotistas raciais e de mulheres não cotistas. O curso apresenta a participação de

apenas 1 mulher cotista racial nos semestres, com exceção do 1.º semestre de 2013, que não tem nenhuma. Em 2013, o número de mulheres não cotistas é exíguo e em 2014 esse número ultrapassa o dos homens cotistas.

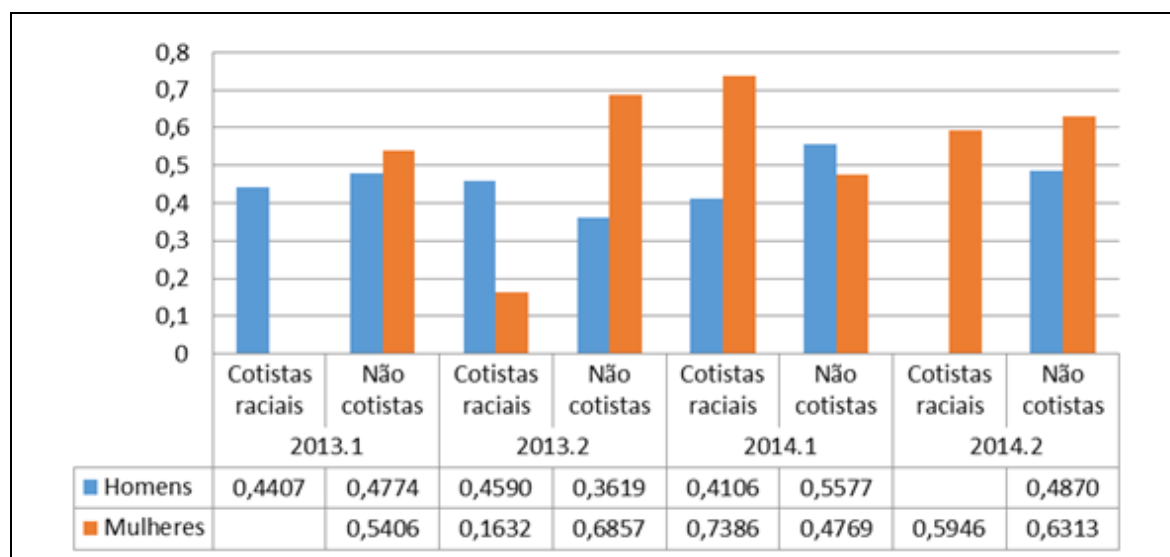


Gráfico 11 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Licenciatura de Física - UTFPR - 2013-2014  
Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

De acordo com o gráfico 11, no primeiro semestre de 2013 não há mulheres cotistas raciais ocupando as vagas e os homens cotistas tem um coeficiente de rendimento baixo. Em relação aos não cotistas, há um coeficiente de rendimento maior das mulheres não cotistas, sendo que embora a média das mulheres esteja acima dos demais, os coeficientes são abaixo de 0,6, concluindo-se que os coeficientes de forma geral estão abaixo da média. No segundo semestre, as mulheres cotistas apresentam um coeficiente de desempenho muito baixo, de 0,1632. As mulheres não cotistas têm o maior desempenho, acima de 0,6 e os homens cotistas apresentam desempenho maior que os homens não cotistas, mas ambos baixos.

No primeiro semestre de 2014, homens e mulheres cotistas raciais aumentam o coeficiente de rendimento sendo que as mulheres cotistas raciais ficam com ele acima de 0,7. Os homens não cotistas ultrapassam as mulheres não cotistas, com coeficiente de 0,5577 para 0,4769 das mulheres.

No segundo semestre de 2014, não há ingresso de homens cotistas raciais e as mulheres não cotistas apresentam o melhor desempenho.

Neste curso, no geral, apresenta um baixo coeficiente de cotistas e não cotistas e um número exíguo de mulheres cotistas raciais.

Tabela 19 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Licenciatura em Física - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Decepção com o curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	1	0	0	0	6	0	2
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	1	0	0	0	0	0	0
Mudança de cidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Problemas com horário das aulas	0	0	0	0	0	0	0	0
Problema de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	0	4	1	0	1	0	0	0
Reprovação 1.º Período	1	5	0	1	1	2	0	4
Sem Motivo	0	2	0	0	0	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Decepção com o curso	1	0	0	0	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	2	0	1	0	0	0	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	1	0	0	0	0	0	1
Mudança de cidade	0	0	0	0	0	0	0	2
Problemas com horário das aulas	0	1	0	0	0	0	0	1
Problema de trabalho	0	0	0	0	0	1	0	0
Reopção de curso <sup>(1)</sup>	1	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º Período	0	4	0	1	2	4	2	0
Sem Motivo	0	0	0	1	1	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

Fonte: Dados do Sistema Acadêmico da UTFPR.

(1) As opções são similares.

Observa-se na tabela 19 que nos dois semestres de 2013, houve evasão de 4 homens cotistas raciais e 2 mulheres cotistas raciais, número significativo, considerando número de vagas de cotistas raciais para ingresso. Os não cotistas apresentaram uma desistência de 15 homens e 8 mulheres, também alta. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 7 homens não cotistas, 2 mulheres não cotistas e 1 homem cotista racial;

- Matrícula em outro curso - 5 homens não cotistas, 1 homem cotista racial, 1 mulher cotista racial;
- Reprovação no 1.º período - 7 homens não cotistas e 2 homens cotistas raciais, 5 mulheres não cotistas;
- Sem motivo - 1 homem cotista racial, 1 mulher cotista racial e 2 homens não cotistas.

Em 2014, observa-se desistência de 5 homens cotistas raciais, 14 homens não cotistas, 7 mulheres não cotistas e 2 mulheres cotistas raciais. Os motivos elencados são os seguintes:

- Decepção com o curso -1 homem cotista racial;
- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas, 1 mulher não cotista;
- Matrícula em outro curso - 1 homem não cotista, 1 mulher não cotista, 1 homem cotista racial;
- Reprovação no 1.º período- 8 homens não cotistas, 2 homens cotistas raciais, 1 mulher não cotista e 2 mulheres cotistas raciais;
- Sem motivo - 1 homem cotista racial, 1 mulher cotista racial, 1 homem não cotista.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (21) seguidos por mulheres não cotistas (15), homens cotistas raciais (9) e mulheres cotistas raciais (4) Há uma predominância de desistência do Motivo reprovado no 1.º período, sendo que há um número maior de homens e mulheres não cotistas, porém, proporcionalmente ao número de ingresso de cotistas raciais, a desistência no 1.º período por reprovação é significativa, mesmo para os cotistas raciais, visto que esta abrange 4 homens cotistas raciais e 2 mulheres cotistas raciais.

Em relação a Licenciatura de Matemática, elencou-se os seguintes dados, de acordo com a tabela 20.

Tabela 20 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Licenciatura em Matemática - UTFPR - 2013-2014

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	0	0	1	0	0	0	1	1
Não cotistas	3	5	5	4	8	4	9	8
TOTAL	3	5	6	4	8	4	10	9

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Considerando-se o número de estudantes, não há presença de cotistas raciais, sendo esta extremamente exígua e menor participação de mulheres não cotistas em relação aos homens.

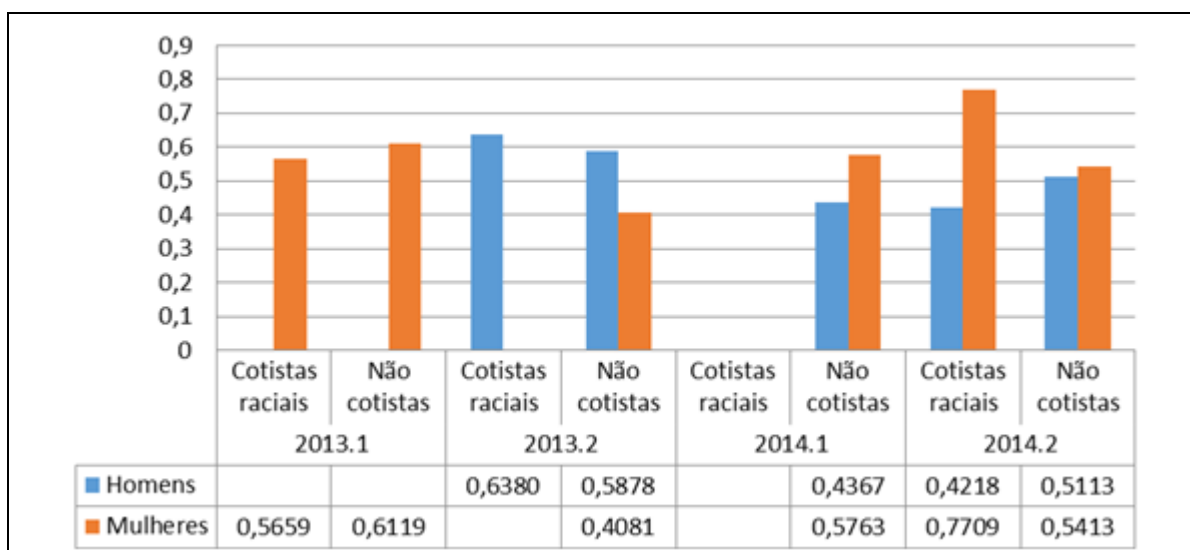


Gráfico 12 - Média Semestral do Coeficiente de Rendimento do Curso de Licenciatura de Física - UTFPR - 2013-2014

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Considerando-se o gráfico 12, no primeiro semestre de 2013, não há cotistas raciais no curso e no segundo semestre, há apenas 1 homem cotista racial. Em relação aos não cotistas, apesar da baixa presença, de mulheres, no primeiro semestre as mulheres não cotistas têm o coeficiente de rendimento maior que os homens não cotistas e no segundo semestre, as mulheres não cotistas têm uma queda na média do coeficiente de rendimento. Porém, tanto homens como mulheres não cotistas apresentam rendimento abaixo da média.

No primeiro semestre de 2014, não há ingresso de cotistas e em relação aos não cotistas, as mulheres tem o coeficiente de rendimento maior, embora ambos encontrem-se estejam abaixo da média.

No segundo semestre de 2014, porém, as mulheres cotistas apresentam uma média de coeficiente de rendimento alta (de acordo com a tabela anterior há o ingresso de uma estudante cotista racial) e os demais se mantêm abaixo da média, com as mulheres não cotistas com o 2.º percentual mais alto, embora abaixo da média.

Apesar da pouca presença de mulheres, e do não ingresso de estudantes cotistas raciais em 2 períodos, as mulheres mantêm os maiores coeficientes. O curso, de forma geral tem baixos coeficientes, tanto para cotistas como para não cotistas. Observa-se neste curso que não há ingresso de homens cotistas raciais em 3 semestres.

Tabela 21 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Licenciatura em Matemática - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Decepção com o curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	1	0	2	0	1	0	2
Matrícula em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de cidade	0	1	0	0	1	0	0	0
Problemas com horário das aulas	1	0	0	0	0	0	0	0
Problema de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0
Reaproveitamento de curso	0	0	0	0	0	1	0	0
Reopção de curso	0	3	0	2	0	1	0	0
Reprovação 1.º Período	2	3	1	1	0	3	0	4
Sem motivo	0	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL	3	8	1	5	1	7	0	6

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Decepção com o curso	0	1	0	0	0	0	0	1
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	0	0	2	0	0	0	0
Matrícula em curso	0	0	0	1	0	0	0	0
Mudança de cidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Problemas com horário das aulas	0	0	0	0	0	1	0	0
Problema de saúde	0	0	0	0	1	0	0	0
Reaproveitamento de curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º Período	0	3	1	1	0	2	1	1
Sem motivo	0	2	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6	1	4	1	3	1	2

Fonte: Dados do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Observa-se na tabela 18 que nos dois semestres de 2013, houve evasão de 4 homens cotistas raciais e 1 mulher cotista racial, 15 homens não cotistas e 11 mulheres não cotistas, como a licenciatura anterior, número significativo de desistências. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas e 4 mulheres não cotistas;
- Matrícula em outro curso - 5 homens não cotistas, 2 mulheres não cotistas reprovção no 1.º período - 6 homens não cotistas e 2 homens cotistas raciais, 11 mulheres não cotistas e 1 mulher cotista racial;
- Sem motivo - 1 homem não cotista.

Em 2014, observa-se desistência de 1 homem cotista racial, 9 homens não cotistas, 6 mulheres não cotistas e 2 mulheres cotistas raciais. Os motivos elencados são os seguintes:

- Decepção com o curso -1 homem não cotista e 1 mulher não cotista
- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 mulheres não cotistas;
- Matrícula em outro curso - 1 mulher não cotista;
- Reprovção no 1.º período- 5 homens não cotistas, 1 homem cotista racial, 2 mulheres não cotista e 2 mulheres cotistas raciais;
- Sem motivo- 2 homens não cotistas.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de homens não cotistas (24) seguidos por mulheres não cotistas (17), homens cotistas raciais (5) e mulheres cotistas raciais (3) Há uma predominância de desistência do Motivo reprovado no 1.º período, sendo que há um número maior de homens e mulheres não cotistas, porém, proporcionalmente ao número de ingresso de cotistas raciais, a desistência no 1.º período por reprovção é significativa, mesmo para os cotistas raciais, visto que esta abrange 5 homens cotistas raciais e 3 mulheres cotistas raciais, número maior que a Licenciatura em Física. Como o curso de Licenciatura em Matemática apresenta ainda menos presença de cotistas raciais, tanto masculino como feminino, esse número de desistência é alto neste curso.

Em relação ao curso de Licenciatura em Química, temos os seguintes dados, de acordo com a tabela 22.



**Tabela 22 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Licenciatura em Química da UTFPR**

<b>Categoria</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Cotistas raciais	2	1
Não cotistas	4	9
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

Fonte: Sistema Acadêmico UTFPR.

Neste curso, de acordo com a tabela 20, existem mais mulheres não cotistas e as mulheres cotistas raciais tem número exíguo (1), assim como os homens cotistas raciais (2).

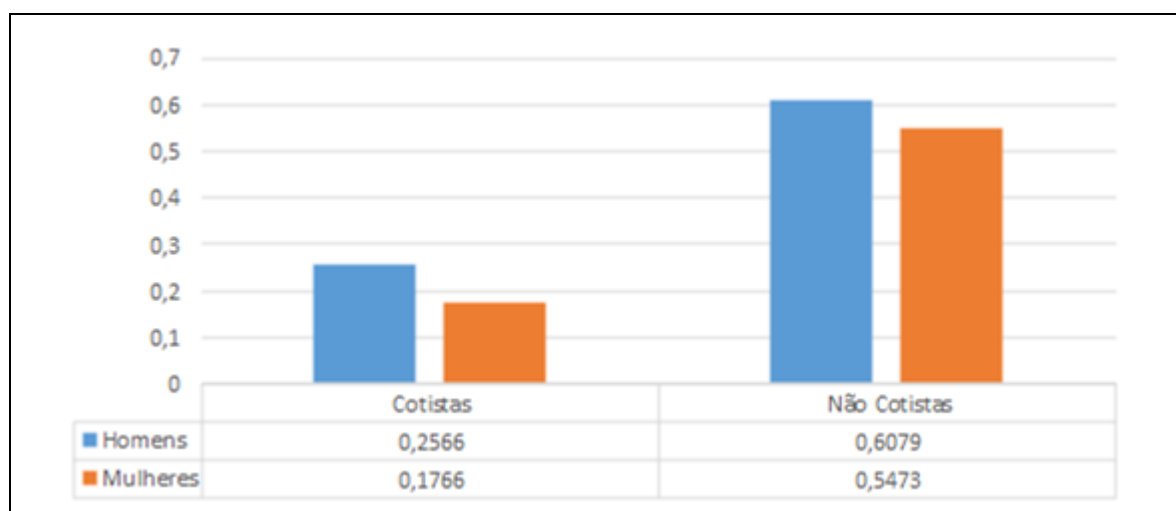


Gráfico 13 - Média do Coeficiente de Rendimento do Curso de Licenciatura de Química - UTFPR - 2014

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

Em relação ao curso de licenciatura em Química, de acordo com o gráfico 13, os cotistas apresentam baixíssimo coeficiente de rendimento com os homens com melhor desempenho, mas também muito abaixo da média (homens 0,2566) e mulheres (0,1766) (considerando que há apenas 2 homens cotistas raciais e 1 mulher cotista racial). Em relação aos não cotistas, os homens apresentam coeficiente de rendimento acima das mulheres.

De acordo com a tabela 23, a seguir, observa-se o índice de evasão do curso.

**Tabela 23 - Evasão de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Licenciatura em Química - UTFPR - 2013-2014**

Motivo da desistência	2013-2014			
	Homens		Mulheres	
	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	1	0	0	0
Matrícula em outro curso	1	0	1	0
Outros não especificados	1	0	0	0
Problemas com horário das aulas	0	0	1	0
Reprovação 1.º período	2	0	3	1
Sem motivo	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Neste curso, o maior número de desistentes são homens não cotistas (5), mulheres não cotistas (5) e mulheres cotistas raciais (2). O maior motivo de desistência, porém é a reprovação no 1.º período, com desistência de 2 homens não cotistas, 3 mulheres não cotistas e 1 mulher cotista racial.

Em relação às mulheres cotistas raciais, há outra desistência, “sem motivo”, mas que ainda restringe mais a presença destas cotistas neste curso.

Em relação a Licenciatura em Letras, temos os seguintes dados:

**Tabela 24 - Número de Estudantes Matriculados no Curso de Licenciatura em Letras - UTFPR - 2013-2014**

Categoria	2013				2014			
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cotistas raciais	1	2	2	3	1	4	3	3
Não cotistas	6	13	8	9	9	14	7	18
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>10</b>	<b>21</b>

Fonte: Sistema Acadêmico da UTFPR.

Neste curso, de acordo com a tabela 24, há uma maior presença de mulheres, com destaque, porém no número de mulheres não cotistas. Em segundo lugar, há um número maior de homens não cotistas e depois, de mulheres cotistas raciais, que em alguns semestres, permanecem com o número igual aos homens cotistas raciais, como no segundo semestre de 2014. Em relação a média de coeficiente, observa-se os seguintes dados no gráfico 14.

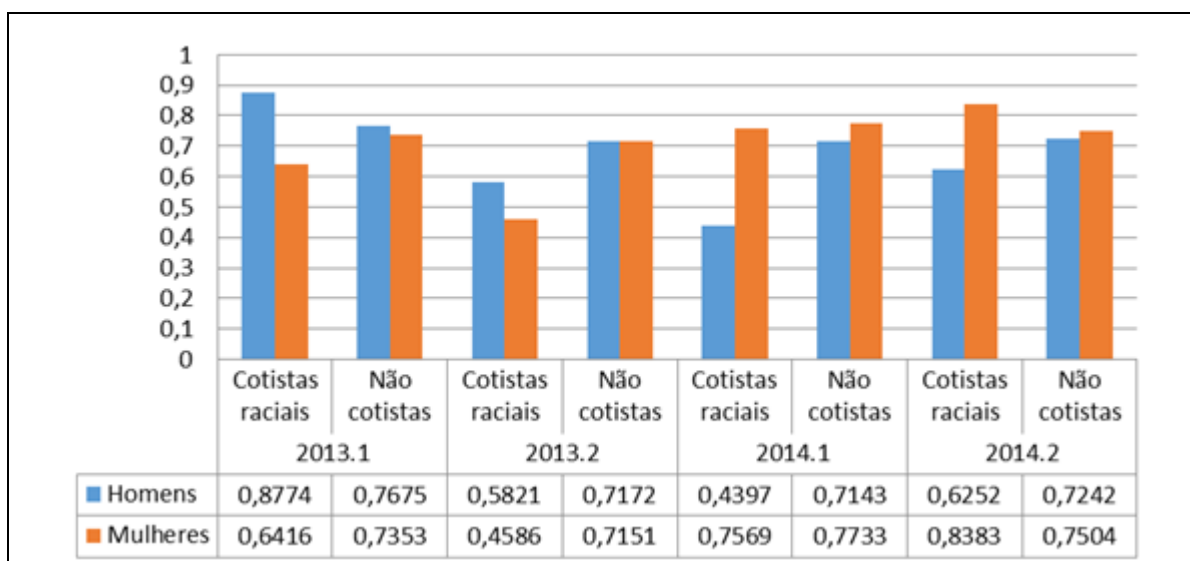


Gráfico 14 - Média do Coeficiente de Rendimento do Curso de Licenciatura em Letras - UTFPR - 2013-2014

Fonte: Elaborado a partir do Sistema Acadêmico da UTFPR.

No curso de Licenciatura em Letras, considerando o gráfico 13, no primeiro semestre de 2013, todos (as) estudantes mantêm o coeficiente acima da média com destaque para os homens cotistas raciais, com coeficiente acima de 0,8.

As mulheres e homens cotistas raciais apresentam o coeficiente de rendimento abaixo da média no segundo semestre de 2013. Os não cotistas apresentam um bom desempenho, acima de 0,7, sendo maior o desempenho das mulheres não cotistas.

Em relação ao primeiro semestre de 2014, os homens cotistas baixam o desempenho e as mulheres cotistas aumentam, ficando acima da média. No segundo semestre, tanto homens como mulheres cotistas aumentam a média do coeficiente de rendimento, sendo que as mulheres cotistas raciais têm um desempenho acima de 0,8, superando os não cotistas, também com desempenho acima da média.

De acordo com a tabela 25, apresentada a seguir, observa-se o número de evasão do curso de Licenciatura em Letras.

Tabela 25 - Evasão Semestral de Cotistas e Não Cotistas no Curso de Licenciatura em Letras - UTFPR - 2013-2014

Motivo	2013							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	1	0	5	0	2	0	2
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	1	1	0	0	0	0	0	0
Problemas Com Horário Das Aulas	0	0	0	0	0	0	0	0
Reopção de Curso <sup>(1)</sup>	0	1	0	0	0	0	0	1
Reprovação 1.º período	1	1	0	1	0	2	1	0
Sem motivo	0	0	0	0	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Motivo	2014							
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	1.º semestre		2.º semestre		1.º semestre		2.º semestre	
	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas	Cotistas raciais	Não cotistas
Desistência gerada sistema - falta de matrícula	0	1	0	1	0	1	2	0
Matrícula em outro curso <sup>(1)</sup>	0	0	1	1	0	0	0	0
Problemas Com Horário Das Aulas	0	0	1	0	0	0	0	0
Reopção de Curso <sup>(1)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Reprovação 1.º período	0	1	0	2	1	0	1	1
Sem motivos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fonte: Dados do Sistema Acadêmico da UTFPR.

(1) Esses motivos serão considerados análogos.

Observa-se na tabela 25 que nos dois semestres de 2013, houve evasão de 2 homens cotistas raciais e 1 mulher cotista racial, 8 homens não cotistas e 9 mulheres não cotistas. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas e 4 mulheres não cotistas;
- Matrícula em outro curso - 2 homens não cotistas, 1 mulher não cotista e 1 homem cotista racial;
- Reprovação no 1.º período- 3 homens não cotistas e 1 homem cotista racial, 1 mulher não cotista e 1 mulher cotista racial;
- Sem motivo - 1 homem cotista racial.

Em 2014, observa-se desistência de 1 homem cotista racial, 3 homens não cotistas, 5 mulheres não cotistas e 5 mulheres cotistas raciais. Os motivos elencados são os seguintes:

- Desistência gerada pelo sistema - falta de matrícula: 2 homens não cotistas, 1 mulher não cotista, 2 mulheres cotistas raciais;
- Matrícula em Outro Curso- 1 mulher não cotista e 1 mulher cotista racial;
- Reprovação no 1.º período - 1 homem não cotistas, 1 homem cotista racial, 3 mulheres não cotista e 1 mulher cotista racial.

Analisando os dois semestres, as maiores desistências foram de mulheres não cotistas (14) seguidos por homens não cotistas (8) mulheres cotistas raciais (6), homens cotistas raciais (3). Nesta licenciatura, há uma inversão, ou seja, as mulheres não cotistas desistem mais pela maior presença no curso. Na Licenciatura em Letras, os motivos de desistência são vários, mas a Reprovação no 1.º período tem um número de estudantes proporcional as desistências pela falta de matrícula, estimando-se que vários candidatos procuram outros cursos, mas os que se mantêm, conseguem ter um coeficiente acima da média. Como as mulheres, de forma geral, apresentam os maiores coeficientes, e esse curso tem uma grande presença de mulheres, conclui-se que este fato contribui para o coeficiente de rendimento acima da média, De forma geral, as mulheres cotistas raciais tem um bom desempenho nesta Licenciatura.

Assim, considerando os dados elencados, conclui-se em relação as Licenciaturas:

As Licenciaturas de Física, Matemática e Química, por representar áreas das ciências exatas, tem um uma dinâmica muito parecida com as engenharias, ou seja, um menor número de mulheres. As mulheres negras apresentam a pior média de coeficiente de rendimento nas Licenciaturas de Física, Química e Matemática. A Licenciatura em Letras tem o maior número de mulheres, ainda com um número superior de mulheres não cotistas. O rendimento das cotistas raciais, de forma geral, nesta Licenciatura é maior que as demais. Porém, nas licenciaturas de Química, Física e Matemática, a média do coeficiente de rendimento é baixa em relação as engenharias, tanto de cotistas como de não cotistas.

Para compreender melhor o desempenho das cotistas raciais da UTFPR, será analisado o questionário e a entrevista realizados com estas no próximo item.

#### 4.4 REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA E RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA

Conforme destacado na pesquisa quantitativa, constatou-se uma baixa presença de cotistas raciais nas engenharias e principalmente nas licenciaturas de Física, Química e Matemática, sendo que seu coeficiente em alguns cursos apresentou-se muito abaixo da média. Assim, optou-se por ampliar a pesquisa e investigar os motivos destes dados, o que levou a pesquisadora a buscar uma amostra intencional para elencar o motivo desse desempenho.

Para Moreira e Caleffe (2008) “o poder da amostra intencional está na seleção de casos ricos em informação para o estudo em profundidade” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p.174).

Para isso, foi construído um questionário online no google docs, dirigido às cotistas raciais das engenharias e licenciaturas. Para Richardson (2008) uma função importante do questionário é “a medição de variáveis individuais ou grupais. Tais questionários podem incluir perguntas unidimensionais”. Essas perguntas para o autor podem referir-se a opinião sobre a problemática estudada. Assim de acordo com o autor, podem ser realizados questionários que combinam perguntas abertas e fechadas (RICHARDSON, 2008 p.190).

Assim, o questionário foi organizado considerando:

- Perfil dos respondentes: curso que faziam, se trabalhavam ou não, se recebiam Auxílio da Universidade, motivo pelo qual procuraram o curso.
- Motivos que levam a procurar o curso e principais dificuldades;
- O que deve ser melhorado na Universidade, se já sofreu preconceito.

Os questionários foram enviados para o e-mail das estudantes e, a princípio, apenas cinco responderam. A pesquisadora iniciou uma pesquisa via telefônica. Ao final, duas estudantes pediram para fazer o questionário, outra se negou a responder, cinco não foram encontradas. Foi possível conversar com cinco estudantes, três de licenciatura, duas de engenharia. O questionário foi reenviado para todas as demais e em mais uma semana, havia treze respostas: de um

universo de trinta e nove estudantes de engenharia e dezessete das licenciaturas, responderam o questionário oito estudantes cotistas raciais das engenharias e cinco cotistas raciais das licenciaturas.

Dessa forma, combinando os resultados quantitativos com pesquisa qualitativa, entendeu-se que nas conversas telefônicas, as estudantes contribuíram com mais percepções sobre o curso, sobre os motivos que levavam as outras estudantes a desistir e sobre as razões do pouco número de mulheres de forma geral e das estudantes cotistas. Alguns destes motivos serão descritos considerando os dados quantitativos dos cursos. As entrevistas telefônicas foram semiestruturadas. Para Moreira e Caleffe (2008) nesta entrevista:

Geralmente se parte de um protocolo que inclui os temas a serem discutidos na entrevista, mas eles não são introduzidos da mesma maneira, na mesma ordem, nem se espera que os entrevistados sejam limitados nas suas respostas e nem que respondam tudo da mesma maneira. O entrevistador é livre para deixar os entrevistados desenvolverem as questões da maneira que eles quiserem (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p.169).

A autora Maria Cecília de Souza Minayo (2010), quanto a pesquisa qualitativa, destaca:

Esse tipo de método tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Por isso, é também utilizado para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias (MINAYO, 2010, p.57).

A autora afirma que na comparação com a abordagem quantitativa, cada método tem seu papel, seu lugar e sua adequação e ambos podem conduzir a resultados importantes, não havendo prioridade de um sobre o outro. Porém a autora aponta restrições ao “quantitativismo” sendo que este pode promover reducionismo na avaliação da realidade (MINAYO, 2010).

No caso da pesquisa sobre as cotas, não foi possível realizar interpretações dos dados apenas com a pesquisa quantitativa. Dessa forma, a próxima categoria será analisada a partir da pesquisa qualitativa, com as mulheres cotistas raciais.

#### 4.4.1 Desafios e Oportunidades das Mulheres Cotistas Raciais na UTFPR

A seguir, serão apresentados os resultados dos questionários, complementando-se com as falas das entrevistadas. As estudantes que responderam os questionários foram dos seguintes cursos:

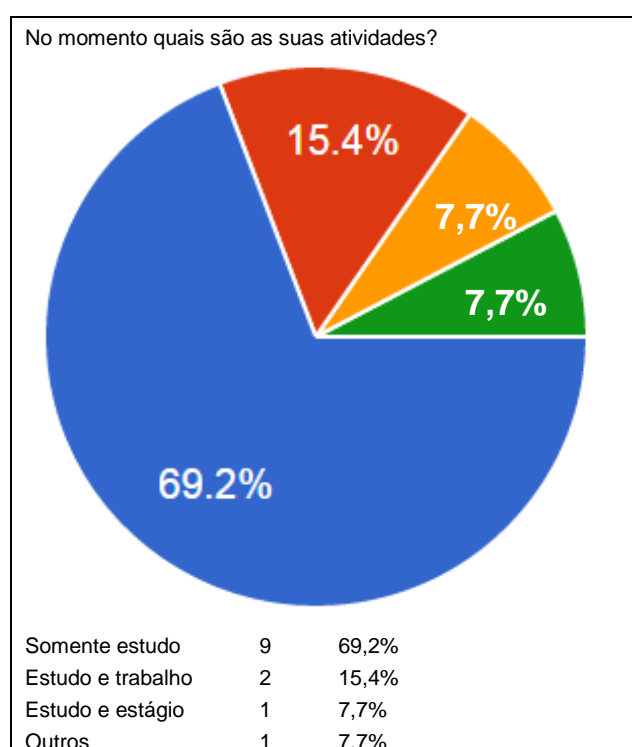
Curso	N.º de questionários
Física	1
Engenharia Civil	2
Engenharia Elétrica	2
Engenharia Mecânica	2
Engenharia do Controle e Automação	1
Letras	3
Engenharia da Computação	2

**Questionário das entrevistadas**

Fonte: Google Docs

Responderam às entrevistas duas estudantes de Engenharia da Computação, uma estudante de Química, uma Estudante de Física, uma estudante de Engenharia Mecânica.

Em relação às atividades das estudantes:



**Gráfico 15 - Relação das Atividades das Estudantes**

Fonte: Organizado pelo Google Docs.



A maioria das estudantes depende da família para estudar, apenas uma delas estuda e trabalha. A estudante entrevistada de Licenciatura em Química destaca:

*“Nosso curso é integral e na Ecoville, não tem condições de trabalhar. Eu recebo Auxílio Estudantil.”  
(Licenciatura em Química)*

Observa-se que apenas uma estudante apontou estágio e uma apontou “outros”. A estudante de Licenciatura em Química justificou que recebe Auxílio Estudantil da Universidade porque seu curso é integral e a única Licenciatura longe do centro, na Ecoville.

Nas próximas questões, serão apresentadas as porcentagens a partir do questionário e dos dados do google docs, relativos as dificuldades dos (as) estudantes ingressarem no curso. Esses dados estão organizados por escalas de 1 a 5, sendo que na escala, o número um determina o maior grau de dificuldade.

<b>DIFICULDADES</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Distância dos familiares	50 %	21,43 %	21,43 %	0,00	7,14 %
2. Dificuldades financeiras	21,43 %	7,14 %	28,57 %	35,71 %	7,14 %
3. Dificuldades na aprendizagem dos conteúdos	21,43 %	21,43 %	14,29 %	35,71 %	7,14
4. Dificuldades de relacionamento com os colegas de classe	35,71 %	21,43 %	35,71 %	7,14 %	0,00
5. Dificuldades de relacionamentos com os professores	42,86 %	0,00	42,86 %	14,29 %	0,00
6. Dificuldades de adaptação em Curitiba	71,43 %	14,29 %	7,14 %	7,14 %	0,00
7. Dificuldade em executar as atividades solicitadas pelo curso	35,71 %	21,43%	7,14 %	35,71 %	0,00
8. Carga horária excessiva do curso	21,43 %	7,14 %	28,57 %	35,71 %	7,14 %
9. Falta de identificação com o curso	64,29 %	14,29 %	21,43 %	0,00	0,00

**Tabela – Dificuldades dos (as) estudantes que ingressaram no curso**  
**Fonte: Dados da pesquisa no Google Docs**

Nas razões elencadas, em relação a falta de identificação com o curso, as estudantes não sabiam como escolher o curso, ou fizeram a escolha considerando o menor número de candidatos. Das estudantes que responderam, 64,29% apontaram como principal resposta, falta de identificação com o curso. As estudantes entrevistadas pontuaram que sempre gostaram da área de Ciências Exatas, mas a maioria de suas amigas procuravam as áreas humanas. Nenhuma sabe explicar o porquê. A estudante de Química destacou:

*“Comecei a gostar de Química no cursinho, por isso escolhi.”*

Compreende-se que nas licenciaturas analisadas, o número de homens é maior, porque são ciências consideradas “exatas”, ou seja, fazem parte do raciocínio, por isso, encontram-se no universo masculino. Os dados mostram a exclusão das mulheres do universo considerado masculino.

Em relação a exclusão das mulheres, Maria Margareth Lopes afirma:

A exclusão das mulheres das diferentes abordagens sobre as práticas científicas em momentos da história, apenas significa que as mulheres e as atuais perspectivas de gênero não mereceram – como muitos homens e outras abordagens analíticas- a atenção devida dos integrantes das culturas hegemônicas das mais diferentes áreas disciplinares (LOPES, 2006, p.38).

As principais dificuldades encontradas durante o curso apontadas no questionário são as seguintes:

Das estudantes a metade apontaram a distância dos familiares e as dificuldades financeiras como primordiais para sua permanência. Estes motivos mostram o contexto de raça e classe, como obstáculos a formação. A autora Mirla Cisne (2012) aponta a precarização do trabalho, como uma forma de exploração da produção capitalista, que explica as dificuldades encontradas:

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropriou-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso “refuncionaliza”, por exemplo as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração de suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas (CISNE, 2012, p.116).

Além das dificuldades financeiras, 21,43% as estudantes apontaram as dificuldades na aprendizagem de conteúdos explicitadas quando faziam referências a algumas disciplinas de ciências exatas. Na pesquisa de Casagrande e Carvalho (2004), conclui-se que o rendimento feminino supera ou equipara ao rendimento masculino de Matemática, mas o suposto baixo rendimento das meninas em matemática é utilizado como justificativa da pouca participação das meninas nas carreiras científicas e tecnológicas. As autoras concluem:

Sendo assim, tudo indica que o rendimento em Matemática não justifica a menor participação nestas carreiras. Isso parece ser uma questão comportamental. Falta-lhes o treinamento para o desenvolvimento de

atitudes condizentes com as atividades dessas carreiras (CASAGRANDE; CARVALHO, 2011, p.301).

Observa-se que estas estudantes, apesar de apresentarem um coeficiente baixo em alguns cursos, de forma geral, são cursos que apresentam baixos coeficientes para a maioria da turma, sejam estas cotistas raciais ou não. Em alguns cursos, as cotistas raciais superam os (as) demais cotistas raciais e não cotistas. Assim, essa pesquisa não busca afirmar que as cotistas raciais são “melhores” ou “piores” que os demais, mas que baseado em uma história que a maioria das mulheres negras ainda exercem trabalho doméstico, o baixo rendimento é visto como uma questão comportamental, de formação e de condições sociais e econômicas, apontadas por elas na pesquisa. Em vários momentos da pesquisa quantitativa, como nos cursos de Engenharia Civil, por exemplo, observou-se que elas superam essas condições.

Porém, mesmo em números restritos, as mulheres afirmam reconhecer suas dificuldades e a necessidade de dedicação, de acordo com as respostas sobre: “O que considera importante para a permanência na UTFPR”.

<b>PERMANÊNCIA</b>	1	2	3	4	5
Apoio da família	6,7	0,0	6,7	33,3	53,3
Morar com a família	7,1	6,7	33,3	13,3	33,3
Esforço e dedicação no estudo	0,0	0,0	6,7	26,7	66,7
Identificação com o curso escolhido	0,0	0,0	6,7	26,7	66,7
O apoio dos amigos da UTFPR	6,7	13,3	33,3	40,0	6,7
Apoio dos núcleos de atendimento aos alunos da UTFPR	13,3	13,3	40,0	20,0	13,3
Qualidade do ensino	0,0	0,0	6,7	46,7	46,7
Auxílio estudantil	33,3	6,7	53,3	0,0	6,7
Oportunidades que o curso oferece	5,9	0,0	20,0	40,0	46,7

**Tabela - O que considera importante para permanência na UTFPR**

Fonte: Organizado pelo Google Docs.

Mesmo marcado em última escala em relação a outros itens, 66,7% consideram esforço e dedicação como principal. Da mesma forma, resposta “Qualidade de ensino” também obteve destaque com 46,7 %. As entrevistadas em sua totalidade relataram dificuldades para conseguir acompanhar as disciplinas de Matemática e Física pela falta de base no ensino Fundamental. Muitos conteúdos não haviam sido trabalhados anteriormente. Ao mesmo tempo que reconhecem a qualidade do ensino da Universidade e a importância de sua presença nos cursos e apresentam inúmeras dificuldades em relação as matérias:

*“Eu entrei no curso sabendo que havia uma parte de eletrônica e gostava. Mas as mulheres tem dificuldade nessa parte de eletrônica no 3.º período. Por isso, acho que tem mais mulheres em Programação que*

*em Engenharia.”*

*(Ciência da Computação)*

*“No meu curso, acho parte das exatas pesada e vários textos de didática para ler. Isso torna o curso pesado, com grandes dificuldades.” (Física)*

*“Observamos que a parte de matemática é pesada, as mulheres tem mais dificuldades.”*

*(Engenharia Mecânica)*

Em relação às disciplinas, estas foram as respostas do questionário a pergunta, se tiveram dificuldades nas disciplinas, indique quais:

*Física*

*Programação, Geometria Analítica e Álgebra Linear, Físicas.*

*Não tive nenhuma grande dificuldade nas disciplinas vistas até agora.*

Em caso afirmativo, responda o porquê:

*A matéria é difícil e os professores tem dificuldade em fazer os alunos entenderem.*

*Programação: porque a matéria era difícil. Geometria Analítica e Álgebra Linear: professor ruim. Físicas: base ruim no ensino médio (estadual).*

Estas respostas mostram como o ensino fundamental e básico contribuem (ou não) para a formação de mulheres e homens na sociedade, porém Marília Gomes Carvalho e Lindamir Salete Casagrande salientam que outras instâncias contribuem de forma significativa com a formação de jovens, focando, porém seus estudos na escola, visto que os profissionais que nela atuam assumem papel importante na identidade de gênero:

*Sendo a escola uma das instituições que contribui para a construção dos padrões, dos estereótipos, é nela também que podem acontecer transformações que minimizem os preconceitos e desigualdades de classe, raça e etnia (CASAGRANDE; CARVALHO, 2011, p.271).*

As mulheres apontam dificuldades que são explicadas pelo fato de serem

mulheres e não procurarem, por exemplo, o curso de Ciência da Computação por apresentar matéria de eletrônica. Os dados do número de mulheres, de forma geral restritos nos cursos de Engenharia Eletrônica e Engenharia Elétrica reforçam estas afirmações. As mulheres mencionam as dificuldades em compreender o conteúdo dos cursos das áreas científicas e tecnológicas e apontam lacunas no ensino fundamental e médio, onde conjectura-se, foram criados estereótipos de gênero no ensino dessas áreas.

Os próprios professores da Universidade recebem críticas por “não fazer os alunos entenderem”, ou seja, mesmo com todas as dificuldades do ensino médio, que algumas estudantes apresentam, principalmente nas áreas científicas, o professor ensina entendendo a disciplina de ensino médio como já apreendida pelos(as) estudantes.

Nas Licenciaturas, os conteúdos de didática também são considerados “pesados”, pois se há dificuldade na matemática, o perfil das estudantes de Matemática, Física e Química é voltado ao Cálculo, não as leituras, de acordo com as respostas.

Foram apontadas várias outras dificuldades relativas ao curso de Licenciatura em Química, novo na Instituição e integral. De acordo com a estudante, este curso é visto como “marginal” na Universidade, por ser na Ecovile, distante dos demais, com período integral. Na sua percepção, ele não é valorizado como as engenharias, devido à falta de estrutura. Assim, a turma é mais unida, mas houve várias desistências. Completa:

*“Eu não posso fazer dois cursos, mas outros estudantes da turma têm condições financeiras de fazer até dois cursos. Moro na região metropolitana e tenho mais dois irmãos estudando. Gastamos muito em transporte”*

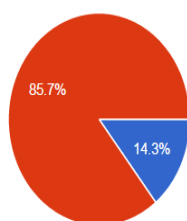
*(Estudante de Licenciatura em Química).*

Uma das dificuldades apontadas por várias estudantes foi em relação ao relacionamento com colegas e professores.

As entrevistadas não destacaram problemas específicos com colegas ou

professores, inclusive nas Licenciaturas as estudantes consideravam que havia uma união pelas dificuldades encontradas no curso. Conjectura-se que a dificuldade pode ser relacionada a preconceito, porém, a percepção das estudantes em relação a esse item é pouco exposta no questionário, mas faz referência as engenharias:

Considera que já sofreu preconceito na universidade pela sua condição de cotista racial?



Sim	2	14.3%
Não	12	85.7%

Em caso afirmativo, conte como:

Já ouvi pessoas dizendo coisas do tipo : "ainda por cima faz engenharia" e "acha que vai se formar".

Já ouvi muitos colegas fazendo "piadinhas" racistas sobre as cotas. Já sofri preconceito velado vindo de um docente.

**Gráfico 24 - Preconceito na Universidade**  
Fonte: Organizado pelo Google Docs.

São poucas as estudantes que apontaram preconceito, mas relatam que este é “velado” com piadas preconceituosas e preconceito de docente. A fala “ainda por cima faz engenharia” mostra uma valorização de um curso que causa status, porém, é realizado por uma “cotista”.

Com base nas respostas, podemos concluir que as dificuldades apontadas no estudo quantitativo se devem a lacunas no ensino Fundamental e Médio para acompanhar os conteúdos. O preconceito em relação as cotistas tem sido mais apontado nas engenharias

Percebe-se porém nesses dados que as mulheres tem aumentado seu desempenho, porém, pouco se percebe em relação as mulheres negras. Estas, ainda mantêm um grande número (de acordo com dados já elencados) em empregos domésticos. Tem uma participação menor na universidade e seu coeficiente de rendimento está abaixo dos homens negros nas engenharias.

Um estudo de Emerson Urizzi Cervi sobre a análise das políticas afirmativas



na Universidade Federal do Paraná de 2005 a 2012 conclui:

Assim, é possível afirmar que a política de ação afirmativa a partir do Plano de Metas de Inclusão Social e Racial da UFPR acabou se transformando, na prática dos seus oito anos de vigência, em uma política afirmativa de gênero – pois permitiu o ingresso de pretos e pardos em maior proporção, embora mulheres negras sejam mais representativas nesse crescimento (CERVI, 2013, p.23).

Nesse estudo, porém, apesar do autor considerar o aumento significativo de mulheres negras na Universidade Federal do Paraná, não é objetivo do estudo especificar as áreas gerais de conhecimento, se há um perfil de mulheres negras nos cursos nas áreas das ciências. Comparando o estudo realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, nos cursos das áreas científicas e tecnológicas, ainda há uma inclusão exígua de mulheres cotistas raciais, porém um aumento de não cotistas.

Finalmente, os dados mostram um grande avanço das mulheres nas engenharias e nas áreas das ciências, porém, apesar das mulheres negras ainda se encontrarem em números reduzidos, as cotas raciais ainda são alternativas para o seu acesso nestes cursos nas universidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como propósito analisar a política de cotas no âmbito da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a partir de uma pesquisa acerca do ingresso e permanência de alunas e alunos cotistas raciais na UTFPR - Câmpus Curitiba.

O grande desafio encontrado nesse percurso foi conciliar as pesquisas de cotas raciais com os estudos de gênero, ressaltando as mulheres nas ciências. São discussões distintas, realizadas com abordagens distintas. Em relações as cotas raciais, nos diferentes trabalhos, sempre foi realizado um questionamento concernente à raça e racismo assim como os estudos de gênero na área das ciências não têm focado na questão de gênero e raça simultaneamente.

Assim, foi proposta nesta pesquisa a análise dos impactos da política de cotas na UTFPR, ressaltando as questões de raça e gênero. Para isso, no primeiro capítulo, foi importante ressaltar as abordagens que tratam das cotas raciais, para situa-las e optar pelas que seriam utilizadas nesta pesquisa.

Em seguida, foi necessário discutir conceitos primordiais para o entendimento da forma de organização das cotas raciais, tais como: raça e racismo. Há um debate nas ciências sociais sobre a utilização do termo “raça”, que não existem raças humanas, portanto, os conceitos do IBGE que mantém a auto declaração da “raça” estariam em tese discriminando e estabelecendo grupos específicos. Para compreender esse embate que na verdade é político, propôs-se nesta pesquisa a realização de uma breve aproximação da trajetória sobre raça e eugenia no Brasil, constatando com isto o racismo presente nas relações sociais brasileiras, diferente do americano, visto que, apesar das denúncias, originou-se a partir de autores clássicos como Gilberto Freire que propugnava que o Brasil teria uma “democracia racial”. Foi necessária a interlocução com autores como Abdias Nascimento, Kabengele Munanga e Elisa Larkin Nascimento para compreensão do processo de racismo e exclusão. A autora Elisa Larkin Nascimento utiliza o termo “sortilégio da cor” que considera como um processo de desracialização ideológica para mascarar o racismo brasileiro.

Assim, a constatação histórica desse processo cria estudos voltados ao processo de discriminação, sendo que no capítulo 3, discutem-se os processos históricos para reconhecimentos dos direitos humanos das mulheres e das mulheres negras. Frazer (2007) neste processo, mostra diferentes concepções de análise na segunda onda do feminismo, afirmando que a justiça de gênero deve ser vista como um problema tridimensional com redistribuição, reconhecimento e representação interligados. Assim, pensando em justiça de gênero e direitos humanos, discutimos o conceito de política pública e suas variadas formas de inserções na realidade, situando a história da política de cotas e como esta se torna uma política pública de direitos para inclusão de negros e índios nas universidades federais.

Considerando o contexto de direitos que, a partir de dados também elencados no trabalho, reconhece a exclusão dos negros nas universidades, foi proposto nos objetivos discutir o impacto da política de cotas, analisando o ingresso e permanência de alunas e alunos negros na UTFPR, a partir da lei nº12.711/2012 que inicia em 2013 na UTFPR. Assim, os dados são concernentes a 2013 e 2014 e também consideram o coeficiente de rendimento. Esses objetivos foram respondidos mostrando que a universidade nos dois primeiros anos teve um processo de inclusão de alunas e alunos negros (os) nos cursos de engenharias, mas este número que corresponde a um universo de 30% em relação ao percentual de cotistas ainda é baixo e ainda apresenta poucas mulheres negras nas engenharias assim como nas licenciaturas. Os homens negros tem aumentado gradativamente nas engenharias, melhorando seus índices de forma geral, mas as mulheres negras tem diminuído, além de apresentar os coeficientes de rendimento mais baixos. As mulheres não-cotistas de forma geral apresentam os melhores desempenhos constatando-se um resultado das lutas feministas para a inclusão das mulheres nas ciências. Essa questão é de suma importância para a contribuição das mulheres nas ciências, mas pelas melhores oportunidades de conquistas de profissões melhor remuneradas e melhores cargos, o que ainda não se estabeleceu nem para as mulheres brancas, apesar de apresentarem os melhores desempenhos.

Considerando o histórico da UTFPR, que apresenta no início uma divisão sexual de tarefas nos cursos, com as mulheres voltadas aos aprendizados que

envolviam tarefas domésticas e os homens as ciências e ao raciocínio, já houve avanço em relação ao ingresso de mulheres nas engenharias. As licenciaturas, mesmo com a questão do magistério e educação como prioritariamente no imaginário social, uma profissão de mulheres, as áreas científicas (Química, Física e Matemática) ainda há uma predominância de homens. Faz-se um destaque neste momento aos coeficientes de rendimento, baixos para cotistas e não cotistas. Como no país há uma diminuição de professores nessas áreas, precarizando a educação, torna-se necessário um olhar voltado a essas especificidades desses cursos, para melhoria de desempenho e formação de profissionais que possam melhorar ainda mais as condições das ciências na educação.

Os dados quantitativos, porém, trouxeram maiores indagações, vistos que apontam resultados de baixa presença de mulheres nas engenharias e baixo coeficiente das alunas negras, mas sem resposta do porquê.. Foi necessário então complementar a pesquisa e constatou-se que a maioria destas estudantes não tem trabalho em outro período devido ao horário dos cursos e a maioria não recebe auxílio Estudantil da Universidade, que seria o programa responsável para a permanência dos estudantes na Universidade. Dependem da ajuda de familiares, apontam problemas financeiros e de educação básica, nas áreas científicas e tecnológicas. Nas entrevistas, porém, constatou-se que, apesar das dificuldades, elas não pretendem desistir, por valorizar o ingresso em um curso que de outra forma não poderia ser realizado.

Considera-se que apesar dos números ainda serem pequenos, houve uma porcentagem de negros que puderam ter acesso a Universidade. É necessário, porém, ampliar na Universidade o acesso e políticas relativas a esse segmento

As questões de gênero observadas nesta pesquisa são similares aos dados nacionais, que mostram ainda pouca inclusão das mulheres nas áreas técnicas e tecnológicas e ainda mais restritas, o acesso das mulheres negras. Assim, propõe-se que os gestores da Universidade devem ser estimulados a compreender o universo do ensino nas engenharias e licenciaturas em uma perspectiva de gênero. Isso pressupõe monitorar os (as) cotistas raciais e promover atividades de extensão que propiciem minimizar as lacunas encontradas no ensino fundamental e médio,

buscar uma sensibilização mais efetiva dos professores em relação a esses dados, assim como ampliar as políticas de atendimento a esse público.

Por fim, para que o índice de mulheres negras nos trabalhos domésticos e nas profissões precarizadas possam ser superados, um trabalho consistente de levantamento dos limites da educação fundamental é necessário, assim como o aprimoramento de estratégias que possam minimizar a evasão constatada por esses segmentos nesses primeiros anos. Esse fato reflete um dado geral da educação brasileira, mas para que o impacto dessa política pública possa ser efetivo, não basta garantir as vagas, que de acordo com o resultado constatado, muitas vezes não são preenchidas. É necessário também melhorar a condição da própria universidade em termos de número de profissionais, de infraestrutura, de trabalhos específicos com esses alunos cotistas, compreendendo que a inclusão de negros e especificamente, de mulheres negras não é uma questão de privilégios, mas uma questão de equidade na universidade, de direitos humanos..

Assim, as feministas passam a criticar a ciência sendo que a grande questão do livro de Schiebinger é: “O Feminismo mudou a ciência?”. Ela apresenta inúmeros exemplos de gênero relacionados a teorias, nomenclaturas e taxonomias, constatando que a “neutralidade científica” é inexistente na forma de organização e na visão de mundo que se torna organizadora da forma de conceber a ciência. Virginia Olesen afirma que a pesquisa feminista tem uma alta diversificação, mas prepara o terreno para outras pesquisas, outras ações e políticas que transcendem e transformam (OLESEN, 2006, p.219). Dentre as mais variadas formas de pesquisas feministas citadas pela autora, podemos considerar os textos escritos das mulheres não-brancas, que influenciaram em novas formas de compreensão até então incontestadas das mulheres não brancas e revelaram que “a branquidade pode ser um fator na criação da noção do outro” (OLESEN, 2006, p.223). Assim a autora aponta as pesquisas de Patricia Hill Collins e Ailda Hurtado como forma de conferir a pesquisa feminista um reconhecimento maior da interação de raça, da classe e de gênero denunciando a natureza da opressão à mulher.

Entende-se que o feminismo ampliou o acesso das mulheres nas áreas científicas, mas ainda há um grande caminho a percorrer. Algumas mulheres

pesquisadas levantaram questões de preconceito na Universidade com a entrada de cotistas, mas essas questões poderão se tornar objeto de pesquisa em outro trabalho, visto que esta representação das formas de preconceito não se caracterizou como objeto deste estudo. Pudemos constatar dados iniciais que mostram que a pesquisa feminista deve apresentar uma maior interação da raça nas suas discussões, visto que a pesquisa mostra que as mulheres não cotistas já apresentam uma presença maior e um coeficiente mais alto e as mulheres cotistas raciais negras tem ainda uma presença pequena.

Parafrazeando Keller (2006) o “feminismo contemporâneo mudou a posição das mulheres nas ciências”, mas é necessário ainda avançar muito, pois as políticas públicas voltadas as mulheres e, especialmente, às mulheres negras, ainda não têm apresentado resultados que garantam o acesso às oportunidades de educação e de trabalho nas ciências.

## REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4.ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

BARTH, Fredrik; STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1997.

BRANDÃO, Fonseca Carlos. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Lei n.º 10.678 de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Medida Provisória n.º 111 de 21 de março de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/111.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CALEFFE, Luiz Gonzaga; MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p.49-58.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**. São Paulo: EDUSP, 2008. p.217-271.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, M. G. Marília Gomes. Desempenho escolar em matemática: o que o gênero tem a ver com isso. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Igualdade na diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Editora da UTFPR, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (a era da informação, economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999. V.2.

CERVI, Emerson Urizzi. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n.11, p 63-88, Aug. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522013000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200003&lng=en&nrm=iso)>; <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200003>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CITELI, Maria Teresa. As desmedidas da vênus negra: gênero e raça na história da ciência. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.61, p.163-175, 2001.

CUCHE, Denys; PEREIRA, Miguel Serras; GANDRA, Fernando. **A noção de cultura nas ciências sociais**, Lisboa: Fim do Século, 1999.

DIAS, Medeiros Jussara Marques; LUZ, Nanci Stancki da. As ciências exatas e engenharias são assuntos para mulheres? uma reflexão sobre as relações de gênero na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais Eletrônicos...**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n.68, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2014.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FARIAS, Benedito Guilherme Falcão. **Gênero no mercado de trabalho**: mulheres engenheiras. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.21, n.48, p.85-99, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400005&lng=en&nrm=iso)>; <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400005>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n.2, p.291-308, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. São Paulo: J. Olympio, 1933.



GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de Políticas Sociais e Cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GUIA de Enfrentamento do Racismo Institucional (Coord.). Geledés - Instituto da Mulher Negra e Femea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual1.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2014.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.27, n.27, p.13-34, 2006.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LADSON-BILLINGS, Gloria. Discursos racializados e epistemologias étnicas. In; DENZIN, L. *et al.* **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEITE, José Carlos Corrêa. **UTFPR: uma história de 100 anos**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**, 1952. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural II*. 4.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.328-366. Capítulo XVIII. (Resenha).

LIMA, Betina Stefanello. The glass labyrinth: the women scientific's trajectories in Physics. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.21, n.3, p.883-903, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000300007&lng=pt&nrm=iso); <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300007>>. Acessos em: 14 jul. 2015.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.27, n.27, p.35-61, 2006.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessos em: 14 jul. 2015.

LUZ, Nanci Stancki da. Divisão Sexual do Trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. In: LUZ, Nanci Stancki da *et al.* **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Editora UTFPR, 2009.

LUZ, Nanci Stancki da; GITAHY, Leda. **Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil**. 2015. (no prelo).

MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, C. A; VALVERDE, D, (Orgs.). **Dossiê mulheres negras**: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

MINAYO, María C. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

MUNANGA, KABENGELI. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUZI, Joyce Luciane Correia. **De escola de aprendizes à universidade tecnológica**: desvelando a participação das mulheres na história de uma instituição de educação profissional. 2011. 234f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. Selo Negro Edições, 2003.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA COSTA, Albertina de; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

OLIVEN, Arabela C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v.30, n.61, p.29-51, 2007.

PADILHA, Ana Caroline de Bassi. **Tecnologias do lar e pedagogias de gênero**: representações da “dona de casa ideal” na revista Casa & Jardim (anos 1950 e 1960). 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PAIVA, Angela Randolpho. **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHEIRO, Luana; MADSEN, Nina. As mulheres negras no trabalho doméstico remunerado. **Edição 70**, Brasília: IPEA, ano 8, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2684:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2684:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Ed.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n.40, 1999.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis: EDUSC, v.16, n.3, p.987-1004, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos.; PEDRO, Joana Maria. Estratégias discursivas e identidades de gênero: a construção da "dona de casa moderna" na revista Casa & Jardim dos anos 1960. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v.24, n.1, 2011.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **NET**, New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <<http://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade 1. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan./abr. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Elizabeth Bortolai. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.10, p.07-20, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, Nanci S. **Gênero e trabalho feminino**: estudo sobre as representações de alunos(as) dos cursos técnicos de Desenho Industrial e Mecânica do CEFET-PR. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2000.

SILVA, Pedro Luiz Barros; de MELO, Marcus André Barreto. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: Unicamp, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.79, p.5-16, 1991.

SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ C.; QUERINO, C. A.; Valverde D (Orgs.). **Dossiê mulheres negras**: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, IPEA, 2013.

SPM/PR, SEPIR/PR, MEC. **Gênero e Diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília, 2009.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da Eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TAU GOLIN. **Os cotistas desagradecidos**. Disponível em: Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/#axzz3JRRqsdID>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

WERNECK, Jurema. Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene. **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009.

### **Sites consultados**

AMNB. Disponível em <[http://www.globalrights.org/site/DocServer/RELATORIO\\_CEDAW\\_FINAL\\_-\\_Portu\\_gues.pdf/749676568?docID=13324&verID=1](http://www.globalrights.org/site/DocServer/RELATORIO_CEDAW_FINAL_-_Portu_gues.pdf/749676568?docID=13324&verID=1)>. Acesso em: 1 dez. 2014.

ASSAE 03/2015. Disponível em: [http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/edital-ae-03-2015/edital\\_03\\_2015](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/edital-ae-03-2015/edital_03_2015). Acesso em: 22 jun. 2015.

CURIOSIDADES do Censo sobre Raça no Brasil. Disponível em: <Erro! A referência de hiperlink não é válida.>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br>>; <<http://www.spm.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/obig/qual-e-a-importancia-de-um-observatorio-de-genero>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

ESCOLA de Aprendizizes a Universidade Tecnológica. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

GONZALEZ, Lélia. Disponível em: <[http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/07/lembrando-lelia-gonzalez](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/07/lembrando-lelia-gonzalez)>. Acesso em: 21 nov. 2014.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

MARQUES, Enedina Alves. Disponível em: <<http://blogs.odiario.com/comunidadeafroemacao/2012/03/08/a-mulher-negra-do-parana-enge-nheira-enedina-alves-marques/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MEC. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

PORTAL Geledés. **Os cotistas**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/#gs.9214235508834d39a2c77fd604a1a7ca>>. Acesso em: 11 maio 2015.

REUNI. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SAARTJIE BAARTMANN. Disponível em: <[http://www.baviaans.net/index.php?page=page&menu\\_id=3&submenu\\_id=7](http://www.baviaans.net/index.php?page=page&menu_id=3&submenu_id=7)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SECRETARIA Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_igualdade\\_racial.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_igualdade_racial.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2015.

USP. **Tendências e perspectivas da engenharia no Brasil, 2012**. Disponível em: <<http://engenhariadata.com.br/wp-content/uploads/2014/04/Relat%C3%B3rio-EngenhariaData-2012.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2014.

UTFPR - Câmpus Curitiba. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/assessorias/ascom/noticias/acervo/historico-do-campus-curitiba>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

UTFPR. **Carga horária total da disciplina/unidade curricular**. Disponível em: <[http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/copy\\_of\\_REGULAMENTODAORGANIZACAODIDATICOversAoalteracoesfinais052013.pdf](http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/copy_of_REGULAMENTODAORGANIZACAODIDATICOversAoalteracoesfinais052013.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2015.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em:  
<<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em:  
<<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/reitoria/assessorias/assessoria-para-assuntos-estudantis/edital-ae-03-2015/processo-de-selecao-edital-03-2015>>. Acesso em: 23 maio 2015.